



IV FÓRUM BRASILEIRO DE FILANTROPOS E INVESTIDORES SOCIAIS



## Filantropia em Tempos de Crise

EDITORES

Paula Fabiani

Marcos Kisil



Instituto para o  
Desenvolvimento do  
Investimento Social



IV FÓRUM BRASILEIRO DE  
.....  
FILANTROPOS  
.....&.....  
INVESTIDORES  
SOCIAIS  
..... SÃO PAULO 2015 .....

12 de novembro

Filantropia em  
Tempos de Crise



Instituto para o  
Desenvolvimento do  
Investimento Social





Instituto para o  
Desenvolvimento do  
Investimento Social

Fundado em 1999, o **Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social** é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) pioneira no apoio técnico e consultoria ao investidor social no Brasil e na América Latina. Facilita o engajamento de pessoas, famílias, empresas e comunidades em ações sociais estratégicas transformadoras da realidade, contribuindo para a redução das desigualdades sociais no país. Com a missão de apoiar o investimento social privado para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável, o IDIS atua de duas formas: desenvolvendo ações proativas e atendendo demandas de apoio técnico de empresas, fundações, institutos e indivíduos.

[www.idis.org.br](http://www.idis.org.br)

---



Global Philanthropy Forum™

O **Global Philanthropy Forum (GPF)** é um projeto do World Affairs Council, criado com o objetivo de construir uma comunidade de doadores e investidores sociais comprometidos com causas internacionais. Também busca estruturar, potencializar e aprimorar o caráter estratégico do investimento social privado. Por meio de uma conferência anual, um seminário de verão, eventos especiais e teleconferências, o GPF conecta doadores a causas, a estratégias eficazes, a potenciais parceiros de cofinanciamento e a emblemáticos agentes de mudança de todo o mundo. A proposta é expandir o número de filantropos que serão estratégicos para causas internacionais diversas, através da construção e manutenção de comunidades de aprendizagem contínua.

[www.philanthropyforum.org](http://www.philanthropyforum.org)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores  
Sociais (4. : 2015 : São Paulo)  
IV Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores  
Sociais : filantropia em tempos de crise /  
editores Paula Fabiani, Marcos Kisil. -- 1. ed. --  
São Paulo : IDIS-Instituto para o Desenvolvimento  
do Investimento Social, 2016.

ISBN 978-85-60904-18-1

1. Ação social 2. Doações 3. Filantropia  
4. Filantropia - Investimentos 5. Investimentos -  
Brasil 6. Investimento social privado 7. Projetos  
sociais I. Fabiani, Paula. II. Kisil, Marcos.  
III. Título.

16-07534

CDD-361.760981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Investimento social privado :  
Bem-estar social 361.760981

## Índice

■ APRESENTAÇÃO .....	7
■ INTRODUÇÃO AO TEMA .....	11
■ APRESENTAÇÃO E BOAS-VINDAS .....	17
■ FILANTROPIA EM TEMPOS DE CRISE .....	25
■ O PAPEL DA FILANTROPIA NO RESGATE DE VALORES .....	36
■ O OLHAR DA PRÓXIMA GERAÇÃO DE FILANTROPOS .....	53
■ INICIATIVAS INOVADORAS PARA A PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO DA SOCIEDADE .....	56
■ O SENTIDO E O SENTIMENTO DA FILANTROPIA .....	77
■ EM CONVERSA COM... ELIE HORN .....	81
■ PRIMEIRA INFÂNCIA: VALORIZANDO AS NOVAS GERAÇÕES .....	92
■ PESQUISAS, UM RETRATO DA SOCIEDADE DOADORA .....	115
■ PALESTRA FINAL E ENCERRAMENTO .....	138
■ AGRADECIMENTOS E ENCERRAMENTO .....	153
■ ÁLBUM DE FOTOS .....	155





## APRESENTAÇÃO

**É** sempre um exercício interessante fazer a introdução de uma publicação sobre um evento que aconteceu meses atrás, em um momento histórico passado. Mas, ao revisitar o conteúdo do IV Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais, seus acontecimentos e seu conteúdo, a reflexão ficou ainda mais interessante pois o tema do Fórum continua muito presente em nossas vidas.

Em novembro de 2015, pensávamos que, talvez, por ocasião do próximo Fórum, a crise do país estivesse se encaminhando para tempos melhores. Um pensamento mais alimentado por uma ânsia pelo fim da crise do que por alguma perspectiva concreta no horizonte. No dia 12 de novembro, data do 'IV Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais', a crise estava presente e, naquele momento, olhávamos para o futuro e não enxergávamos a luz. 'Filantropia em Tempos de Crise'... O tema continua atual, mas o país e a nossa filantropia avançaram.

No Fórum no ano passado, tínhamos a missão de transmitir uma mensagem de esperança. E foi com esse espírito que encaramos o desafio. Foi um ano muito difícil para conseguir os recursos para a realização do Fórum, grandes foram os obstáculos. Mas, o resultado foi muito gratificante. Uma amiga costumava usar uma frase de um repórter do New York Times: "O Brasil é o cemitério dos pessimistas". Sempre achei curiosa a afirmação. Mas ao longo do evento, fui percebendo, que este repórter tem toda razão. O nosso país abriga empreendedores e investidores sociais capazes de inovar em tempos de crise e achar otimismo onde a maioria só vê escuridão. Encontrei muitas pessoas buscando caminhos

para mitigar a crise e seus impactos perversos na sociedade, em especial nos mais vulneráveis.

A capacidade de realização do brasileiro não sucumbiria à constatação de que o Estado e parte da iniciativa privada estavam vivendo, há muito tempo, uma relação corrupta e criminosa que só empobrecia o país. Trazendo a perspectiva de uma experiência também latina, nossos participantes foram agraciados com o discurso acalorado de Alfonso Carrillo, um empresário guatemalteco, que ousou enfrentar a corrupção em seu país, provocou o adiamento das eleições presidenciais, denunciou as irregularidades e tirou do governo um grupo que estava assaltando a sua pátria. Elisabeth Ungar Bleier e Heather Grady complementaram esta mesa de debates com histórias também muito interessantes sobre o resgate de valores fundamentais em várias partes do mundo. Carrillo ficou impressionado com as pessoas reunidas para o Fórum e finalizou incitando-as a jamais desistir, a sempre acreditar que é possível e a continuar batalhando.

Daniel Feffer, do Grupo Suzano, e Antônio Florence, da Florence 2 & Advogados, falaram sobre como os antepassados podem servir de inspiração para a filantropia e para a fidelidade aos valores. Feffer contou sobre seu avô e Florence relatou como o resgate da história de sua família acabou sendo a semente para a criação de seu instituto. E Ana Lucia Villela apresentou sua história de vida ímpar, de uma filantropa jovem e corajosa, que escolheu causas onde poucos se aventuram.

Um dos pontos altos do dia foi, sem dúvida, a conversa que tive a oportunidade de manter com Elie Horn, fundador e sócio da gigante do setor imobiliário, Cyrela. Horn, um homem habitualmente avesso a aparições públicas, aceitou o convite para ser um dos palestrantes do Fórum e surpreendeu a todos ao declarar, com toda a franqueza de seu coração “quem ganha muito dinheiro, morre e deixa tudo para os filhos, está sendo egoísta. E no outro mundo vai ser pobre. Enquanto alguém que aqui na Terra, que faz o bem, vai levar consigo uma bagagem gigantesca”. Horn corajosamente expos, de forma clara, toda a motivação espiritual que o levou a ser o único brasileiro, até hoje, a aderir ao *Giving Pledge*.

Temas relevantes para a comunidade de investidores sociais como a

Primeira Infância, a promoção do protagonismo na nossa sociedade, a cultura de doação como instrumento de fortalecimento da sociedade civil e o olhar da nova geração de investidores sociais fizeram parte das ricas discussões ao longo do dia.

Por fim, não poderia deixar de mencionar a participação de Guilherme Leal, um dos mais conhecidos investidores sociais brasileiros. Leal explorou a consciência da interdependência como a chave da transformação. Se declarou um empresário sempre em transformação e admitiu que o modelo atual de produção e consumo precisa ser reformulado.

De diferentes maneiras, nossos palestrantes estavam contando onde estão suas bases de sustentação para manter seus valores, para buscar os caminhos, enfim, para manter a firmeza em momentos de crise, levantar a cabeça e começar a construir soluções. Construir soluções para um país com um enorme potencial, com riquezas naturais e um povo que é solidário.

Convido o leitor a passear, com o coração aberto, pelas páginas deste livro, nas quais encontrará discursos inflamados, iniciativas inovadoras, palavras sábias e lições de vida.

E antes de terminar, não posso deixar de agradecer, ainda mais uma vez, a todos os palestrantes que, voluntariamente, doaram seu tempo e conhecimento para enriquecer o Fórum. Ao público que compareceu, participou, perguntou, aplaudiu e que nos inspira a fazer sempre melhor. À equipe do IDIS, que trabalha o ano inteiro para realizar um evento que dura só um dia, mas que pode nos inspirar por anos. E aos nossos patrocinadores, parceiros e apoiadores, sem os quais o IV Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais não teria acontecido: Global Philanthropy Forum, Charities Aid Foundation, Instituto C&A, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundação Bernard van Leer, Fundação José Luiz Egydio Setúbal e Fundação Banco do Brasil.

Que esta leitura seja uma inspiração na sua jornada como investidor social brasileiro!

PAULA FABIANI



## INTRODUÇÃO AO TEMA

*“A crise representa purificação e oportunidade de crescimento. Em sânscrito, crise vem de kir ou kri que significa purificar e limpar. De kri, vêm crisol, elemento químico com o qual limpamos ouro das gangas, e acrisolar, que quer dizer depurar. Então, a crise representa um processo crítico, de depuração do cerne: só o verdadeiro e substancial fica, o acidental e agregado desaparece. A partir do cerne se constrói uma outra ordem.”*

*Leonardo Boff<sup>1</sup>*

A escolha do tema para o Fórum 2015 se deve a duas situações que se potencializam: vivemos uma crise real em distintas dimensões – política, econômica, social, ética – que afeta toda a sociedade e a nação brasileira; e também vivemos um momento em que o relacionamento entre o setor público estatal e o setor privado de grandes empresas se articularam de maneira promíscua num processo corrupto e sobejamente lesivo aos interesses públicos da sociedade. A questão da *res publica* ou “coisa pública” se torna elemento crucial para entender a crise, bem como possíveis saídas <sup>(1)</sup>.

---

1 Em <http://quemdisse.com.br/frase/a-crise-representa-purificacao-e-oportunidade-de-crescimento-nao-precisamos-recorrer-a/54030/>

Empregamos a todo tempo a palavra crise para caracterizar o lamentável estado atual da “coisa pública” em suas diferentes e inter-relacionadas dimensões. Assim, acreditamos ser importante partir da semântica original do vocábulo. Ele foi criado por Hipócrates, a partir do verbo grego *krito*, *kritein*, cujos sentidos principais no grego clássico eram de separar ou discernir, de um lado, e de julgar ou decidir, de outro <sup>(2)</sup>. Para o Pai da Medicina, *krisis* designava o momento preciso em que o olhar justamente dito crítico do esculápio conseguia discernir o tipo de doença que acometia o paciente, permitindo-lhe fazer com precisão o diagnóstico e o prognóstico, decidindo sob o melhor tratamento.

Infelizmente, temos sido incapazes de entender que sofremos de uma moléstia que não é passageira nem local. Muito pelo contrário, ela não surgiu nem tende a desaparecer de uma hora para outra no Brasil. Tampouco foi provocada por determinado partido ou por este ou aquele político que ocupou ou ocupa atualmente o cargo de Chefe de Estado.

A doença – séria e duradoura – cujos sintomas vieram agora à luz do dia afeta a sociedade brasileira e não pode ser tratada superficialmente; como se, diante de uma infecção generalizada, o tratamento do paciente se limitasse a ministrar analgésicos para reduzir as cefaleias.

Como sabido, a partir da Revolução Industrial em meados do século XVIII, a riqueza mundial cresceu em ritmo e intensidade jamais vistos na História. Esse crescimento, porém, vem recuando nitidamente no mundo todo desde a segunda metade do século XX. Na China, o país de mais acelerado crescimento econômico das últimas décadas, a atividade industrial atingiu em 2015 o menor nível em 78 meses. Os efeitos dessa desindustrialização geral já se sentem nitidamente no mercado de trabalho. Segundo relatório recente da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foram recenseados 47 milhões de desempregados nos 34 países que dela fazem parte <sup>(3)</sup>.

Vivemos hoje as graves consequências da passagem histórica do capitalismo da sua fase industrial para a fase financeira. Se até o último quartel do século passado os empresários industriais comandavam a vida econômica, hoje é o setor financeiro que dita o atual capitalismo. Em

2011, três matemáticos do Instituto Politécnico de Zurique listaram os 50 maiores conglomerados empresariais do mundo. Desse total, 48 eram grupos financeiros <sup>(4)</sup>.

Desta passagem que resultou na implantação mundial do capitalismo financeiro, em substituição ao capitalismo industrial, surge uma séria consequência: enquanto a essência da atividade industrial é a produção de bens, a atividade financeira por si mesma não produz nenhuma riqueza concreta de base. Assim, se no início da Revolução Industrial estimou-se que entre o povo mais rico e o mais pobre do planeta a diferença em termos econômicos era de 2 para 1; atualmente, ela é estimada em 80 para 1! E as vítimas serão, como sempre, as camadas mais pobres do mundo todo.

O capitalismo financeiro tem contribuído para acelerar o ritmo dessa desigualdade. Assim é que o banco Crédit Suisse, ao publicar em 2010 o seu primeiro relatório sobre a riqueza global (Global Wealth Report) <sup>(5)</sup>, estimava que os 50% mais pobres da humanidade possuíam menos de 2% dos ativos mundiais. Pois bem, no relatório do corrente ano de 2015, o Crédit Suisse constatou que a metade mais pobre da humanidade possui menos de 1% da riqueza planetária <sup>(6)</sup>.

E a esta pobreza financeira se junta suas consequências mais visíveis de dificuldades ou negativa de acessos a oportunidade de educação, saúde, segurança, emprego, vida digna. Enfim, resulta num conjunto de necessidades que passaram a ser definidos como Direitos Humanos.

Também sabemos que toda organização política tem como tendência quase que natural buscar uma relação de poder que se ajusta a uma mentalidade coletiva, ou melhor dizendo, a cultura prevalente, isto é, o conjunto de valores e costumes vigentes no seio de um povo. Durante milênios, ambos esses fatores foram estritamente moldados pela religião. Convém lembrar que é resultado dessa moldagem a ideia de uma filantropia assistencialista e paternalista na qual o doador seria beneficiado por sua conduta em ajudar o próximo. A partir do início da era moderna, porém, a adesão a uma fé religiosa foi perdendo importância na vida dos diferentes povos. Com o advento da sociedade de massas, no final do sé-

culo XIX, iniciou-se uma fase na qual a mentalidade coletiva passou a ser formada pelo sistema de poder político, de caráter não religioso. E, assim, a ideia de assistencialismo e paternalismo migrou para um dever do Estado, como forma de exercício de poder dos governantes. Ainda assim, mantendo a ideia de que esses governantes poderiam ser os maiores beneficiários da alocação dos recursos a “coisas públicas”.

Assim, desde os primórdios da colonização portuguesa, o poder político efetivo – diferentemente do poder oficial, isto é, do poder legitimado pelo ordenamento jurídico – nunca pertenceu de fato ao povo. Ele foi exercido, de forma contínua, por dois grupos intimamente associados: os potentados econômicos privados e os grandes agentes estatais, que facilmente transformaram essa relação na principal causa da corrupção endêmica que vigora no Brasil. Como estamos assistindo, grandes empresas e empresários e os principais agentes do Estado – incluídos agora nessa categoria também os administradores de empresas estatais -, se tornaram convictos de que podem dispor, em proveito próprio, dos recursos financeiros públicos. “Nem um homem nesta terra é republico, nem zela e trata do bem comum, senão cada um do bem particular”, já afirmava o primeiro historiador do Brasil, Frei Vicente do Salvador, em livro editado originalmente em 1627<sup>(7)</sup>.

Ao mesmo tempo, a ética própria do capitalismo, a qual logrou moldar a mentalidade coletiva contemporânea – a saber, a realização do interesse material como finalidade última da vida – não somente denota uma incapacidade crescente para fazer face a tais problemas, como revela-se ainda um perigoso estimulante deles.

Portanto, a crise requer a identificação de novos e poderosos medicamentos. Precisamos de uma coletividade de Hipócrates para refletir, discernir e propor rumos efetivos para a sociedade. Para tanto, acreditamos em dois princípios que julgamos fundamentais, oriundos da teoria e da prática da filantropia e do investimento social privado: a supremacia do bem comum de uma coletividade em relação ao interesse próprio de qualquer grupo em particular; e a liberdade de pensar e agir de maneira altruísta, buscando atender às necessidades dos menos privilegiados para que pos-

sam fazer uso de seu potencial, à luz do princípio supremo do respeito à dignidade humana. E aqui ganha significado o exercício da Democracia, na qual existe a liberdade de propor, criar e assumir uma responsabilidade individual pelo bem-estar coletivo, e do Capitalismo, como instrumento gerador de riquezas que podem ser distribuídas para atender as necessidades de uma sociedade. Nesse contexto, uma nova filantropia ou como preferimos, o investimento social privado passa a ser um elemento dependente de como Democracia e Capitalismo se articulam para o bem comum.

Em suma, para voltar ao conceito original de crise explicitado por Hipócrates, o que importa não é fixar a atenção sobre o bom ou mau desempenho de nossos governantes para enfrentar os problemas socioeconômicos que se acumulam. Eles são importantes, mas requerem a participação de outras parcelas da sociedade – empresários, líderes da sociedade civil, acadêmicos. Acreditar em uma responsabilidade só dos governantes seria tratar de sintoma superficial da doença. Precisamos de todos os setores que se disponham a acreditar em dois axiomas já difundidos em nossa sociedade: não fazer aos outros o que não se quer que eles nos façam; e fazer o bem a todos, sem distinção de pessoas, sejam elas conhecidas ou desconhecidas, amigas ou inimigas.

O IDIS acredita que o investimento social privado é um instrumento para se constituir uma sociedade justa e sustentável. E este entendimento orientou a organização do Fórum, de suas temáticas, da seleção de seus expositores em múltiplas sessões. E é este rico material que colocamos à disposição do público.

Como se depreenderá de sua leitura, como afirma Leonardo Boff, “toda crise acrisola, purifica e faz madurar”. Uma leitura atenta e crítica do material resultante do Fórum deixa algumas reflexões:

- Os investidores sociais querem uma democracia que não seja excludente, uma sociedade que não seja tão profundamente desigual no acesso a oportunidades, e o fim de uma política de negociatas entre agentes públicos e das empresas privadas que consomem a riqueza nacional e impedem sua distribuição aos mais necessitados. Querem um país democrático, inclusivo, justo e sustentável.

- Para que o país seja inclusivo necessita superar a desigualdade social. Essa superação exige uma melhor oportunidade de acesso a capital humano, social, econômico e político.
- A prevalência do capital humano e social deve resultar do acesso à educação, saúde, cultura e emprego digno como pré-condições de uma cidadania plena.
- Valorizar a participação social e política dentro de uma democracia participativa, construída com a presença da sociedade civil organizada na qual um verdadeiro terceiro setor possa ser ativo e livre para ajudar na mediação entre o Estado e o Mercado, constituindo um espaço propício a inovação e a gestão de políticas públicas afirmativas para os mais excluídos de nossa sociedade.
- O bem comum (*res publica*) deve ganhar centralidade para os investidores sociais, contrapondo a uma natural ordem de interesse específico do negócio dos investidores econômicos.

MARCOS KISIL

## Referências

- (1) Ver o excelente texto de Fabio Konder Comparato: *Significado e perspectivas da crise atual*. Carta Maior. 08/11/2015
- (2) Jouanna, J. (1992). *Hippocrate*. Fayard.
- (3) OECD (2013), Education at a Glance 2013. OECD Indicators, s.l., OECD Publishing, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2013-en> (consultado a 31/10/2015).
- (4) Stefania VITALI, James GLATTFELDER, Stefano BATTISTON, The network of global corporate control, PLOS ONE, [S.l.], Oct. 2011.
- (5) Credit Suisse. Global Wealth Report, 2010. Zurich, Switzerland.
- (6) Credit Suisse. Global Wealth Report, 2015. Zurich, Switzerland.
- (7) História do Brasil 1500 – 1627, Livro Primeiro, Capítulo Segundo.



Paula Fabiani, diretora-presidente do IDIS faz a abertura do IV Fórum de Filantropos e Investidores Sociais

## APRESENTAÇÃO DO FÓRUM E BOAS-VINDAS

### Participantes:

**Paula Fabiani**, diretora-presidente do IDIS

**Suzy Antounian**, diretora do Global Philanthropy Forum & World Affairs Council

**Paula Fabiani:** Bom dia a todos! Casa cheia. Uma felicidade ver tanta gente, tantas caras novas, tantas caras já conhecidas. Sejam todos bem-vindos a mais uma edição do Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais.

O tema deste fórum, “Filantropia em Tempos de Crise”, foi escolhido em fevereiro. Sabíamos que as previsões para o ano eram negativas, mas o que se seguiu superou em muito o que esperávamos. E hoje sabemos que o tema do fórum não poderia ter sido outro.

Estamos vivendo um momento ímpar na história do Brasil. Digo isso não pelo contração da economia – teremos queda do PIB em dois anos seguidos, o que não ocorre desde a crise de 29 (você podem ver que eu sou economista, gosto dessas informações). Vivemos este momento ímpar pela exposição global de práticas enraizadas na nossa sociedade das quais não temos motivo algum para nos orgulhar.

Nós, que trabalhamos com recursos privados em benefício público, assistimos ao maior desvio da história do Brasil e do mundo, como alguns jornais colocam, de recursos públicos para fins privados. O contrário do que fazemos. O oposto do que queremos.

Durante décadas, ou talvez séculos, fechamos os olhos para o jeitinho brasileiro de fazer política, de fazer negócios. Quando nos demos conta, a exceção virou regra, e nos encontramos dentro de uma máquina que não funciona sem essas práticas.

Há dez dias, José Galló, presidente da Renner, defendeu publicamente um maior engajamento dos empresários na busca por soluções para desatrar a economia. Maravilhosa colocação. Maravilhoso pleito. Os empresários não podem presenciar calados o desmoronamento da economia. Assim como filantropos e investidores sociais não podem assistir quietos aos agravamentos sociais da crise e à profunda ruptura de valores que nos conduziu a este ponto.

Precisamos da união de forças se quisermos superar a situação atual. Qual poderia ser a contribuição do investimento social privado? Qual será o nosso papel? E qual será o nosso legado?

Sabemos que toda crise representa uma oportunidade de mudança. Talvez seja esta uma oportunidade para mudar parte do cenário, para

definir e brigar pelos valores que queremos para a sociedade, valores que vamos deixar aos nossos filhos, nossos sobrinhos, nossos netos. Devemos sair da inércia, ou de apenas um posicionamento crítico, para a ação, para uma contribuição efetiva na busca de soluções para o nosso país.

Nunca é demais lembrar que somos – ou éramos antes da crise - a sétima maior economia do mundo, porém, ocupamos a 79ª posição no IDH. E dois em cada três alunos brasileiros de 15 anos não conseguem interpretar um texto e fazer deduções diretas a partir da informação dada, segundo os resultados do Pisa [Programme for International Student Assessment). Ainda estamos diante do grande desafio de engajar mais pessoas nessa construção.

Não temos uma cultura de investimento social enraizada no país. Acabamos de divulgar, há dois dias, o World Giving Index, índice mundial de solidariedade, da Charities Aid Foundation, nossa parceira. Essa pesquisa abrange 145 países ao redor do globo. O Brasil caiu 15 posições: de 90º para 105º. Ou seja, não estamos nem no top 100 desse ranking. É a primeira vez que isso acontece desde que esse índice começou a ser elaborado, em 2009.

Para onde estamos indo? É nessa direção que queremos caminhar como nação?

Precisamos colocar de lado nossas diferenças. Trabalhar juntos, para construir novos modelos de intervenção, bem estruturados, que possam vir a ser soluções para o governo e para o país. Devemos pensar de forma ampla, mas, ao mesmo tempo, buscar temas específicos e relevantes, em que nossa contribuição possa fazer a diferença.

O investidor social brasileiro precisa fazer parte da construção de um novo Brasil. Seja ele um investidor jovem ou não. Seja ele experiente ou não. Seja ele filantropo ou investidor em negócios sociais. Seja ele empresário ou apenas um cidadão comum.

Para finalizar, gostaria de citar a frase que uma amiga postou no Facebook semana passada, mas que resume maravilhosamente o que eu queria deixar para a reflexão de vocês. É uma mensagem sobre esperança, atribuída a Santo Agostinho: “A esperança tem duas filhas lindas: a indig-

nação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão. A coragem, a mudá-las”.

**Suzu Antounian:** Bom dia a todos. Sejam bem-vindos à quarta edição do Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais. Gostaria de parabenizar a Paula e a equipe do IDIS por organizar este encontro anual e convocar um grupo de filantropos que estão ansiosos para aprender uns com os outros e discutir maneiras de tornar sua filantropia mais eficaz e seu engajamento mais significativo.

Estou muito feliz por ver tantos rostos familiares que também estiveram no Global Philanthropy Forum. Sinto que estou em família aqui, e espero ver muitos de vocês na próxima edição do Global Philanthropy Forum, que será realizado em 2 de abril de 2016, no norte da Califórnia.

O Global Philanthropy Forum é uma dinâmica rede internacional de filantropos, doadores e embaixadores sociais que compartilham o compromisso de ser estratégico em questões de interesse mundial. Nosso objetivo tem sido construir uma comunidade de aprendizagem e disseminar a natureza estratégica do trabalho de nossos membros.

Nossa conferência anual é uma oportunidade para rever as abordagens dos problemas apresentados, refletir sobre inovações, observar o que funciona e o que não funciona e, acima de tudo, possibilitar que nossos membros aprendam uns com os outros.

Uma questão que temos sublinhado a cada edição da conferência é: qual o papel da filantropia na promoção do desenvolvimento humano e da mudança social? Temos sido felizes na parceria com o IDIS para a criação do Fórum Brasileiro de Filantropos. Mal sabia eu que minhas comunicações iniciais por e-mail com Carol Civita e a longa reunião que tive com Marcos Kisil em uma das conferências do Global Philanthropy Forum levariam a essa parceria.

Nada disso poderia ter acontecido sem o entusiasmo contagiante da Carol e a determinação do Marcos. Essa parceria também nos inspirou a lançar uma iniciativa recente, o Fórum Africano de Filantropia. Nosso objetivo com ele é construir uma rede de aprendizagem entre filantropos

africanos e embaixadores sociais que estão empenhados em usar a filantropia para promover o amplo crescimento e o desenvolvimento inclusivo no continente.

Duas semanas atrás, realizamos a segunda edição do Fórum Africano de Filantropia em Kigali, Ruanda. Foi muito inspirador observar como os participantes da conferência fizeram um balanço do talento e do potencial existentes na África. Um dos pontos de inspiração foi a própria história da Ruanda. Vinte anos depois de um brutal genocídio, o país reergueu-se e tornou-se um modelo de como um governo pode atuar em parceria com organizações filantrópicas. Em um continente que sofre com conflitos constantes e sérios problemas de governança, Ruanda passou a ser conhecida como um lugar com tolerância zero para a corrupção. Isso não é uma conquista menor.

Na conferência de hoje, vamos olhar para a filantropia em tempos de crise e vamos tocar na questão da governança. Crises dão aos filantropos a oportunidade de repensar por que eles doam e quais os valores orientam essa doação. É o momento de fazer um balanço e reorientar as ações.

Crises são momentos de profunda perturbação que colocam à prova as instituições e nossas suposições sobre de onde devem vir as soluções para os problemas. A confiança, elo de qualquer contrato social, sai dos trilhos. As pessoas começam a pensar em soluções de curto prazo e, em seguida, sonham com resultados de longo prazo. Às vezes, a tendência pode ser esperar e retrair-se. Especialmente se a crise também envolver riscos políticos e econômicos para as ações de pessoas e empresas.

Mas as crises são também momentos de oportunidades inesperadas. As pessoas percebem que algumas coisas não vão bem e, muitas vezes, se mostram mais dispostas a assumir o desafio da mudança. A resposta certa é envolver, assumir riscos calculados, ter visão de longo prazo e aproveitar a oportunidade para trabalhar necessidades deixadas de lado durante muito tempo. Às vezes, iniciativas ousadas, velocidade de engajamento e capacidade para se adaptar ao longo da ação são as melhores saídas.

Mas, principalmente para filantropos, crises requerem uma análise da nossa tolerância ao risco e uma reavaliação do que significa ser bem-

-sucedido nesse contexto. Os pontos de vista em situações de crise são necessariamente mais diferentes do que em outros tempos. Para muitos, crise é uma oportunidade para ser estratégico, decisivo e criativo.

A crise torna mais importante compartilhar aprendizados, aprender com as evidências e buscar formas de cooperação que ajudem a maximizar nossos impactos. É tempo de trabalhar em conjunto com doadores e beneficiários, levantar as necessidades, definir os objetivos e, assim, manter os resultados.

Vivemos uma época de mudanças rápidas, e as crises têm se tornado cada vez mais frequentes. Da Primavera Árabe até suas consequências, dos eventos climáticos extremos que estamos enfrentando até o fluxo de refugiados, por toda parte os problemas fundamentais apontam para a questão da governança.

Por governança eu quero dizer a gestão dos problemas e a administração de recursos compartilhados. Governança não é uma mera questão política. É uma questão de desenvolvimento. Se há algo que estimule ou iniba todos os outros aspectos do desenvolvimento humano e da mudança social é a governança. Boa governança inspira confiança, abre espaço para a criatividade e cria apropriação social. Má governança e corrupção levam a privação de direitos, incerteza e insegurança.

Crises de governança levam os líderes políticos a chegar ao limite possível no diálogo entre diferentes setores e camadas sociais. Elas nos fazem repensar as instituições levando mais em conta as diferenças, nos exigem pensar em soluções que precisam da união de diversos atores.

As crises nos obrigam a apoiar o que está funcionando bem e favorecem esforços para promover a transparência e a prestação de contas. Os recentes acontecimentos no Brasil têm demonstrado como a mídia vem desempenhando um papel importante ao jogar luz sobre questões difíceis, e como o Judiciário pode ajudar as pessoas a prestar contas.

A filantropia pode avançar a partir desses marcos e apoiar o ecossistema das organizações que reforçam a boa governança em todos os níveis da sociedade, como agências de fiscalização e mecanismos de prestação de contas. Pode também facilitar o acesso à justiça, informando os cida-

dãos sobre seus próprios direitos, assegurando boas práticas de consumo, apoiando o *advocacy* e, acima de tudo, a extensão dos direitos humanos e civis a todos.

A crise de governança tende a favorecer o apoio a líderes éticos e a promoção de lideranças éticas entre os jovens. Como as crises tendem a ser incapacitantes, é hora de mudar conscientemente de uma narrativa de negatividade e falta para uma que habilita os cidadãos a terem escolhas e assegurarem sua dignidade. É importante destacar as intervenções que tiveram sucesso. E, finalmente, é importante fortalecer a comunidade local de filantropia para que possa apoiar os esforços locais e aumentar a resiliência no longo prazo.

Gostaria de me deter por um minuto na África, especificamente na Tunísia, onde começou a Primavera Árabe. Durante um período crítico, após o líder tunisiano ser grampeado, a Tunísia encontrava-se em uma luta para equilibrar a ascensão política do islã e a tradição secular. A inflação subiu, o número de ataques terroristas cresceu, dois proeminentes líderes da oposição foram assassinados e o país enfrentava uma crise institucional.

Quatro organizações da sociedade civil, conhecidas como National Dialogue Quartet, construíram uma ponte vital para o diálogo e o compromisso político entre os vários grupos. Eles uniram lados opostos, ajudaram a elaborar um roteiro nacional que derrubou pacificamente o governo e garantiu eleições democráticas, poupando o país de mais turbulências. E, como vocês, sabem, o quarteto recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2015. É um exemplo profundamente inspirador de liderança e de um modelo de cidadãos que acreditam em si mesmos e uns nos outros e assumem seu próprio destino.

É também um lembrete de que as soluções para os problemas mais difíceis podem estar ao nosso alcance. Em tempos de crise, é importante lembrar-se disso.

Filantropia não é apenas doar dinheiro. Trata-se de oferecer liderança e trazer para a equação aquilo que faz os filantropos serem bem-sucedidos: sua unidade, sua capacidade de aproveitar oportunidades e sua recusa

em aceitar que algo não pode ser feito. E é exatamente esse tipo de liderança que é necessária em tempos de crise para mover as engrenagens, mesmo que seja a um passo de cada vez.

Eu espero aproveitar esta conferência e aprender com cada um de vocês. Muito obrigada.

## PLENÁRIA DE ABERTURA: FILANTROPIA EM TEMPOS DE CRISE



A presidente do Instituto Alana, Ana Lúcia Villela, durante a plenária de abertura

## **Participantes:**

**Carlos Alberto Sardenberg**, jornalista

**Daniel Feffer**, do Grupo Suzano

**Ana Lúcia Villela**, do Instituto Alana

## **Moderador:**

**Henrique Herbert Ubrig**, presidente do conselho deliberativo do IDIS

*O grande desafio que se oferece ao investidor social é como fazer da crise uma oportunidade de mudança, de transformação para o país. Há experiências, há evidências, há vontades já transformadas em realidade que apontam para o papel que o investidor social deve ter. A essência está na adoção e revitalização de valores que orientam o pensar e agir. Altruismo, como valor que se contrapõe ao egocentrismo, se torna elemento obrigatório na trajetória dos participantes em seu caminhar como investidores sociais. De maneira otimista, acreditam que a crise seja uma oportunidade para que o altruísmo se manifeste, e seus portadores se tornam arautos de nova era para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Marca importante encontrada nos participantes é o valor que creditam às suas famílias, onde o altruísmo esteve presente e ajudou a moldar a consciência altruística que imprimem em suas organizações sociais.*

O primeiro palestrante a falar nesta sessão foi o jornalista Carlos Alberto Sardenberg que apresentou um panorama geral da atual crise brasileira, especialmente em seus componentes econômicos e políticos. A seguir os

demais participantes foram convidados a comentar como entendem e enfrentam as crises descritas, bem como suas contribuições para vencê-las.

**Daniel Feffer:** Queria agradecer o convite, a oportunidade para eu me aperfeiçoar com as experiências dos participantes deste evento. Gostaria de falar um pouco de conceitos em torno de filantropia, e de como entendo a crise que temos atualmente em nossa sociedade. Eu sei que vou falar para um público que sabe muito mais do que eu – quero citar alguns conceitos para justificar uma linha de raciocínio que pretendo seguir nesta minha participação, e falar de filantropia em diversos aspectos.

Pelo Google, filantropia significa humanitarismo, uma atitude de ajudar o outro, de fazer caridade, de exercitar a responsabilidade social, dar vida a existência de ONGs, do voluntariado ou, mais recentemente no Brasil, do investimento social privado. É um termo de origem grega que se refere ao amor à humanidade. O imperador romano do ano 363 achava que filantropia era uma característica das atividades dele e, na ocasião, um sinônimo de caridade. Mas sabemos que as religiões já tratavam desse tema muito antes. O conceito de filantropia, para mim, traz a consciência a respeito dos que nos cercam. Meu avô, Leon, fundador do nosso grupo, dizia que temos de trabalhar não só para nós, mas também para os outros: para a família e para a sociedade. Uma coisa bem simples, mas de um impacto de longo prazo que vai desencadeando uma série de inspirações para vida dos membros de minha família.

Outra reflexão. Se nós estamos trabalhando na filantropia, estamos buscando alguma forma de harmonia. Num curso de liderança em Harvard, um professor dizia: “Para cada crítica, precisamos fazer cinco comentários positivos”. Imagina o que isso significa em torno de uma ação social, em torno de uma negociação comercial. Eu penso que é uma questão de maturidade, dos estágios da evolução pessoal, social e da humanidade. Talvez vocês já conheçam o conceito da pirâmide, em que na base, temos as questões materiais; no meio, as questões relacionais e, no topo, as questões conceituais. Eu acredito que isso possa ser usado para tudo

na vida. Uma criança, na base, está aprendendo a andar, comer, falar, as funções motoras concretas. Na adolescência, está aprendendo a se relacionar: qual é sua identidade, quais são seus limites perante o outro. E, na fase adulta, é o intelecto. Pode-se dizer ainda que existe um outro aspecto mais amplo, que seriam os valores, ou espiritualidade, mas vamos nos ater a esses três. Na empresa, o concreto seria o produto, o fornecedor, as instalações, o mercado. O relacional seria a parte comercial, a relação com os colaboradores, com os fornecedores, com todos os *stakeholders*. E, na parte intelectual, sem dúvida, a estratégia. E aí é que entram os valores.

Eu penso que, na maioria das vezes, é muito difícil a uma empresa começar a se preocupar com a responsabilidade social, porque muitas vezes ela está se ocupando das questões fundamentais para sua própria sobrevivência. E aqui no Brasil, com todas as condições que o Sardenberg descreveu – que são históricas, não são recentes, a gente vive mais em crise do que em estabilidade –, é difícil ter condição, ambiente de negócio, para desenvolver outras ações além do sustento da própria empresa. Se um indivíduo tem de cuidar do sustento para si, ele não tem como se preocupar com o próximo. No avião, ponha a máscara em você antes de pôr a máscara na criança. Isto representa um paradoxo: se o dirigente, por causa de crises recorrentes e muitas permanentes necessita se preocupar com a organização, como é que ele vai conseguir fazer uma ação social?

Falando um pouco da história da nossa organização. Meu avô Leon chegou da Ucrânia em 1919 sem falar português. Ele foi recebido e ajudado pela pequena comunidade judaica de São Paulo na época e, a meu ver, retribuiu essa ajuda ao longo de toda a sua vida. Além de empresário, foi por 30 anos presidente de uma escola, o Colégio Renascença. Foi co-fundador do clube Hebraica e do Hospital Albert Einstein. Meu avô era um ativista social. Ele teve participações em diversos empreendimentos no Brasil. Era um grande líder na comunidade judaica e empresarial. A partir da comunidade judaica, ele expandia e inspirava ações que contribuem para a sociedade brasileira como um todo até hoje. Meu pai, Max, desde a década de 80, já enxergava a importância da educação e da cultura. Nesse período, ele foi secretário de Ciência, Cultura e Tecnologia aqui

no Estado de São Paulo. Ele sempre se preocupava com a excelência em todas as ações: no equipamento, nas relações pessoais e institucionais, na formação das pessoas. Em 1999, ele liderou a criação do Instituto Ecofuturo, que eu presido hoje, uma Oscip que há 16 anos atua na área de conservação de florestas e estímulo à leitura, com mais de 100 bibliotecas e *advocacy* em torno da leitura, como a criação do Dia Nacional da Leitura – 12 de outubro, para quem não sabe. Aproveito para destacar o trabalho feito pelo IDIS junto ao Instituto Ecofuturo de criar uma atividade que gera receita. Capturando a experiência adquirida no parque ecológico, foi criado um serviço que gera renda, um serviço de conservação de parques, como plano de manejo, trilhas, pesquisas científicas. Sem fins lucrativos. Isso ajuda a manter o Ecofuturo.

No nosso grupo, a Suzano, especialmente, antes ainda de a legislação exigir, já preservava grande parte das áreas de florestas. Hoje, essa preservação está em torno de 40%. A empresa foi pioneira na produção de papel reciclado, atuando em parceria com cooperativas que aumentavam a renda dos catadores. Em todas as iniciativas, o grupo Suzano mantém atenção no presente e mira no futuro, planejando sempre o longo prazo. Assim, plantamos hoje as sementes que queremos colher no futuro, tanto nos negócios quanto no investimento social. Isto faz parte de nosso DNA: plantar uma floresta leva mais de sete anos, e isso nos leva a pensar em longos ciclos.

Por meio da Fundação Arymax, que é parte da nossa organização voltada para a filantropia, nós desenvolvemos jovens líderes com grande potencial de multiplicação e transformação. A fundação é baseada num *endowment*, instrumento ainda pouco utilizado pelos investidores sociais brasileiros. E, cuja importância, especialmente nestes tempos de crise, torna-se importantíssimo para gerar os recursos que necessitamos. Períodos como este, falando em crise, gera juros mais altos, que acabam contribuindo para o investimento social que queremos realizar.

Também é importante lembrar que ao longo de muitos anos, investimos em ações e relações com *stakeholders* e a sociedade. Nós criamos um lastro de confiança, integridade e credibilidade devido ao nosso impacto

social efetivo. Tudo isso tem como base o DNA da empresa, em nossa cultura, em nossos valores. Sabemos que a economia tem seus ciclos, e a ele devemos nos adaptar. Por exemplo, quando construímos uma fábrica – nossa atividade é de alto capital intensivo –, somos obrigados a restringir outros gastos, eventualmente postergando algumas iniciativas sociais. Porém, mantendo os olhos no horizonte de longo prazo, estando este desejo de realizar iniciativas sociais presentes, atrelados aos valores e ao DNA da organização, eles retornam rebustecidos.

Esta não é a primeira crise que nós vivemos, não será a última, apesar de estar sendo tão grave. Precisamos enxergar a crise como algo passageiro e uma oportunidade. É cada vez maior o número de empresas familiares que são capazes de se reinventar, chegando a sobreviver por diversas gerações. Nesse aspecto, eu acho importante que se pense nas novas gerações da família participando cada vez mais da filantropia e podendo gerar algo que faça brilhar seus olhos, e isso é feito quando é construído em conjunto.

Não existe uma organização sustentável num mundo que não é sustentável. Por isso, nós pensamos e agimos além das fronteiras da empresa. Nós sabemos que podemos ser responsabilizados pelas ações sociais que fazemos, mas, mesmo assim, devemos cumprir a missão conscientes daqueles que nos cercam e de suas necessidades. Muito obrigado.

**Ana Lúcia Villela:** Bom dia a todos. Obrigada, IDIS, pelo convite. Obrigada, Paula, pelo convite. Vou aproveitar um pouquinho a fala do Daniel, que falou das empresas familiares, porque eu também venho de uma empresa familiar, muita gente que está aqui nesta sala também vem de empresa familiar. O que eu acho interessante em uma empresa familiar é que ela geralmente sobrevive mais tempo e vai melhor no mercado – e tenho certeza que é por causa dos valores que as famílias carregam. Acho que temos sempre que focar nos valores. Essa é a minha bandeira. Aliás, o Alana nasceu assim. A bandeira é sempre buscar não perder os valores em que acreditamos e fazer com que as crianças tenham esses valores.

Tudo bem, a empresa só vai ser sustentável se tivermos um país e um planeta sustentáveis, mas também nós, e toda a humanidade, só vamos

poder continuar a viver se estivermos num lugar sustentável. Para isso todos são responsáveis.

Eu parto da crença de que é impossível a gente estar totalmente bem ou feliz se o outro não está. Pensando assim fica muito fácil contribuir, querer ajudar, querer pensar numa cultura de doação.

Eu gostei muito quando a Suzy falou do significado de crise, e eu fiquei pensando que a maior crise mesmo é a gente não ter segurado com toda a força do mundo os valores em que a gente acredita. Essa para mim é a maior crise. É o antes de tudo, é o básico, é a primeira coisa que a gente tem de fazer: pensar naquilo que a gente acredita e lutar por isso.

Essa corrupção toda que está acontecendo, essa crise econômica e política, pode ser muito boa, na verdade. Quero olhar pelo lado da esperança. Acho que todos os presentes têm esperança, sendo do tipo de gente que olha para esse quadro e fala: "Ok, é possível construir uma casa em cima de um lixão"?

Comecei meu trabalho social em uma comunidade aqui em São Paulo que se chama Jardim Pantanal. A ocupação desta área ocorreu quando eu cheguei, junto com a comunidade. O que a gente via na época era todo mundo invadindo e ocupando uma área que oficialmente pertencia a família. Umhas 30 mil famílias se instalando, e criando uma comunidade na periferia. Nesta área havia duas lagoas e também florestas.

Pouquíssimo tempo depois, as lagoas viraram grandes lixões. E não foi porque a comunidade quis. Era porque pessoas que faziam construções, trabalhavam com lixo, traziam o lixo aqui do centro de São Paulo e iam jogando nessas lagoas. Num dado momento, quando não tinha mais espaço para construir habitação no terreno firme, os invasores punham entulho em cima do lixo, e construía a casa em cima da lagoa, do lixo e do entulho. É claro que essas casas, quando chovia, eram as primeiras a caírem, e as crianças dessas famílias eram as mais doentes. O que eu quero dizer é que é impossível construir uma coisa boa em cima do lixo.

É assim que eu vejo nossa crise. Estamos varrendo tudo isso, limpando esse lixo para construir nossa casa. Então, sou super otimista. Acho que essa crise é maravilhosa, porque teremos a chance de fazer essa varredura

ra. E, daqui para frente, eu espero que, em pouco tempo, tenhamos um país não corrupto, sem essa crise tão pavorosa, um país em que possamos construir aquilo com que sonhamos. Mas isso não nos impede de fazer isso desde já, ou desde sempre, talvez, como muitos aqui. Temos de colocar a mão na massa e fazer. Alguém pode dizer: “Ah, é crise, as empresas não vão ter tanto dinheiro para dar para a filantropia, como vai ser isso?”. Mesmo os investidores talvez não tenham tanto dinheiro, mas há muitos outros recursos, temos muito contato, temos muito conhecimento, temos muita experiência para doar para as pessoas, para a comunidade, para o nosso país.

Eu realmente acredito nessa força, e, se eu puder ajudar nesse chamamento, e se todos nesta sala – somos muitos e fortes – conseguirem realmente lutar com mais força e cada vez mais junto, mais rápido vamos conseguir chegar aonde queremos.

O GIFE fez um fundo, o BIS, que é para ajudar o ecossistema de doação. Está acontecendo o movimento do IDIS e da ABCR pela cultura de doar. Tem o Dia de Doar, tem várias iniciativas acontecendo, começando a aparecer com mais força, pipocando, nesses últimos dois anos, neste ano. Acho interessante, não porque é para trazer gente com muito dinheiro, mas porque podemos fazer essa cultura de doação acontecer. É pensar em doação individual de qualquer pessoa. Pode ser eu, pode ser a moça que trabalha em casa, pode ser o guarda da rua, enfim, não importa. Todos nós podemos doar, e doar dinheiro, tempo, conhecimento, experiência. Inclusive, sabemos que, aqui no Brasil, se você pensar em proporção, muitas vezes a população de baixa renda doa mais do que quem maior renda. Isto nos ajuda a pensar e colocar a mão na consciência.

Vou insistir nisto: temos a oportunidade de substituir o medo trazido pela crise, das incertezas do que pode acontecer, pela ação, por iniciativas de mudança. Agir a favor de alguma coisa que queremos que aconteça – é isso que temos de fazer. Os filhos da esperança, como foi citado no início, movidos pela indignação e pela coragem, devem agir. Coragem, cor, coração, agir com o coração. Se todo mundo agir com coração, teremos um outro lugar. Teremos um outro país.

Queria também aproveitar para falar sobre o meu lugar de jovem – eu não sou mais tão jovem assim, já passei dos 40, mas enfim.... Comecei a investir muito cedo, com 21 anos comecei a fazer investimentos. Como fazemos para trazer os jovens para o mundo da filantropia? Há vários jeitos. Um deles, sem sombra de dúvidas, é o exemplo. É incrível a quantidade de jovens que aparecem no Alana para perguntar para mim como comecei, o que fiz, no que eu acredito, como se faz. Eu sou um pouco envergonhada, mas eu topo falar em público e com os interessados, porque acho que falar sobre o que fazemos e falar sobre o nosso exemplo tem um impacto grande, positivo. Temos de falar sobre as coisas positivas que estão acontecendo e servir de exemplo para as outras pessoas fazerem o que fazemos.

Sabemos que muitos pensam equivocadamente, “mas os jovens não investem nada, tem muito jovem que poderia ser filantropo e não está investindo, tem muita coisa que poderia acontecer”... Tem. Talvez a gente tenha de vender essa ideia da importância dos jovens de outras formas. Por exemplo, vejo os negócios sociais como uma forma super legal de trazer os jovens para investir na área social, porque a filantropia é fundamental, importantíssima. Sou a primeira a carregar a bandeira da filantropia. Mas no Alana, além da filantropia, uma parte pequena do que fazemos é investir em negócio social. É 10% do nosso investimento, mas o negócio social faz o jovem entrar com sua dinâmica, com vontade de fazer uma empresa, buscando estabelecer um startup bacana, pensando na sociedade, na mudança que ele vai fazer antes do lucro. E é essa cabeça que queremos: do jovem que chega ao mundo, que vai chegar às empresas ou fazer uma grande empresa, o que for. Pensando: antes de mais nada, qual o impacto que eu estou deixando no mundo, o que eu quero do mundo. Os negócios sociais são uma ponte muito boa para isso.

Eu queria falar também sobre essa tendência jovem, talvez, de apostar no risco. Como filantropo, é nosso papel poder arriscar e investir em coisas mais ousadas. Não somos governo. Eu não estou pensando tanto em empresa. Quando você tem um *endowment*, consegue pensar e fazer projetos muito mais ousados e importantes para a sociedade. Isso é uma

coisa bacana: dar aos jovens esse exemplo da ousadia, do risco e de quanta coisa podemos fazer.

O movimento do universo é muito parecido com o nosso movimento de inalar e exalar, a respiração. É um movimento que tem de ter harmonia, e harmonia é sempre assim, é o dar e receber. Tem de haver isso sempre.

É isso. Obrigada.

**Henrique Herbert Ubrig:** Excelente. Muito obrigado a todos. A mensagem é clara: mãos na massa, ativista social. Os exemplos aqui, desde o avô aos netos, quanta coisa e quanta história. E o aspecto dos jovens, comentários absolutamente para cima, positivos.

Tem uma pergunta aqui, e quem quiser fazer mais perguntas, tem microfone. A pergunta que eu tenho é a seguinte: como as organizações poderiam influenciar, inovar, renovar a política? Porque aqui está se dizendo que nós temos graves consequências resultantes de nosso processo político.

**Daniel Feffer:** Acho a pergunta ótima e eu vou responder com uma outra pergunta: quantos dos senhores estimulariam ou concordariam que seus filhos atuassem na política?

**Henrique Herbert Ubrig:** Hoje, nada. Zero. [Ana Lúcia Villela levanta a mão]. É um desafio.

**Daniel Feffer:** Vários participantes dizem sim, mas a maioria não, ou não se expressou. Acho que o trabalho junto aos jovens é começar a abrir a cabeça para que isso comece a acontecer, e aqueles que estão despondendo sejam apoiados.

**Henrique Herbert Ubrig:** Ótimo. Ana, diga.

**Ana Lúcia Villela:** Como pode ajudar? Acho que há milhões de jeitos, mas uma coisa que eu acho que todo mundo podia ajudar era a RAPS.

Vocês conhecem? Ajudar na formação desses futuros políticos. Vamos pensar no futuro. Quem não conhece, por favor, entre no site da RAPS. Acho que temos de investir nessa rede para ela ficar cada vez maior, e haver muita verba para formar políticos decentes, com valores que que-remos neste país.

**Henrique Herbert Ubrig:** Nós temos perguntas para mais duas horas, mas, infelizmente, estamos sem tempo. Nós temos um rigor de timing. Quem perguntou vai ter a oportunidade no café de falar diretamente com quem está aqui presente.

Queria agradecer aos palestrantes. Excelentes exemplos, excelente in-formação. Isso abre todos os nossos paradigmas e barreiras. Aqui tem muita pergunta sobre como fazer mais coisas. As pessoas estão muito interessadas em sair do nível em que estão e avançar para alguma coisa. Claro que precisa de um mecanismo que catalise isso. Fazer isso de uma maneira inteligente.

Um agradecimento aos palestrantes e um agradecimento a vocês. Muito obrigado.

## O PAPEL DA FILANTROPIA NO RESGATE DE VALORES



Heather Grady, da Rockefeller Philanthropy Advisors, faz sua apresentação sob o olhar da diretora executiva da Transparência Internacional Colômbia, Elisabeth Ungar Bleier, e do diretor da Terra Global Capital, Terry Vogt

## Participantes:

**Alfonso Carrillo**, filantropo guatemalteco e fundador do Movimento MelImportaGuate

**Elisabeth Ungar Bleier**, diretora-executiva da Transparencia por Colombia e integrante da junta diretiva da Transparência Internacional

**Heather Grady**, vice-presidente da Rockefeller Philanthropy Advisors

## Moderador:

**Terry Vogt**, diretor da Terra Global Capital

*Afinal, o que está acontecendo na sociedade? O que significa a crise que estamos vivendo e como podemos melhorar este quadro? Por que tudo isso nos afeta e até causa uma sensação de descrença na possibilidade de existir um mundo melhor?*

*Uma possível e válida resposta é a ausência da prática de valores imprescindíveis ao convívio social. É o nosso distanciamento cada vez maior de algo que faz parte da essência do ser humano.*

*Os gregos definiram os valores como virtudes, qualidades potenciais do ser humano que deveriam ser desenvolvidas por todo aquele que deseja alcançar a excelência. Aqui, vemos algo interessante: os gregos afirmavam que está na essência do ser humano a busca pela excelência. Assim, os valores são definidos como princípios éticos fundamentais que norteiam as ações das pessoas. É necessário ter consciência ética desenvolvida para poder abrir mão de qualquer vantagem em função da atitude que julga ser correta. No entanto, aquilo que se julga eticamente bom nem sempre é agradável ou vantajoso para aquele que o pratica.*

*Estes temas foram trazidos de maneira exuberante e profunda pelos participantes desta sessão por meio de suas vivências pessoais, especialmente na Guatemala e na Colômbia, países que atravessaram crises importantes de impunidade, corrupção e descrédito nas autoridades constituídas em seus poderes executivos, legislativos e judiciários. A sociedade civil, profissionais e empresários, agindo de maneira estratégica, coordenada, e com objetivos claros estabeleceram organizações para promover e instalar mecanismos de vigilância e controle social. Após anos de esforços os participantes também identificam as mudanças ocorridas, e a importância da incorporação de valores humanos éticos e morais para reconduzir seus cidadãos a dignidade perdida.*

*Também nesta sessão é discutida a importância dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aprovados na ONU, que envolve os países em estabelecer os seus planos nacionais para alcançá-los, e que tem como base valores que devem fundamentar o desenvolvimento econômico, social e ambiental de maneira harmônica para uma sociedade mais justa e sustentável.*

**Terry Vogt:** Meu nome é Terry Vogt. Eu já trabalhei dos dois lados do muro. Estive no time do Darth Vader por 30 anos. Justificava o que fazia para minha família dizendo que tínhamos uma fundição de cobre, mas que havia uma nova fundição de cobre que polui menos. Há uns dez anos, tive a sorte de cair nos braços de Luke Skywalker, e passei três anos trabalhando com desenvolvimento sustentável no maior financiador privado para o meio ambiente do mundo, a Gordon and Betty Moore Foundation. E, ao fazê-lo, encontrei novas maneiras de olhar o mundo.

Trabalhei ainda nos dois lados da filantropia: atuei como oficial de programa, doando dinheiro – o que é mais difícil do que as pessoas imaginam –, e também tenho um pequeno fundo próprio, um fundo aconselhado pelo doador, então, também tenho trabalhado em como ter impacto.

Na Gordon and Betty Moore Foundation, éramos instigados a considerar algumas questões fundamentais quando víamos uma oportunidade de doação. A primeira era se a pergunta ou problema a ser respondido pela doação era importante para a sociedade. A segunda, e talvez mais importante para a fundação, é se era mensurável. A terceira era se podíamos fazer a diferença.

Ao olhar esta plenária de hoje, quero chamar atenção de vocês para algo muito interessante, que é o poder das palavras. Em português, o nome dessa plenária é resgate de valores. Em inglês, estamos promovendo valores (*promoting values*). Eu não sei por que isso está lá, mas é algo sobre o que pensar. Tenho sorte de poder parar de falar neste momento, pois temos pessoas que têm tanto resgatado quanto promovido valores, e gostaria que ouvíssemos primeiro a história de Alfonso Carrillo, da Guatemala.

**Alfonso Carrillo:** Bom dia a todos. Obrigado pelo privilégio de estar aqui. Há dois meses, recebi o convite para vir. Minha primeira dúvida era sobre o que eu iria fazer no Brasil, que é um país enorme, enquanto o meu é muito pequeno. Mas, alguns dias depois do convite, aconteceram duas ou três histórias que me fizeram tomar a decisão de vir. Uma delas foi uma empresa europeia que estava avaliando uma aquisição bem grande no Brasil. No fim das negociações, eles me ligaram para que eu notificasse o vendedor, dizendo que não comprariam, que não se sentiam confortáveis no Brasil, que achavam que havia uma crise muito séria, e os consultores de risco tinham aconselhado a não irem para o Brasil.

Algumas semanas depois – vivo em Boston no momento, sou fellow na Universidade Harvard –, tive a oportunidade de me encontrar com vários gestores de fundos com enormes investimentos na região, e um deles disse: “Estamos muito desapontados com nosso investimento no Brasil”.

Desculpem-me dizer isso para vocês, mas sinto que devo falar o que algumas pessoas pensam. Eles disseram : “Estamos planejando sair do Brasil, até mesmo assumindo perdas. Estamos muito preocupados com a situação”. Há algumas semanas, eu me encontrei com o CEO de uma

grande multinacional no Brasil, e ele expressou a mesma preocupação. Por isso, decidi que viria aqui para compartilhar o que tinha.

Sou advogado e empresário e, em 2007, estávamos numa crise severa na Guatemala. Havia 99% de impunidade no país, o que significa que um caso em 100 era resolvido, e isso depois de muitos e muitos anos. Sequestros, extorsões. O crime era controlado das prisões. Havia casos severos de má-nutrição, mortalidade infantil. Escolas como esta [mostra slide] eram as melhores. E um índice de impunidade de 99%.

Como advogado, eu era afetado, não aguentava mais aquilo. Decidi chamar minha mulher e meus filhos e dizer: “Esse país nos deu tudo, mas esse país não pode continuar na mesma situação. E alguém precisa fazer algo, nós precisamos fazer algo”. Discutimos e decidimos usar todo o esforço e os recursos que tínhamos para lutar contra a impunidade, para lutar contra a corrupção e tentar mobilizar as pessoas.

A primeira coisa que fizemos foi estudar e aprender com outros países. Fui para Cingapura e para outros lugares. Em 2009, ouvi falar de uma organização incrível de controle de governo na Colômbia, que era dirigida por nosso mentor. Fomos para lá e aprendemos bastante. Aprendemos que a mesma coisa que estávamos vivendo já havia acontecido em algum outro lugar. A Colômbia foi extraordinária. Eles abriram suas mãos e seus braços e nos mostraram tudo. Eles tinham o que era chamado de Elección Visible na Colômbia, dirigida pela Elisabeth [refere-se a Elisabeth Ungar Bleier, também presente na mesa] e nós os copiamos, criamos o Guatemala Visible.

Um detalhe importante é que nós tivemos de convencer as pessoas. Tivemos uma guerra civil que durou 35 anos. A paz foi assinada, mas ainda não há paz. Fomos capazes de convencer as pessoas a se juntarem para trabalharem unidas. Estávamos numa crise, precisávamos fazer algo. Também criamos uma plataforma para jovens mulheres líderes. Nós estudamos e vimos que, em alguns países, as mulheres são aquelas que fazem as mudanças – e a força da mulher tem a ver com as crianças e seus valores. Nós focamos em ajudar mulheres e jovens no interior do país a criarem movimentos.

Nós criamos o Me Importa Guatemala, basicamente uma maneira de se conectar com os jovens para fazê-los entender o que estava acontecendo. O país estava numa situação desesperadora, e nós fomos às Nações Unidas pedir ajuda. E, por sorte, as Nações Unidas e governos estrangeiros disseram que queriam ajudar, e agora há uma comissão contra a impunidade, algo que não existe em nenhum outro lugar. Um procurador internacional com um grupo de 200 investigadores estrangeiros está lutando contra a impunidade e a corrupção, porque nosso sistema não conseguia fazer isso.

Juntamos todas as pessoas. E só posso dizer isso: trabalhem juntos. Eu nunca encontrei, em nenhum lugar que visitei, pessoas tão comprometidas quanto no Brasil. Vocês têm uma grande oportunidade, vocês têm pessoas ótimas e maravilhosas. Estava pensando que só nos Estados Unidos eu havia visto um espírito de ajuda nesse nível. Juntem-se. Basta trabalhar junto para colocar o foco na democracia. Precisamos trabalhar a democracia.

Nós temos a força, nós somos cidadãos. O que queremos fazer? Esperar que haja uma grande crise e que haja um movimento, para ver o que acontece? Ou queremos tomar a liderança de nosso destino? Nós podemos. Os tempos mudaram. Agora, o tempo exige que nós, enquanto cidadãos, ajamos para fazer as coisas. E não é fácil, não gostamos de lidar com essas coisas. Sou advogado, obviamente gosto de fazer isso, mas, como empresário, não gosto. Mas precisamos fazer, precisamos tomar a liderança de nossos países, precisamos estar unidos – colombianos, brasileiros, todos na América Latina.

Nós estamos numa crise. Não temos um histórico de governos sólidos. Por anos, temos vivido crises, todos nós. Mas agora é hora de agir e de dizer: “Somos os donos de nossos destinos”. Não precisamos focar no curto prazo, mas no longo prazo. O que queremos em longo prazo? Queremos mudanças, e isso significa obter consensos.

Não tenham medo, haverá muitos fracassos, mas tenham esperança, continuem trabalhando, tentem, ajustem, mas mantenham um foco claro. Como vocês querem que o Brasil seja em dez, 20, 50 anos? Esse é um

grande país, eu admiro o Brasil. Esse país pode ser uma das economias mais importantes no mundo, e vocês sabem disso.

Meus amigos dizem que o problema é a corrupção, o sistema de Justiça. Para nós, era a mesma coisa. Se não há um sistema de Justiça funcionando, não há ordem. Nosso grande problema tem sido a falta de consequências, pois nada acontece. Obviamente, há muita gente na cadeia, mas os criminosos realmente perigosos, e as pessoas que estão no governo?

Quantos impostos pagamos? E vamos deixar alguns funcionários que não têm competência para governar controlarem nosso dinheiro? Nós temos de controlar nosso destino. Temos de trabalhar para que nosso governo eduque as pessoas. Mas precisamos fazer isso juntos, e não esperar que alguém o faça.

Há uma crise de governança, todos temos uma crise de governança. Uma das coisas que eu decidi fazer foi lutar legalmente, e eu instiguei a Corte Suprema, o procurador-geral, o chefe da Defensoria Pública em 2009, e temos feito isso até hoje. É chato? É chato, sim. Mas precisamos fazer. Se não o fizermos, quem irá fazer? Ninguém. E vamos apoiar grupos, vamos apoiar a criação de grupos.

Vocês têm uma grande oportunidade. Vocês já estão juntos aqui, pessoas como vocês. Disso é o que precisamos: fazer as mudanças. Vejam a Colômbia. Fomos a Medellín falar com empresários. Foi ótimo. Eles colocaram todos seus negócios juntos. Criaram uma holding de todas as empresas de Medellín. A Colômbia é uma grande fonte de aprendizado, mas há outros países. Há uma oportunidade. É um tempo de crise.

Eu vejo no Brasil hoje algo que não vejo em lugar nenhum. Um grupo de pessoas muito bem educadas. Encontrei pessoas fabulosas por aqui. Falem uns com os outros, concordem, isso não pode continuar. Vocês têm o poder, a habilidade. Contratem profissionais e experts. Custa dinheiro, sim. Mas quanto tem custado para as empresas continuarem como estão? Quanto valor foi perdido por causa dos problemas da economia? Quantos impostos vocês pagam? É incrível. Vocês pagam mais impostos do que muitos países no mundo.

Mas o que está acontecendo? A mesma coisa que em nosso país. Conseguimos fazer uma grande mudança nos últimos anos. Há mais de 120 altos funcionários de governo na prisão, ex-presidentes do Banco Central, o presidente do país está na cadeia, o vice-presidente. Podemos conseguir. É difícil. Nós levamos oito anos. Mas vocês podem conseguir. Vocês têm algo que nós não temos: essas pessoas maravilhosas com o desejo de agir e de pensar sobre isso. E vocês estão aqui.

Eu admiro muito este país. Estou indo embora do Brasil, tenho de ir em um minuto, mas, para terminar, estou indo embora impressionado. Este é um grande país, e vocês são incríveis. A única coisa que posso lhes dizer é: trabalhem juntos. Governança é o assunto mais importante. Se não tomarem o controle da governança, nada vai acontecer. Podem ajudar na saúde ou na educação, mas não tem ordem. Se não houver pessoas ótimas no governo, o país não terá recuperação.

Valores e princípios. Essa era a nossa crise. Essa é a crise em todos os lugares. Precisamos nos levantar e dizer que esses são nossos valores, e esse é o futuro para nossas crianças. Está nas nossas mãos. Obrigado!

**Terry Vogt:** Meu trabalho de introduzir a Elizabeth Ungar foi feito pelo Carrillo. Obrigado!

**Elisabeth Ungar Bleier:** Bom dia a todos. Quero agradecer ao IDIS pelo convite. Estou muito honrada. Seus membros, seu staff e o staff que organizou tudo isso perfeitamente. É realmente uma honra e uma inspiração. Não gosto de falar sobre mim, mas vou me aproveitar do que Alfonso acabou de dizer, apenas algumas palavras sobre a experiência que ele mencionou.

Fui acadêmica por 30 anos. Em 1998, a Colômbia passava por uma de suas mais profundas crises. Uma das mais, porque vivemos crise atrás de crise. Houve acusações muito fortes contra o presidente na época, e o Congresso foi eleito com influência e financiamento muito grande de traficantes de drogas. Naquele momento, em uma universidade privada de elite, alguns de nós tiveram a ideia de criar uma organização de controle do Congresso e das eleições, que ainda existe.

Deixei a universidade faz oito anos, quando me lancei na maravilhosa aventura de me juntar à Transparência Internacional e dirigir seu escritório na Colômbia. Crises são uma ótima oportunidade para fazer coisas e trabalhar junto. Nesse projeto, trabalhamos junto com o setor privado, com a mídia, com acadêmicos de diversas universidades, com organizações não governamentais regionais e nacionais. Conseguimos muitas coisas, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

Fui convidada a falar, neste importante fórum, sobre o papel da filantropia na promoção da transparência na sociedade e no fortalecimento da sociedade civil em países latino-americanos em tempos de crise. É certamente uma honra, mas devo dizer que não foi fácil escrever as ideias que quero compartilhar com vocês hoje. Deixem-me começar dizendo que vivemos num continente extraordinário, com pessoas lindas e criativas, com uma riqueza cultural e natural profundamente diversa, com uma história política, econômica e institucional que passou por muitos estágios e problemas, mas que também mostrou capacidade de adaptação a novas circunstâncias.

Mas também é um continente com enormes desafios. Um deles tem a ver com a perda de valores éticos. Não é uma questão de princípios morais ou religiosos. Tem a ver com a dignidade de cada um de nós. Quando milhares de homens e mulheres protestaram contra a corrupção em vários países árabes, dando início ao que foi conhecido como Primavera Árabe, ou então quando os indignados na Espanha se levantaram por mais democracia, ou quando uma multidão de norte-americanos em Wall Street protestou contra os imensos privilégios a banqueiros que causaram perdas bilionárias para milhares de pessoas, ou quando mexicanos por todo o país marcharam por justiça no caso dos 44 estudantes assassinados, ou quando centenas de colombianos encheram as ruas para dizer “chega de sequestros” e “chega de violência”, ou quando pessoas de todo o Brasil levantaram suas vozes iradas pela corrupção – em todos esses casos e, em muitos outros ao redor do mundo, as pessoas estão exigindo dignidade.

Dignidade é um valor não negociável. Não tem preço. Tem de ser protegida por todos nós, por servidores públicos, pela sociedade civil e pelos

empresários. Corrupção é a antítese da dignidade e dos valores éticos, porque é o abuso de poder e a apropriação de bens públicos para atingir benefícios pessoais, porque afeta os direitos humanos, gera pobreza e desigualdade e, muito importante, porque enfraquece a democracia e causa a perda da legitimidade das instituições e da credibilidade da política.

A contribuição do setor privado, por meio da filantropia e de empreendedores sociais, a responsabilidade corporativa para a melhora da qualidade de vida de milhares de pessoas em nossos países é visível. Mas isso não é suficiente. Há também a responsabilidade de contribuir para a consolidação e a melhora da extensão e da qualidade da democracia. Isso demanda um envolvimento ativo de todos os atores sociais, políticos e econômicos de nossa sociedade e, claro, do Estado, do setor privado, mas também, da sociedade civil.

Permitam-me sugerir um conceito provocativo no qual tenho trabalhado por alguns anos. Todos temos uma responsabilidade política que compreende mais do que responsabilidade social. Pensemos na responsabilidade política corporativa e na filantropia política. O que podemos fazer para trabalhar nessa direção? É um compromisso com uma reconstrução e uma recuperação do que é público, entendendo que isso é muito mais e vai além do Estado. O que é público pertence a todos os cidadãos. Temos o direito e também o dever de proteger o que pertence a todos nós, de proteger o que é público. Leis e instituições públicas fortalecidas, partidos políticos funcionando como pesos e contrapesos e um Judiciário independente são fundamentais para a democracia. São a fundação para o império da lei.

Mas, de novo, elas não bastam para atingir uma democracia que funciona bem. Negócios privados e filantropos podem e devem contribuir para o funcionamento de instituições políticas, leis e práticas. Por exemplo, promovendo transparência, accountability e acesso a informação, revelando potenciais conflitos de interesse em suas atividades, como em lobbys e, particularmente, no financiamento de campanhas políticas.

O setor privado e os filantropos têm o direito de financiar e apoiar candidatos, e é um dever fazê-lo. Mas precisam ser transparentes, têm

de dizer quem decide quem será financiado. Esse problema é a última tendência em corrupção política: o financiamento político. E a corrupção política é provavelmente a mãe de todas as outras formas de corrupção, porque se tornou o fator determinante das maneiras como as pessoas ascendem ao poder e o exercem.

Este é o caso particularmente de países como a Colômbia, mas não só, também a Guatemala, o México, onde o financiamento político se mistura com outras atividades criminosas, como o tráfico de drogas, a mineração ilegal, o tráfico de seres humanos. Na Colômbia e em outros países, algumas organizações da sociedade civil têm tido um papel importante no monitoramento de corrupção eleitoral, particularmente do financiamento político.

Por exemplo, a Transparencia por Colombia desenvolveu um aplicativo chamado Contas Claras, que, depois, foi doado à autoridade eleitoral e se tornou a ferramenta oficial para reportar os recebimentos e gastos de campanhas eleitorais de candidatos e partidos. Isso ajuda as autoridades a seguirem o fluxo de dinheiro nas eleições. Claro, estamos falando dos recursos legais. Não podemos seguir os recursos ilegais que vão para campanhas. Mas é também uma ferramenta poderosa para a mídia e para os cidadãos monitorarem quem está financiando economicamente os candidatos e, uma vez que eles sejam eleitos, identificar potenciais conflitos de interesse e favorecimentos em contratos e na indicação de funcionários.

Gostaria também de acrescentar algo muito importante. O que a Transparencia por Colombia está fazendo agora, buscando medidas de financiamento mais transparente, está sendo financiado pelo setor privado. Empreendedores privados e filantropos também devem priorizar a luta contra a corrupção e contra a impunidade na gestão de seus negócios, abraçar valores democráticos, o respeito aos direitos humanos, a igualdade, a liberdade, a pluralidade e a participação em suas próprias empresas e na cadeia de valores das comunidades que se beneficiam de projetos de responsabilidade social. Mais ainda: a democracia exige uma sociedade civil igualmente forte e vibrante, que tenha a capacidade técnica, financeira e política e os recursos humanos necessários para influenciar as decisões

em políticas públicas, para ter um diálogo construtivo com os setores privados e estatais, para exigir accountability de uma maneira informada e constante. Uma sociedade que seja comprometida com a luta contra a corrupção é essencial para atingir esse objetivo.

Nas palavras de um colega meu, Juán Fernandez: “O controle social tem uma dupla virtude: desperta e estimula o interesse dos cidadãos em participar da administração dos bens e dos recursos públicos e, ao mesmo tempo, torna mais difícil o desvio desses recursos para benefício privado”. Isso exige uma estrutura legal que reconheça o controle social como um direito de os cidadãos participarem da construção de uma esfera pública, mas também requer condições para que isso aconteça. E a sociedade civil tem de ser apoiada pelos filantropos.

Referindo-me ao meu país, a Colômbia, como mencionado em um documento recente da Transparencia por Colombia, eu cito: “No contexto da construção da paz no nível subnacional, o controle social certamente contribuirá para a construção do capital social e para o fortalecimento das relações de confiança e proximidade entre cidadãos e as instituições públicas. Sem isso, nenhuma paz será possível”.

Isso tem de ocorrer lado a lado com a reconstrução dos vínculos e das relações dentro da sociedade civil, com uma perspectiva inclusiva de novos atores. Isso vai exigir ações e discursos inovadores, que devem ser construídos coletivamente e com o apoio do setor privado. É em tempos de crise, particularmente de crise política, que as pessoas devem mais do que nunca se juntar aos esforços para proteger sua dignidade. Quando as pessoas perdem a fé nos mecanismos de representação política, elas usam outros meios para se expressar. Claro, alguns deles são abertamente ilegais e ilegítimos, mas muitos, creio que a maioria, são não só legais, mas profundamente legítimos e, portanto, devem ser protegidos e apoiados.

Muitos países na região, e eles não estão sozinhos, enfrentam uma decepção crescente com a política. Decepção que se expressa na perda de confiança nas instituições, no Congresso e nos partidos políticos em particular, com o surgimento de caudilhos autocráticos que buscam perpetuar seus mandatos modificando a Constituição e as leis. Frequentemente, as

raízes desse problema são a falta de transparência e a aceitação explícita ou implícita da corrupção como algo normal, inevitável ou até como um mal necessário para se fazer negócios.

A Colômbia, por exemplo, que sofreu os efeitos de quase 60 anos de violência contínua, mostrou em recentes pesquisas de opinião que a corrupção é o pior problema, até mesmo acima da violência. Na mesma direção, a pesquisa mais recente sobre o ambiente de negócios na Colômbia mostra que a corrupção é o maior obstáculo.

Deixem-me terminar citando Franz Fogel, um dos fundadores da Transparência Internacional: “Quando se pergunta sobre progresso e combate à corrupção, é importante levar em conta pessoas de grande coragem, organizações, organizadores de ONGs e jornalistas investigativos arriscando suas vidas para servir a seus concidadãos. Eles trabalham incansavelmente para dizer a verdade ao poder da Venezuela e do México à Rússia, do Zimbábue ao Sri Lanka, do Paquistão a Honduras. São ativistas em ONGs e jornalistas que foram mortos, espancados e ameaçados, seus computadores foram hackeados. Ao redor do mundo, os regimes autoritários, reconhecendo que o movimento anticorrupção tem ganhado terreno, estão apelando para a intimidação, para a redução de direitos fundamentais, ameaçando ações legais e censurando a mídia. Ainda assim, as ONGs e os jornalistas investigativos se juntam para manter a pressão”.

É óbvio que ninguém pode substituir o Estado na luta contra a corrupção e pela transparência, mas o Estado não consegue fazer isso sozinho. O setor privado, e os filantropos em particular, carregam responsabilidade como parte do problema, mas também certamente como parte da solução. Chegou a hora de a sociedade civil e o setor privado juntarem esforços para recuperar nossa dignidade. Obrigada.

**Terry Vogt:** Gostaria de introduzir alguém que falará sobre um novo consenso de valores, acho que posso usar esse termo: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que acabaram de ser publicados no último mês. Essa é Heather Grady, da Rockefeller Philanthropy Advisors.

**Heather Grady:** Obrigado, Terry. Bom dia a todos. É ótimo estar de volta pelo segundo ano seguido. Paula e os organizadores me pediram para juntar as ideias de crise, valores e os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Vou tentar. Antes, gostaria de perguntar: quem na plateia sabe o que são os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio? Ok, a maioria. Quantos sabem o que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? Ok, bastante gente também. Deixe-me dar um breve *background*, juntando conceitos que já mencionamos esta manhã: confiança, a necessidade de construir confiança, a importância de criar uma narrativa positiva e metas positivas que podem ser apoiadas por diferentes pessoas e organizações, a ideia de diferentes *stakeholders* trabalhando juntos, e também aspectos de responsabilidades compartilhadas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são globais e construídos sobre a noção de que somos uma humanidade indivisível, todos temos de cuidar dos interesses uns dos outros. Temos de fazer isso dentro de nosso países e de maneira global. Essa é a noção por trás disso. E por que eu acho que essas metas são muito baseadas em valores? Gostaria de levá-los há 15 anos, em 2000, quando tivemos a Declaração do Milênio, na qual todos os governos do mundo assinaram uma declaração dizendo que precisávamos de direitos humanos para todos, justiça para todos, boa educação, saúde etc. No ano seguinte, tivemos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, oito metas que fariam com que aquilo acontecesse.

Pensem no que ocorreu nos últimos 14 anos. Tivemos os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos, tivemos o crescente impacto da mudança climática, tivemos uma explosão de guerras no Oriente Médio, crises de confiança nos governos, crescimento econômico, que muitas pessoas achavam que realmente traria prosperidade a todos e terminaria com a pobreza crônica, mas não aconteceu. Nós vemos crescimento econômico que nem sempre significa emprego, redução de pobreza. Essas são as razões importantes pelas quais os governos do mundo, muitas organizações da sociedade civil, empresas e, mais recentemente, a filantropia se uniram para criar um tipo diferente de metas. Vamos de oito metas, focadas principalmente no setor social, orientadas para países ricos dando

assistência aos países pobres, para 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que juntam três dimensões: a social, a econômica e a ambiental. Isso é muito importante, pois, quando separamos essas diferentes dimensões, não abordamos as causas mais sistêmicas ou estruturais de nossos problemas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio tinham muito pouco de ambiental. Não abordavam desigualdade ou governança, *accountability*, corrupção. Esses temas, no entanto, são bem reforçados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Houve cerca de três anos de negociação. Literalmente, centenas de milhares de pessoas estavam envolvidas nas consultas sobre as metas no decorrer dos anos, e então houve outro momento histórico em setembro, quando todos os governos do mundo se encontraram para avaliar e se comprometer com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É um caminho de 20 anos, vai terminar em 2030. A ideia é que, fazendo as coisas de maneira bem diferente desta vez, possamos realmente fazer a diferença.

Algumas metas cobrem o setor social, para que todos tenham acesso a saúde e educação. Algumas tratam de emprego. Algumas tratam de como mantemos um consumo e uma produção sustentáveis. Há três metas em torno de meio ambiente, mudança climática, recursos hídricos. E há uma nova meta, a 16, para sociedade pacíficas e inclusivas, para ressaltar que, sem paz, não há desenvolvimento e, sem desenvolvimento, não temos paz.

Essas coisas foram negociadas no nível global, mas, como bem sabemos, o que importa é o nível local, o que está acontecendo nos países, o que está acontecendo nas comunidades. Todos os governos do mundo irão começar em janeiro – ou até antes – a criar um plano nacional em torno dessas metas. Isso é comandado pelos governos, mas tem de envolver a sociedade civil. As empresas estão se envolvendo, muitas organizações da sociedade civil e a filantropia, principalmente, estão mais envolvidas agora do que estavam nas metas do milênio, exatamente por causa daquilo que Elisabeth acabou de dizer: “os governos não conseguem agir sozinhos”. E temos de manter os governos sob controle. Não podemos

ter mais 50 anos de “sim, nós vamos fazer isso, vamos prover educação”. O sistema educacional em muitos países está falido.

Vou dar exemplo de alguns Objetivos. O quarto: garantir educação inclusiva e promover oportunidades ao longo da vida para todos. Isso responde à crise da educação que temos em todos os lugares. Há muitas dimensões. O desenvolvimento na primeira infância, garantir que todas as crianças estejam matriculadas, mas também garantir que a educação seja boa o bastante para que elas passem para o próximo nível.

O que sabemos é que muitos filantropos em muitos países apoiam projetos educacionais, mas quase sempre de maneira fragmentada. Então, a questão é como fazer a filantropia se engajar mais no trabalho com os governos, não só para preencher as lacunas, mas para criar soluções conjuntas.

Outro objetivo é o oitavo: promover crescimento econômico sustentável e inclusivo, pleno emprego produtivo e trabalho decente para todos. Mais uma vez, isso tem a ver tanto com o comportamento do setor privado e de empresas quanto com políticas governamentais. E tem a ver com a filantropia ajudando a encontrar soluções para todos, de fazendeiros a mineradores e a operários. E as crianças que estão se graduando agora? O que fazemos com elas? Há uma grande oportunidade para a filantropia se envolver com isso.

Vou aproveitar meu último minuto para falar sobre algo que nossa organização, a Rockefeller Philanthropy Advisors, lançou com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e com o Foundation Center. Os três implementamos a chamada SDG Philanthropy Platform. É uma plataforma global na qual nos focamos em trabalhar tanto no âmbito global quanto em países específicos. Se quiserem saber mais, tenho algum material, mas vocês também podem olhar o site [sdgfunders.org](http://sdgfunders.org). Esperamos ansiosamente que o Brasil se torne um dos países em nosso foco para esse trabalho no ano que vem. Obrigada!

**Terry Vogt:** Primeiramente, gostaria de agradecer aos nossos três palestrantes. Tivemos exemplos práticos interessantes de como as coisas

podem acontecer. Acho que precisamos observar o que a Colômbia e a Guatemala fizeram. É incrível. Eu estou conhecendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Eu conhecia de cor os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Vocês estão fazendo um ótimo trabalho. Obrigado a todos!

## O OLHAR DA PRÓXIMA GERAÇÃO DE FILANTROPOS



Palestra reuniu jovens filantropos do Instituto Betty e Jacob Lafer, da Fundação Lúcia e Pelerson Penido e do Instituto Samuel Klein. A discussão foi mediada pelo GIFE.

## **Participantes:**

**Eduarda Penido Dalla Vecchia**, diretora Fundação Lúcia e Pelerson Penido

**Inês Mindlin Lafer**, diretora do Instituto Betty e Jacob Lafer

**Raphael Klein**, fundador do Instituto Samuel Klein

## **Moderador:**

**André Degenszajn**, secretário-geral do GIFE

*Pedimos desculpas aos participantes e ao moderador desta mesa paralela, porém, por um problema técnico no equipamento de gravação, ficamos sem o registro sessão.*

*Lembramo-nos, porém, que foi uma discussão rica, sincera e descontraída de jovens que não se conformam com o que a realidade lhes oferece, e trabalham e lutam para transformá-la, cada um com uma abordagem própria.*

*Eduarda, à frente da Fundação Lúcia e Pelerson Penido, decidiu trabalhar pela melhora da educação para as crianças de cidades do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. Inês, que cuida do recém-criado Instituto Betty e Jacob Lafer leva investe sua sensibilidade de psicóloga em projetos voltados ao aprimoramento sistema judiciário brasileiro, uma causa pouco explorada no país. E Raphael, fundador do Instituto Samuel Klein, também escolheu a educação com meio de transformação da realidade e apoia ações que vão desde educação ambiental até educação financeira para crianças de baixa renda.*

*Além do protagonismo e do desejo de construir uma sociedade mais justa para todos, os três palestrantes desta mesa têm em comum o cui-*

*dar de uma organização social que leva o nome de seus antepassados, buscando preservar os melhores valores de suas respectivas famílias para as próximas gerações.*

*Agradecemos a todos a gentil participação no evento, assim como ao André, que ajudou a conduzir e concretizar este diálogo.*

## INICIATIVAS INOVADORAS PARA A PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO DA SOCIEDADE



Heleno Barbosa Gouvêa, do BID, mediou a mesa *Iniciativas inovadoras para promoção do protagonismo da sociedade* que teve participação de Hilel Schmid, da Universidade Hebraica de Jerusalém, Jane Arnott, da CAF UK, e Marcos Kisil, do IDIS.

## Participantes:

**Hillel Schmid**, professor emérito da Universidade Hebraica de Jerusalém

**Jane Arnott**, diretora da Charities Aid Foundation UK

**Marcos Kisil**, fundador e consultor estratégico do IDIS

## Moderador:

**Heleno Gouvêa**, oficial do escritório de parcerias estratégicas do BID

*Diante da crise brasileira, e diante do papel que deve ter o investidor social ou filantropo, surge a pergunta: poderia ele ser um protagonista das mudanças necessárias? Mas o que é, de fato, ser um protagonista? Como gerar ideias e iniciativas inovadoras para enfrenta-la?*

*A palavra protagonista é formada por duas raízes gregas: "PROTO", que significa o primeiro, o principal, e "AGONISTES" que significa o lutador. No dicionário Aurélio, encontra-se a definição: "pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar em um acontecimento". Com isso, podemos melhor entender a importância desta mesa para definir o papel do investidor social.*

*O Protagonismo significa, tecnicamente, o investidor participar como ator principal em ações que não dizem respeito à sua vida privada, familiar e afetiva, mas a problemas relativos ao bem comum, como no caso específico da sociedade brasileira, onde se faz necessário o aparecimento de indutores de mudanças sociais. Isso ocorre quando, a partir da sua consciência crítica e visão de mundo como protagonistas sociais, os investidores passam a criar propostas reais de intervenção social, que geralmente se materializam em novos grupos, iniciativas, projetos ou organizações sociais, propositoras de novas metodologias de interven-*

*ção, nos mais diferentes campos de atuação social (na família, no bairro, na cultura, no meio-ambiente, no desenvolvimento etc.). Pelo seu temperamento contestador de padrões previamente estabelecidos, por suas inquietudes, capacidade criativa e ânimo para promover transformações, o investidor se converte num empreendedor social orientado para mudanças.*

*Essa transição do ser 'protagonista social' para o ser 'empreendedor social' é algo sutil e que ainda não chega a ser fortemente percebido, e até discutido, com clareza, inclusive pelos próprios investidores e suas organizações.*

*Os participantes desta mesa, tendo como pano de fundo diferentes realidades (Brasil, Reino Unido e Israel), e com base em exemplos vivos de participação, investimento e empreendedorismo, traçam um quadro otimista sobre a importância do investidor social como protagonista para enfrentar momentos de crise da sociedade.*

*As apresentações permitem concluir que os participantes identificam elementos críticos, embora distintos, porém interdependentes, e que devem ser buscados nos investidores que se transformam em empreendedores sociais quando se avalia o papel protagônico do investidor social. Eles são:*

- **Atitude:** fruto da disciplina e da visão inspiradora de futuro; quando se busca saber aonde quer chegar e o que fazer para chegar lá, a atitude é o impulso necessário para transformar ideias em ações concretas; a atitude é um dos principais pilares do protagonismo.
- **Pro-atividade:** a necessidade de manter-se ativo, antecipando-se aos fatos, sempre vigilante, atento aos acontecimentos e de olho nas oportunidades; no ser humano proativo, a ação é sempre mais forte do que a reação.
- **Necessidade e paixão:** a natureza extremamente competitiva do ser humano desperta nele o instinto de sobrevivência, mas a vida é mais do que isso; o prêmio deve ser o reconhecimento pela paixão e a dedicação a uma causa.

- **Significado:** *a vida não é só trabalho e o trabalho não é toda a sua vida, portanto, sentido de contribuição e sentido de realização são componentes essenciais para quem deseja ir além da sobrevivência pura e simples.*
- **Repensar:** *a realidade é o que ela é, portanto, é necessário repensar continuamente as ideias e as ações.*

**Heleno Gouvêa:** Bom dia a todos! Primeiramente, gostaria de pedir desculpas pela ausência do gerente do escritório de parcerias estratégicas do BID em Washington, Bernardo Guillamon. Infelizmente, ele não pôde estar aqui hoje. Tenho certeza de que teria adorado estar, por causa dessas temáticas tão importantes para a discussão do avanço do Brasil. No entanto, é um orgulho muito grande eu poder estar aqui. Gostaria de dar as boas vindas ao Marcos Kisil, fundador do IDIS e seu consultor estratégico, ao Hillel Schmid e à Jane Arnott, que podem mostrar as experiências internacionais. O objetivo deste painel é justamente comentar que, neste momento, a sociedade brasileira enfrenta uma crise econômica, política, social e ética, e que esta é uma grande oportunidade para a sociedade civil ter um papel de protagonismo e tentar contribuir com soluções.

Antes, no entanto, de passar a palavra aos palestrantes, gostaria de fazer uma breve descrição do trabalho que o escritório de parcerias estratégicas faz no banco e falar um pouco das tendências que a gente tem visto na região. O escritório de parcerias foi criado pelo presidente do BID, Luis Alberto Moreno, em 2008, com o objetivo de centralizar as relações com parceiros e sócios do banco. Nós somos o único canal de mobilização de recursos com terceiros dentro do BID. Temos relação com o setor público, através de agências bilaterais de desenvolvimento, como a agência de cooperação espanhola, o Fundo Nórdico de Desenvolvimento, entre outros. E também atuamos muito em projetos com o setor privado, que a gente acredita ser superessencial para o desenvolvimento de um país. Temos projetos com Mastercard, Visa, Colgate, Google, entre outros. Também atuamos sempre próximos com universidades e *think tanks*.

Na relação com os doadores, nós temos observado que, nos últimos anos, houve uma queda muito grande dos recursos não reembolsáveis para a sociedade provindos do setor público na América Latina. Entre 2010 e 2013, houve uma queda de 12% dos recursos de ajuda financeira do setor público para a região. Isso se deve em parte à crise econômica mundial, mas também porque alguns doadores já estão vendo a América Latina como uma região de recursos médios, e não de recursos mais baixos como outras do mundo. Isso implica também que existem hoje menos recursos de doação para desenvolvimento na região. Por outro lado, há um crescimento do financiamento reembolsável. Temos visto há cerca de sete anos o interesse crescente de alguns países em cofinanciar projetos com o banco. Hoje temos dentro do banco um fundo chinês, um coreano, um japonês e um canadense justamente para cofinanciar projetos de desenvolvimento na região. No período de 2007 a 2012, enquanto o financiamento reembolsável do setor público cresceu 14% no mundo, para a América Latina, especificamente, cresceu 37%.

No setor privado, a gente observa o interesse crescente de valor compartilhado, *shared values*, em que se buscam oportunidades de negócios e ganhos competitivos na resolução de problemas sociais. Também temos uma tendência importante que é a mudança geracional, com a nova geração do milênio: os jovens acreditam que o setor privado é tão responsável quanto o governo por enfrentar os novos desafios da sociedade. Um relatório do Boston Consulting Group fala que 37% dos jovens entrevistados preferem produtos ou empresas que apoiem boas causas. Então, temos um olhar cada vez mais atento com relação às atividades das empresas e menos recursos de doação no cenário mundial. Também temos visto um maior número de recursos com destino a investimentos de impacto. Temos PPPs como novo paradigma de colaboração social e um ecossistema filantrópico cada vez mais robusto e diverso.

Tendo em vista todo esse cenário, eu gostaria de passar a palavra ao Marcos para falar um pouco mais do contexto brasileiro e sobre qual o protagonismo que pode ter a sociedade civil para o avanço do governo.

**Marcos Kisil:** Muito obrigado ao Heleno, aos membros da mesa. Conversar sobre a realidade brasileira hoje exige também sermos otimistas. Acho que a grande crise que nós estamos passando é a tal da tempestade perfeita. Além das crises que o Heleno citou, política, econômica, ética, acho que nós temos duas outras crises. A primeira é a crise de liderança. Estamos tendo grande dificuldade de encontrar alguns porta-vozes, alguns personagens que consigam galvanizar uma esperança, consigam galvanizar uma força da sociedade para uma mudança necessária. A outra crise está ligada aos números do último World Giving Index que a Paula apresentou: o Brasil conseguiu cair em um ano da posição 90 para a posição 105.

Diante de um quadro dessa natureza, é possível ser otimista? Eu acredito que sim, mas nós vamos ter de entender o que se pode esperar da sociedade civil, o que se pode esperar dos doadores, à luz do que definiu a nossa Constituição: o Brasil deveria ser um Estado social, democrático, de direito. É muito interessante, porque essa definição rompe um pouco com dois tipos muito comuns de Constituição no mundo. De um lado, você tem constituições liberais, que tiram o Estado das ações e colocam as decisões fortemente no nível da sociedade e do cidadão. De outro, o Estado de bem-estar social, principalmente no pós-guerra, que fez com que fosse possível o resgate, principalmente da Europa, mas também do Japão, países que foram destruídos e que, portanto, necessitavam de uma capacidade enorme do Estado de reconstruir uma nação. Nós não optamos por nenhum dos dois. Nem somos um Estado liberal nem somos um Estado de bem-estar social, mas uma coisa que a gente define como Estado social-democrático de direito. O que é isso? Nós colocamos claramente que a República Federativa do Brasil (estou lendo *ipsis litteris* o que está na Constituição) tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, e como objetivos fundamentais, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais. E a Constituição coloca, entre as coisas importantes que são os direitos sociais, a educação, a alimentação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social,

a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Ora, se a gente olhar qual o é o grau que nós estamos conseguindo cumprir em todas essas palavras que são extremamente importantes e sérias, a gente percebe que o Estado brasileiro está muito longe de conseguir dar esses direitos – que são constitucionais. Nós sabemos muito bem que cada capítulo da nossa Constituição começa sempre na área social com direito do cidadão, dever do Estado. Isso quer dizer o seguinte: a responsabilidade individual, a responsabilidade da cidadania é reivindicar. A atitude do Estado é dar. Isso representa um corte importante para entender o papel que podemos cumprir na sociedade. As sociedades desenvolvidas colocam a responsabilidade individual como um ponto de partida, e nós sabemos muito bem que o desenvolvimento da filantropia se dá fundamentalmente na medida em que você cria as condições da responsabilidade individual. Em todas essas questões, essas mazelas, essas crises das quais estamos falando, não podemos nos esquecer de que do outro lado não está apenas uma entidade: estão pessoas, e elas deveriam se comportar com responsabilidade.

No nosso caso específico, a sociedade civil passou por três momentos para chegar ao atual. O primeiro foi o início da formação de uma cidadania colonialista, que foi o momento em que surgiu, durante ainda o Primeiro Reinado, a ideia da participação das sociedades religiosas. Educação e saúde só deixaram de ser das sociedades religiosas praticamente a partir da Constituição do Estado Novo. O segundo período foi nos anos 1970, já no regime militar, quando diante de toda a agonia daquele período, a sociedade civil conseguiu progressivamente ressurgir, se agrupando e organizando, e também gerando esse acrônimo ONGs (organizações não governamentais) como uma rejeição ao tipo de governo que o país vivia naquele momento. Esse processo reivindicatório, no sentido de cidadania e democracia, foi extremamente importante, porque fez com que mudanças ocorressem, especialmente o fim do regime militar e o reaparecimento do regime democrático. Este segundo momento estendeu-se na Constituição de 88, a tal Constituição cidadã, que é vigente no dia de hoje, e se fortaleceu com o processo de impeachment do presidente

Collor. No momento em que nós conseguimos a estabilidade econômica, o Plano Real, no governo Fernando Henrique Cardoso, teve início o terceiro momento em que as organizações da sociedade civil passaram a ser agentes de transformações estabelecendo inovações nos modelos de serviços que melhor atendessem as necessidades da cidadania especialmente nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, atendimento dos direitos básicos de segurança, prestando assim serviços, complementando de certa forma o Estado que não estava funcionando. Exemplo já clássico deste momento é o surgimento e importância da Pastoral da Criança no combate à mortalidade infantil, e o aparecimento das organizações ambientais – aqui eu cito só algumas, o ISA, Instituto Socioambiental, o SOS Mata Atlântica, que passam a ser atuantes na preservação da natureza. Conseguimos ver uma ABRINQ surgir para trabalhar com os direitos da criança, fortemente impulsionada em criar a qualidade e a quantidade de serviços que assegurassem aqueles direitos.

Essa trajetória da sociedade civil nos leva ao momento atual, quando prestação de serviços e reivindicação passam a coexistir. Porém, as reivindicações passam a ser lideradas pelos movimentos sociais, com nomes novos, lideranças novas, ideologizadas, próximos aos partidos políticos e sindicatos. Um terceiro setor que busca se aproximar e assumir o poder sobre o Estado, como se fossem partidos políticos. Porém, há o terceiro setor que busca exercitar os direitos básicos da cidadania, que realizados, transformariam a cidadania em instrumento poderoso da democracia. Em outras palavras, se por meio da educação torno as pessoas mais capazes de aprender, discernir e aplicar conhecimentos em novas práticas, se as pessoas por meio da acesso aos serviços de saúde possam ser mais capazes de ter uma vida de melhor qualidade ao não sofrer com as doenças, se por meio de ações que melhoram o ambiente se cria condições para a sustentação da vida e do planeta, e claro que se está diante de condições facilitadoras para o desenvolvimento do potencial humano para fazer uma sociedade melhor. Assim, esta sociedade civil complementa a reivindicatória. Assim, temos um terceiro setor que é um múltiplo que se alia, ou repele, relações com o Estado, e com o Mercado.

Nesse quadro como entender o papel que poderia ter o investidor social privado diante da crise que enfrentamos? E, principalmente, como agir para que a sociedade tenha esperança num mundo melhor?

Desde que eu me envolvi com o mundo da filantropia, o que já faz um bom tempo, minha esposa sempre fala que escolhi o lado bom da humanidade, pois eu só me encontro com gente que me dá otimismo, gente que está fazendo coisas acontecerem. Eu vou citar alguns exemplos para pensar uma sociedade que pode e deve ser diferente da que estamos vivendo hoje.

Quería começar com um exemplo muito forte. Sabemos que a criança brasileira está chegando ao ensino fundamental, e eventualmente progredindo até o ensino universitário, sem aprender. E, sabemos também que este tema tem preocupado membros do governo, da sociedade civil e do mercado. Para entender esse problema usarei uma metáfora que é condizente com a minha geração, e nosso aprendizado em usar o computador, e distinguir a diferença entre um *bug de hardware* de um *bug de software*. Neste trocamos um programa instalado e não funcionando por outra cópia e posso seguir trabalhando. Naquele tenho que muitas vezes trocar o equipamento por que o problema é da própria máquina. Acredito que a nossa criança está chegando ao ensino fundamental com *bug de hardware*, o que é comprovado pela neurociência ao estudar o cérebro e reações das crianças entre o útero materno e os seis anos de idade, período em que ocorrem as sinapses cerebrais ligando os neurônios. Estas sinapses é que vão garantir o potencial para aprender, para conviver em sociedades. Para tanto a criança deve ser estimulada desde o útero materno para que tenha o desenvolvimento neuro-psíquico-motor, que a levará a ser um cidadão contribuinte para o futuro da sociedade. Infelizmente, a criança brasileira, especialmente das classes sociais menos favorecidas, não recebe esse tipo de atenção. Como Presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal tive o privilégio de apoiar o desenvolvimento da Primeira Infância, e assistir ao longo desses últimos 10 anos como este tema foi inserido e absorvido na sociedade brasileira por meio de políticas públicas, e por atuação de diferentes profissionais e pais, mas também por

organizações da sociedade civil, acadêmicos e empresários. E, tudo isto por iniciativa de um investidor social.

O segundo exemplo são as Santas Casas de Misericórdia. Elas surgiram historicamente por iniciativa de cada comunidade, e de seus líderes. Foram organizadas como entidades sem fins lucrativos e dirigidas por Conselhos formado por líderes comunitários eleitos para tal fim. Seu financiamento se dava por cobrança dos serviços para os pacientes que podiam pagar, e por doações dos filantropos locais para as despesas efetuados com os pacientes que não podiam pagar. Em 1991 foi criado o Sistema Único de Saúde – SUS, como um sistema de saúde de cobertura universal. O programa é totalmente financiado pelo governo por meio de uma ação tripartida envolvendo o nível federal, estadual e municipal. O SUS nasceu para ter 63% do seu orçamento federal, porém ao longo dos anos, o que ocorreu? O dado é de 2014: o governo federal diminuiu a sua participação de 63% para 42%. Isso significa que os custos operacionais das Santas Casas não estão sendo cobertos, e assim cada hospital se encontra a beira do colapso e do fechamento. O Brasil está perdendo em média mil leitos de hospitais por ano. Assim, a pergunta é: o que fazer? O IDIS, em articulação com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e com a Federação dos Hospitais Beneficentes do Estado São Paulo, preparou e executou, uma proposta de resgatar a participação da comunidade como mantenedora dos hospitais. Atuamos em 104 Santas Casas. O resultado foi extraordinário. Arrecadamos mais de 100 milhões de reais em um ano com as doações comunitárias. Estamos vendo hoje que, primeiro, diminuíram os leitos que iam fechar e não fecharam, e, segundo, estamos vendo cada vez mais a sociedade local ativa para saber o que está acontecendo com a sua Santa Casa.

O terceiro exemplo: o IDIS é parceiro de outras entidades na criação da Fundação Escola Aberta do Terceiro Setor, que tem como objetivo dar preparação e educação à distância para os profissionais das organizações não governamentais, ou organizações da sociedade civil. Nós conseguimos reunir oito fundações para financiar esse programa, que hoje beneficia, em cada ciclo, entre 3,5 mil e 5 mil pessoas com educação à distância.

Portanto, é um esforço que a sociedade doadora pode fazer para a sociedade que está atuando no dia a dia, nas suas comunidades. É um programa que serve o Brasil inteiro.

O último exemplo que eu quero dar: o pessoal da Fundação Banco do Brasil não está aqui, mas trabalhou nos últimos anos ativamente para selecionar tecnologias sociais, que são tecnologias simples para resolver problemas de saneamento, de agricultura familiar, de qualidade da água etc. O banco tem mais ou menos umas 500 tecnologias, que são colocadas à disposição da sociedade porque um ente doador, a Fundação Banco do Brasil, tomou a decisão de fazê-lo.

Só estou dando quatro exemplos, podia ficar aqui o dia inteiro. Existe a necessidade de olhar para os lados e ver o que os outros estão fazendo para nós mesmo encontrarmos qual é o papel que, individualmente ou em nossas instituições, podemos cumprir para fazer desta uma nação decente. Muito obrigado.

**Heleno Gouvêa:** Muito obrigado, Marcos, pelos exemplos. Eu gostaria de passar a palavra para a Jane Arnott, para ela talvez falar um pouco sobre a experiência do Reino Unido.

**Jane Arnott:** Bom dia! Gostaria de agradecer aos meus caros colegas do IDIS por me convidarem para falar hoje, e agradecer a vocês por terem escolhido participar desta sessão. Obrigado, Marcos, pela sua introdução sobre a situação no Brasil. Pediram que eu falasse mais sobre uma perspectiva global da doação e sobre doação em tempos de crise, e a filantropia sendo estratégica e protagonista na tentativa de fazer mudanças. Gostaria de mencionar o World Giving Index, produzido pela Charities Aid Foundation, que olha para tendência e comportamento de doação em 145 países neste ano. Nós perguntamos às pessoas se elas doaram dinheiro, doaram tempo ou ajudaram um estranho nas quatro semanas anteriores à pesquisa. Os dados são de 2014. Os resultados mostram o mesmo padrão de todos os anos: as pessoas ficam muito generosas em tempos de crise e conflitos. Por exemplo, neste ano, o nível de doação

na Ucrânia mais do que quadruplicou, o que nós acreditamos ser uma resposta aos esforços de captação de recursos para as pessoas afetadas pelo conflito na Ucrânia. Nós também vimos altos índices de doação na Croácia, na Sérvia, em Montenegro, na Bósnia-Herzegovina, também por causa das inundações que afetaram aquela região. O Iraque ficou no topo da lista de pessoas ajudando estranhos, houve um grande aumento em relação ao último ano. De novo, acreditamos ser uma resposta natural das pessoas às necessidades humanitárias e aos desafios de se viver naquele ambiente. Nós temos visto esse tipo de resposta ano após ano.

No entanto, também sabemos que doar é algo sensível ao tipo de conflito ou crise, é sensível à natureza e aos motivos por trás de cada conflito. Temos melhores respostas a apelos por causa de desastres naturais do que a desastres provocados por causas políticas.

Porém, mudanças estão ocorrendo. Por exemplo, se tomarmos o caso do Reino Unido, vemos no último ano, ou dois anos, um aumento dos membros da sociedade civil que estão se agrupando para criar bancos de alimento, centros que dão comida gratuita para pessoas que estejam vivendo com escassez de alimentos, o que é resultado de mudanças na política de bem-estar social que foi alterada pelo atual governo como parte das medidas de austeridade para frear os gastos públicos. Da mesma maneira, a atual crise dos refugiados está afetando toda a Europa. Nós vimos uma resposta muito humana de pessoas que oferecem alimentos, bens essenciais, e que atravessam para a França para dá-los a refugiados, também oferecem quartos em suas casas. Está uma ação que vai contra a posição bem hostil dos governos para os refugiados. Essas respostas são muito tangíveis, são muito diretas e são motivadas por algo que eu acredito que deveria motivar toda doação desinteressada: pelo desejo de criar mudança. É a resposta da indignação: “essa situação não é boa o bastante, mas eu quero fazer diferença, vou doar dinheiro para fazer a diferença”.

Também temos visto exemplos de doadores, filantropos, investidores sociais respondendo de uma maneira muito mais estruturada. Essa resposta sistêmica e estruturada pode ser tomada individualmente ou cole-

tivamente, e as respostas coletivas podem ser paralelas ou colaborativas. Para dar alguns exemplos, temos visto um número crescente de fundos globais, oportunidades para doadores se unirem por uma causa e somar seus recursos para tratar questões sistêmicas e estruturais de maneira sustentável. Temos fundos globais para mulheres, para crianças, para direitos humanos, para fundações comunitárias, para diversidade de culturas agrícolas... Também vemos esse modelo ser replicado em âmbito nacional. Por exemplo, há uma recém-estabelecida organização na África do Sul, chamada Social Justice Initiative, que dá a investidores oportunidade para se juntarem e apoiarem a justiça social e o avanço da democracia na África do Sul. Nós temos um modelo muito interessante que vem sendo desenvolvido por pessoas que trabalham com serviços profissionais no norte da Europa para juntar investidores sociais e corporações para identificar e agir em problemas na base da pirâmide social, atentando para coisas como energia, saneamento. O que há de diferente nisso é que temos a filantropia investindo em inovações que serão reproduzidas em escala pelas corporações. Buscam-se fundos filantrópicos para assumirem os riscos que talvez as empresas sejam mais relutantes em aceitar.

Acho muito interessante que os filantropos estão buscando definir a sua agenda e construir liderança nesse processo. Um dos exemplos do qual gostamos particularmente, porque a CAF se envolveu muito com ele, é um modelo de círculo de doação desenhado e iniciado por um grupo de jovens profissionais, pessoas que estão em início de carreira em empresas como Deloitte, Huawei, Excentra etc. O que eles fizeram foi se juntar para fundar círculos de doação dentro de suas empresas. Eles têm um mentor, um membro sênior da equipe, que pode ou não ter experiência com doação, e identificam qual tema gostariam de apoiar e como vão atuar. O nível de investimento financeiro pode ser bem limitado (estão no começo da carreira, não têm muito dinheiro), mas o que eles estão fazendo é buscar responder estrategicamente, usando seus recursos de maneira coletiva, mas também usando suas habilidades. Eles fazem coisas como trabalhar com comunidades locais, com organizações com as quais eles possam se envolver diretamente, mas também no desenvolvimento de

modelos de empréstimo, por exemplo, para bombas de água. É um amplo espectro de oportunidades. Também monitoram o impacto. O papel do mentor é desafiá-los a pensar, para garantir que estejam sendo estratégicos. O princípio é introduzir esse jovens a uma filantropia estratégica em um momento inicial de suas carreiras, para desenvolver suas habilidades de liderança, para forjar um modelo tanto em sua organização quanto em seu círculo social.

Heather falou mais cedo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e acho que não podemos falar desse modelo coletivo sem passar por eles. É uma oportunidade real de trazer a filantropia para a mesa tanto entre os filantropos quanto entre outros atores, o ecossistema necessário para se lidar com alguns dos problemas mais complexos do mundo. O que precisamos garantir é que a filantropia mantenha sua voz nessa mesa. Se você trabalha com o governo ou com grandes empresas e tem uma fundação, mesmo uma grande, seus recursos podem ser obscurecidos por seus parceiros. Não é hora de filantropos ficarem sentados esperando para serem convidados. É uma oportunidade para se fazer ouvir e exigir *accountability*, transparência e engajamento com a filantropia como um parceiro em pé de igualdade.

Estamos assistindo a um progressivo engajamento dos filantropos em seu âmbito individual, quando demonstram liderança e usam suas vozes para desafiar o status quo, assim cito dois exemplos.

O primeiro é Martin Lewis, um empreendedor britânico, que criou um site chamado **moneysupermarket.com**, que é basicamente uma ferramenta on-line que permite a comparação entre concorrentes para facilitar a vida do consumidor ao escolher o melhor tipo de conta bancária, o melhor cartão de crédito ou a melhor poupança, de acordo com suas necessidades. Considerando sua experiência, não é surpreendente que ele esteja usando seu papel de investidor social para o aconselhamento de dívida e educação financeira. Ele está tentando lidar com algumas questões que resultaram da crise financeira mundial e com as circunstâncias individuais das famílias ao serem afetadas pela crise – por não entender de finanças sofreram o impacto de altas nos serviços financeiros e se endividavam.

Assim, passou a financiar o *Social Advice Bureau*, um serviço comunitário de aconselhamento sobre dívidas. Lewis diz que está apoiando esse projeto porque os financiamentos para aconselhamento de dívida foram cortados pelos governos num momento crucial da recessão. Ele também apoia educação financeira em escolas, triagem financeira em bancos de alimentos, para ajudar pessoas que vivem sob insegurança alimentar a melhorar sua situação financeira. Ele tem falado também em investir em saúde mental e políticas públicas para investigar a correlação entre saúde mental e dívidas e tomar medidas preventivas para impedir que o endividamento cause futuras doenças mentais, ou que doenças mentais causem futuro endividamento. Ele usa abordagens inovadoras e, quando as soluções estiverem estabelecidas, pretende fazer lobby com legisladores e empresas de serviços financeiros para que elas sejam implantadas. Ele está liderando a discussão sobre o papel do Estado, dos legisladores e dos serviços financeiros nessas mudanças. Martin Lewis não só fala e age de maneira muito transparente sobre sua doação, mas também promove doação. Ele encoraja as pessoas a utilizarem ferramentas como as oferecidas pela CAF para ajudar as pessoas a estruturarem sua doação no longo prazo, e ele também está promovendo ações como o *Giving Tuesday* [no Brasil, Dia de Doar] de maneira muito forte no Reino Unido, encorajando as pessoas a doar.

Outro exemplo é o de Vladimir Potanin, um empresário russo e filantropo que reuniu um grupo de especialistas, ONGs e *stakeholders* para promover uma legislação para fundos patrimoniais na Rússia. Como resultado do trabalho dele e do grupo, agora há uma lei sobre esse tema. Não há dúvidas de que Vladimir Potanin é muito bem relacionado, mas, ao criar uma coalizão e promover um assunto no qual ele não tinha interesse pessoal, ajudou a criar uma mudança que gera benefícios amplos.

O que é interessante é que essas oportunidades para investidores sociais serem promotores de mudança não ocorrem necessariamente no pico da crise, mas ao longo de falhas e *gaps* de longo prazo. E o contexto é fundamental. Eu trabalho num âmbito global, sou convidada a falar em eventos ou para conversar com delegações quando elas vêm ao

Reino Unido, e muitas vezes me perguntam como conseguir uma cultura de doação como a que temos no Reino Unido. Tivemos legislação sobre instituições de caridade desde 1601, mais de 400 anos de leis. Isso está nos fundamentos de nossa sociedade, está nos nossos ossos e no nosso sangue, é algo construído sobre um alto nível de confiança em ONGs, por sucessivos governos darem à sociedade civil a liberdade para atuar e encorajarem doações com incentivos tributários, que estão disponíveis a todos que pagam impostos.

A abordagem de Martin Lewis valoriza a busca de um interesse público, em vez de um interesse pessoal. Ele não é parte do establishment corporativo ou político, e não há benefício pessoal para ele – assim como quando Potanin lutava pela lei de fundos patrimoniais na Rússia não era para sua fundação ou seu interesse, era por um benefício público maior.

No Reino Unido, temos um sistema regulatório que exige transparência e *accountability*, e basicamente nós vemos as ONGs e toda a relação entre doação e a sociedade civil como algo positivo. Como organização, a CAF está comprometida em observar o crescimento da doação no Brasil e em outras economias em desenvolvimento, mas também prestamos atenção em pesquisas e conversas com colegas de áreas-chave que existem aqui e em outros lugares. Temos feito algumas recomendações, o que se relaciona com uma sessão anterior sobre o que podemos fazer para fortalecer mudanças. Sugerimos reconhecer modelos locais de doação e de atividade da sociedade civil e valorizá-los como parte fundamental da sociedade. É necessário o registro e a regulação das atividades tributáveis de modo justo, apropriado e proporcional à atividade da ONG. É preciso independência das ONGs em relação ao Estado. É preciso incentivo fiscal.

A segunda coisa que eu digo quando me perguntam como fazer dar certo é não olhar, como sempre, para o Reino Unido e para os Estados Unidos. Nós cometemos erros, temos a oportunidade de evitar esses erros ao desenvolver novos sistemas em outros lugares. No Reino Unido, tivemos nossa própria crise, vimos nos últimos seis meses o colapso de uma grande instituição filantrópica, que tinha muito apoio de sucessivos governos. Também tivemos muitas críticas da mídia a organizações que

adotaram práticas agressivas de captação de recursos voltadas para alguns dos membros mais vulneráveis da sociedade. Globalmente, estamos trabalhando com o encolhimento do espaço para a sociedade civil, restrições nas doações supranacionais, impostos sobre doações para o exterior e restrições a atividades de *advocacy*. Então eu diria para vocês olharem para outros lugares em busca de modelos para adaptarem no Brasil. Mas contexto é tudo, e adaptá-los à sua cultura, a sua realidade, a seu mercado, a seu jeito de ser é fundamental. Não copiem e colem. Obrigada.

**Helena Gouvêa:** Muito obrigado, Jane, pela perspectiva do Reino Unido. Acho que foi muito valioso para nós aprendermos de uma perspectiva diferente. Gostaria de passar a palavra para o professor Hillel, que tem uma longa trajetória em universidades e escolas, promovendo estudos da filantropia.

**Hillel Schmid:** Boa tarde, e obrigado por me convidarem para compartilhar experiências e visões sobre a filantropia e a sociedade civil de Israel. Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao IDIS por ter me convidado para participar desta sessão.

Ouvi as apresentações da primeira sessão sobre os problemas na Colômbia, na Guatemala, no Brasil. Todos estão falando sobre crise e recessão econômica e o presidente encarcerado. Nós também temos um presidente preso e problemas na economia, sem falar na segurança. Isso me lembra a história de uma americana de Harvard, Rosabeth Moss Kanter, que escreveu muitos livros. Ela foi convidada para ser consultora do diretor-executivo de uma corporação e permaneceu duas horas ouvindo e ouvindo. Na sequência, ele perguntou qual era a análise dela sobre os problemas na empresa. Rosabeth disse: "Você tem problemas terríveis de finanças, o sistema de marketing é terrível, não vou nem falar dos recursos humanos, você não sabe recrutar, promover etc.". Ele perguntou a ela: "Como você sabe de todos esses problemas, com duas horas ouvindo?" E ela disse: "Todas as organizações têm os mesmos problemas". Basicamente, a partir do que eu ouvi antes, temos os mesmos problemas.

Se formos falar de emergência, eu nasci em Israel, um Estado que de acordo com a lei está em emergência. Não mudamos a lei, então temos emergência atrás de emergência e muitas crises. Não vou incomodar vocês falando sobre as guerras que nós temos e o papel da sociedade civil em todas essas crises.

Estamos usando o termo sociedade civil para incluir aquilo a que o Marcos se referiu sobre a diferença entre ONGs e sociedade civil. Sociedade civil, ONGs, terceiro setor são intercambiáveis, usamos a mesma terminologia. Mas, na sociedade civil, há uma diferença nos provedores de serviços – e basicamente em Israel a maioria das organizações sem fins lucrativos é provedora de serviços: cerca de 83% são provedoras de serviços para o governo e entre 6% e 10% são de advocacy, de mudança social, políticas, de trabalho de base e de lobby.

Estou no ramo da filantropia há nove anos. Quando me tornei reitor, um filantropo veio para mim e disse: “Pegue esse dinheiro e crie um centro para filantropia”. Eu não pude resistir ao dinheiro. Tenho um amigo na Bolsa de Valores que diz que o dinheiro não é tudo, é a única coisa. Eu peguei o dinheiro e criei um novo centro. Fizemos alguns estudos sobre a relação entre filantropia e sociedade civil, e essas relações não são tão claras. Há ao menos três atores que estão trabalhando na arena dos serviços sociais, serviços humanitários, serviços educacionais. É o governo, não se esqueçam do governo – nós adoramos odiar o governo, mas ele ainda está lá. Há também as organizações sem fins lucrativos, ou os provedores. E a filantropia, que, com todo o respeito aos filantropos que estão aqui na sala, é um pequeno pedaço do orçamento da nação. Em minha universidade, que é a melhor de Israel, a porcentagem de filantropia que recebemos é muito pequena, mas não consigo imaginar a universidade sem a contribuição de filantropos, que nos dão a flexibilidade e a oportunidade de fazer pesquisas que não faríamos com um orçamento normal.

Quero compartilhar com vocês alguns comentários sobre a sociedade civil israelense. Ela é bem grande. De acordo com os números da Universidade Johns Hopkins e nossos estudos, a filantropia de Israel é a terceira maior em número de organizações sem fins lucrativos depois da Holanda

e da Irlanda – até mesmo à frente dos Estados Unidos. Representa 5,5% do PIB e emprega cerca de 500 mil pessoas, 14% de toda a força de trabalho. É enorme. Eu sei que 500 mil para o Brasil é nada. Mas somos apenas 8 milhões, incluindo judeus e árabes, o que me lembra de outra história. Eu vivia nos Estados Unidos, em Nova York, durante um sabático na Universidade Columbia. O supervisor do meu alojamento era de Montenegro, e eu perguntei quantas pessoas viviam em Montenegro. Ele disse que era o equivalente a dois bairros de Nova York. Então, Israel são dois bairros de São Paulo. São 500 mil pessoas trabalhando no terceiro setor, e não estou contando os voluntários.

De onde estão vindo as receitas? 50% estão vindo do governo. É um grande problema. Não gosto de o governo estar muito envolvido no que as organizações estão fazendo, não queremos que elas sejam como o governo, esperamos que sejam flexíveis, que inovem. Organizações sem fins lucrativos são pioneiras, estão pavimentando o caminho, são as primeiras a definir as necessidades e são muito mais rápidas do que o governo para reagir. Temos muitos exemplos na história de Israel de organizações sem fins lucrativos e voluntárias serem mais rápidas na reação a uma emergência do que o governo. Mesmo quando falamos das guerras – e não quero entrar nelas, trazer essa atmosfera para cá –, elas são as primeiras a prover serviços, antes do próprio governo. Mudamos na última década: de 60% de organizações dependentes do governo para 50%, mas ainda é muito dinheiro que está vindo do governo. Isso quer dizer que, se você quiser mais trabalho do governo, ou financiar, ou novas iniciativas, você ainda depende do governo, e, por isso, tem de se conformar com suas políticas para garantir o fluxo ininterrupto de recursos – caso contrário, não pagará os salários no fim do mês. Conheço muitos executivos de organizações sem fins lucrativos que no fim do mês estão como loucos, indo de banco em banco para conseguir dinheiro, porque o governo não pode apoiá-los, não consegue lhes dar no prazo o dinheiro que havia sido contratado. Apenas 15% estão vindo de doações, o que é muito, mas não é tanto quanto o governo ou as receitas autogeradas. Então, 50% dos recursos vêm do governo, 33% de receita autogerada e 15% da filantropia.

A filantropia em Israel não é tão grande, ainda que eu não possa reclamar dos filantropos israelenses. Somos um país rico, podemos fazer mais. Surpreendentemente, estamos em segundo lugar em termos de maior filantropia, e a boa notícia é que a filantropia israelense está aumentando, mas não o suficiente. No todo, temos uma sociedade civil muito forte e muito ativa, mas há muitos problemas que temos de enfrentar em relação à liderança, à alta dependência do governo, à auto geração de receita. Precisamos de uma liderança mais eficiente e profissional, administradores para gerirem as organizações. Para isso nós temos a universidade, que foi chamada a fazer esse serviço.

Quero compartilhar com vocês questões relacionadas ao tema desta sessão. Eu as dividi em macro e micro. Não tenho tempo de compartilhar todas as inovações, mas uma delas não é nenhuma novidade. Estamos falando sobre o papel do governo, da filantropia. O governo é conservador, burocrático, formal, mas ainda é o governo. Regimes neoliberais, como o do meu governo, tentam privatizar tudo, querem se livrar das responsabilidades com a cidadania. Chame de privatização, terceirização, contratação externa – querem descentralizar e dar autoridade para outros parceiros, que são as organizações com e sem fins lucrativos. Nós nos esquecemos das organizações com fins lucrativos. Eu investiguei os serviços de *home care* para os mais velhos. Há 50 ou 60 anos, 70% dos provedores desse serviço eram organizações não lucrativas; hoje, são apenas 30% – as lucrativas são 70%. As organizações sem fins lucrativos não devem olhar apenas o que acontece na filantropia, no governo. Elas têm de competir também com as lucrativas, que estão entrando na arena e muitas vezes são mais eficientes.

Quero compartilhar apenas mais uma coisa com vocês. Não creio que seja uma inovação: colocar todos os atores na mesa, as organizações com e sem fins lucrativos, a filantropia, a sociedade civil, as ONGs, os governos etc. Iniciativas para unir forças, falar sobre impacto coletivo, sobre sinergia, sobre o valor agregado. Uma mesa-redonda, como há em Israel, na Inglaterra, no Canadá, na Austrália. O que é isso? Estamos falando de uma mesa-redonda na qual temos representantes da sociedade civil, os

filantropos, as organizações sem fins lucrativos, todos juntos, tomando decisões juntos, fazendo políticas públicas em conjunto. Várias iniciativas surgiram apenas por causa desse tipo de conversa. O problema é que, como dizia um velho amigo, os começos são difíceis, mas continuar é ainda mais difícil, manter um alto nível de igualdade, de padrões. Os esforços que têm de ser feitos para ser efetivo são ainda mais difíceis. Temos de estar muito atentos à como sustentar a conversa no longo prazo. Se tivermos tempo, compartilharei mais com vocês. Obrigado.

**Helena Gouvêa:** Obrigado, Hillel, pelos exemplos. Infelizmente, não teremos tempo para perguntas, mas os palestrantes estarão aqui durante o resto do dia para qualquer pergunta que vocês queiram fazer. Gostaria novamente de agradecer ao IDIS por abrir este espaço. Acredito que o sucesso de um plano de desenvolvimento depende do envolvimento de vários atores relevantes. Sem dúvida, a sociedade civil é um desses atores, que pode trazer para a mesa um conhecimento de causa, bem como novas perspectivas de solução. Acredito também que no painel ficou clara a importância do envolvimento e da participação ativa da sociedade civil na formulação dos projetos de país, em sua execução, e apoiando a implementação desses projetos, trabalhando com os governos para garantir a sustentabilidade dos esforços ao longo do tempo. Muito obrigado.

## DEPOIMENTO: O SENTIDO E O SENTIMENTO DA FILANTROPIA



Antônio Florence, advogado e fundador do Instituto Hercule Florence, relata, de forma sensível e envolvente, a história de sua trajetória como filantropo.

## Depoente:

**Antônio Florence**, fundador do Instituto Hercule Florence

**Antônio Florence:** Boa tarde a todos. Aceitei de muito bom grado o convite do IDIS para expor, em resumo, minha vivência involuntária como agente de transformação social. O delicado e, ao mesmo tempo, desafiador momento vivido pelo país demandará de todos nós, brasileiros, como raras vezes em nossa história, profunda tomada de consciência cívica, demandando ações individuais e coletivas no sentido de reconstrução da nossa cidadania.

No meu caso específico, com limitados recursos financeiros e humanos, lancei-me em uma empreitada de resgate e preservação de nossa memória e de cooperação com instituições públicas que tem se mostrado particularmente fértil. Iniciei o trabalho 14 anos atrás, movido, inicialmente e principalmente, pelo interesse no meu antepassado, fundador da família no Brasil, e me vejo hoje exercendo um papel institucional jamais imaginado.

Hercule Florence nasce em Nice, em 1804, de mãe monegasca e pai francês. Aos três anos, fica órfão de pai e cresce no principado de Mônaco. Depois de ler Robson Crusóé, decide fazer a circunavegação. Embarca numa fragata francesa e desembarca no Rio de Janeiro em 1824. Em 1825, é contratado para participar, como segundo desenhista, de uma expedição científica, denominada expedição Langsdorff, que percorre 16 mil quilômetros pelos rios do Brasil – saindo de Porto Feliz e chegando a Belém do Pará quatro anos depois. Expedição essa financiada pelo czar russo (todo o acervo hoje se encontra em São Petersburgo, na Academia de Ciências Naturais). Ele decide ficar no Brasil. Fixa-se em Campinas, casa-se, tem numerosa prole. Era um personagem inquieto. Começa a inventar coisas, e chega ao processo fotográfico independentemente, em 1833, seis anos antes do registro, pela Academia de Ciências Francesa, da

invenção de Daguerre. Ele teve uma atuação também política: participou da intentona de 1842, que foi chefiada pelo regente Feijó, e imprimia o primeiro jornal do interior, era um jornal revolucionário chamado “O paulista”.

Tudo isso foi me encantando de tal forma que, em 2007, decidi constituir o Instituto Hercule Florence. Decidi contratar dois historiadores e fazer com que essa história dele e a interação dele com o país fosse sistematizada. Os principais objetivos do instituto são o estudo do século 19, porque nós entendemos que é no século 19, com a vinda da Família Real, que se inicia a construção do país como nós o conhecemos hoje, com suas instituições e seus costumes. O segundo intuito do instituto é tentar fazer reflexões sobre como éramos e como estamos. O trabalho e o olhar de Hercule Florence que vocês podem ver na exposição que está no *foyer* trazem exatamente isso: como ele encontrou os índios há 180 anos e como essas etnias estão hoje. Algumas foram extintas, outras sobrevivem e são fortes. Nós temos os mundurucus se rebelando em Belo Monte, por exemplo.

Outro objetivo importante do instituto é o resgate, a restauração, a digitalização e a distribuição gratuita de documentos históricos. Nós conseguimos encontrar no Museu Paulista – infelizmente sem atenção do museu – um diário de campo de Adrien Taunay, que foi o primeiro desenhista da expedição. Esse diário foi restaurado e digitalizado com recursos do instituto e com a permissão do Museu Paulista. Foi a primeira vez que a instituição fez uma parceria privada. Depois, fizemos uma cooperação com o Instituto de Física da USP, e esse documento está sendo lido com infravermelho, de modo que a gente possa ver por trás da tinta o que ele rabiscou a lápis.

Parecem pequenas ações, mas elas têm uma dimensão e uma repercussão muito grande. Nosso site foi lançado em 2012 e já tem mais de 130 mil acessos. Nós temos uma cooperação estreita com a Brasileira Guita e José Mindlin. Nós nos referenciamos de parte a parte.

Esse trabalho fez com que o Google nos procurasse e propusesse que nós fizéssemos parte de um programa deles chamado Art Project, que já

tem mais de 140 instituições de iconografia do mundo – D’Orsay, MoMA e por aí vai. E toda a iconografia de Hercule, que se encontra na Rússia sem acesso nosso, será colocada no Art Project do Google, sistematizando e permitindo que todos tenham acesso a essa visão pictórica dele.

Para finalizar, eu gostaria de voltar ao tema do fórum, filantropia em tempos de crise, e também de meu breve depoimento, o sentido e o sentimento da filantropia. A filantropia é por mim exercida com absoluta leveza e alegria. Ela toca questões que me sensibilizam diretamente. É com enorme prazer que me debruço sobre as tarefas do instituto. Essa leveza deriva de dois aspectos fundamentais: o sentimento de dever cumprido com meu antepassado, que agora tem sua memória resgatada e imortalizada, o dever cumprido para com meus familiares e para com a minha descendência. E a consciência de, ao mesmo tempo em que eu faço isso, estar servindo a meu país e às gerações que virão, no sentido da tão importante construção da nossa combatida cidadania. Muito obrigado.

## EM CONVERSA COM... ELIE HORN



Elie Horn, sócio da Cyrela e primeiro brasileiro a aderir ao *Giving Pledge*, fala sobre suas motivações.

## Participantes:

**Elie Horn**, Presidente do Conselho do Instituto Cyrela

**Paula Fabiani**, diretora-presidente do IDIS

**Paula Fabiani:** Costumamos sempre fazer a sessão “Em conversa com...” no Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais. A ideia é trazer personalidades que tenham histórias que possam inspirar e agregar conhecimento ao fórum e aos seus participantes.

Sempre começamos com uma lista bem ambiciosa de personalidades, tendo até certeza de que alguns não aceitariam – já convidamos até o Bill Gates. Neste ano nos surpreendemos: um dos nomes do primeiro grupo, desses que a gente acha que não vão expor, aceitou vir aqui conversar com a gente para contar um pouco da sua história e das suas motivações.

Apresento Elie Horn, o discretíssimo fundador da Cyrela, fundador do Instituto Cyrela e único brasileiro a aderir ao Giving Pledge – pedido de Bill Gates e Warren Buffett para que os milionários do mundo doem 50% do seu patrimônio durante a vida. Mas o Elie Horn foi além: ele se comprometeu a doar 60%, para dar o exemplo de que sempre é possível fazer um pouco mais. Para fazer o pleito ao Giving Pledge é obrigatório escrever uma carta indicando suas motivações. Nela, o Elie explica que doa para causas sociais, o que em hebraico é comparado a fazer justiça. Gostaria de abrir esta nossa conversa pedindo para você, Elie, explicar essa noção de fazer justiça por meio da filantropia e do apoio a causas sociais.

**Elie Horn:** Se você acredita em Deus, acredita na missão e na eternidade. Em consequência, fazer caridade na Terra não é uma despesa, é um investimento. Depois, faz bem fazer o bem: você se sente melhor. Não fazer o bem é estupidez. Uma pessoa que ganha muito dinheiro, morre e que deixa tudo para os filhos está sendo muito egoísta. Pensa nela e nos filhos

e esquece o mundo. No outro mundo, vai ficar pobre eternamente. Já a pessoa que ganha muito dinheiro aqui e doa na Terra vai para cima e leva com ela uma bagagem gigantesca. Vai ficar rica eternamente.

É um péssimo negócio não fazer o bem. Se todo mundo fizesse o bem, o mundo seria muito melhor. Não haveria pobres, não haveria problemas sociais. Cabe a nós decidir o que queremos do mundo. Até por uma questão de inteligência temos que fazer o bem.

O empresário ganha dinheiro para quê? Para ser mais rico quando ficar mais velho, para ter poupança, para não morrer de fome. Ele esquece que a eternidade é muito maior do que 120 anos de vida. Isso as pessoas têm medo de saber. Na hora em que você enfrenta essa realidade, é obrigado a repensar sua vida. Dói repensar a maneira de se comportar.

Oito meses atrás, num jantar do Giving Pledge, falei que se quiserem arrecadar mais recursos seria bom que as pessoas se conscientizassem de que Deus existe. Isso ajuda. Em geral, as pessoas acreditam em Deus até certo ponto. Quando convém, Deus existe. Quando não convém, Deus não existe. Se Ele existir, é bom estarmos consciente de que existe sempre, e está olhando a maneira de nos comportarmos. Existe justiça absoluta no outro mundo. Estamos aqui de passagem. Essa Terra não é uma Terra única, a vida não é única. Tem a reencarnação para quem acredita, e no fim a justiça é perfeita. Quem faz o bem recolhe o bem, quem faz o mal recolhe o mal. Essa é a base.

Por que eu fiz as doações? Meu pai, que morreu faz 35 anos, não tinha muito, mas doou 100% à caridade. Eu quis fazer igual. Aliás, a morte de meu pai foi para mim um estímulo. Acredito que no outro mundo as pessoas são estáticas, a alma não se move – só se move o corpo. Então, eu quis fazer com que meu pai subisse mais às alturas. Isso me obrigou a pensar na minha vida. Então quis doar também 100% do que eu tinha para a caridade. Fui dissuadido a doar 100%, doei 60%. Isso aconteceu faz 15 anos. Não me arrependo, estou muito feliz, pelo menos tenho o efeito social do uso do dinheiro. O dinheiro é maldito ou bendito. Se é maldito, é porque é egoísta; se é bendito, é porque faz o bem – depende de nós dar o significado.

**Paula Fabiani:** E a sua família nesse processo?

**Elie Horn:** Meus filhos gostaram muito, pediram para fazer isso em vida. Minha mulher não gostou no começo, brigou um pouco [*risos*], depois aceitou. A mulher gosta de tudo para os filhos.

**Paula Fabiani:** Você mencionou o seu pai, o seu avô. Você acredita que essa questão do exemplo é muito poderosa?

**Elie Horn:** É muito importante. Eu estou aqui para isso.

**Paula Fabiani:** Para dar o exemplo?

**Elie Horn:** Já que você não dá cachê [*risos*], então... A minha vontade é que as pessoas se conscientizem de que fazer o bem é para o bem delas. Não é só para os outros. A pessoa ganha mais do que dá. Quem recebe ganha menos do que a pessoa que dá.

**Paula Fabiani:** E qual o papel da filantropia neste momento do país?

**Elie Horn:** Eu me lembro de que, com uns 20 e poucos anos, eu tinha pouco dinheiro, mas houve uma causa social importante e dei dois apartamentos. Quatro meses depois, eu recomprei os apartamentos e doei em dinheiro. A crise é um instrumento de teste. Quanto mais difícil o momento, mais temos que dar. Não adianta dar quando se tem muito, tem que dar quando tem pouco. Senão, não é um teste. O mundo é um teste, estamos aqui para sermos testados. Quanto mais crise tiver, mais chances nós temos de subir de nível social, espiritual e no macrocosmo.

**Paula Fabiani:** Pensando nesses bons exemplos de empresários que, como você, estão preocupados em dar um sentido amplo à riqueza, eu gostaria explorar um pouco mais essa questão. Como a gente consegue fazer com que mais empresários pensem como você?

**Elie Horn:** Você tem marido?

**Paula Fabiani:** Tenho, marido e filhos

**Elie Horn:** O que ele faz da vida?

**Paula Fabiani:** Posso contar? Ele faz cerveja [*risos*].

**Elie Horn:** Ótimo. Mas ele trabalha para quê? Cerveja é um meio.

**Paula Fabiani:** Trabalha para que a gente tenha uma vida boa. E também para realizar um sonho. Ele trabalhava no mercado financeiro, assim como eu. Mas a gente está aqui para contar sua história, não a minha [*risos*].

**Elie Horn:** Ele trabalha para ganhar dinheiro, ter uma vida melhor e doar para os filhos e para a esposa – que é exigente, imagino [*risos*].

**Paula Fabiani:** Menos do que pareço [*risos*].

**Elie Horn:** Eu trabalho também para mim no outro mundo. O que é Deus? Deus é uma entidade suprema, espiritual, que está fora do espaço, matéria e tempo. Que pode tudo, faz tudo, cria tudo. Por definição e lógica, é exato.

Se Deus me criou, foi por alguma razão. Eu sou empresário da construção, mas essa é a minha missão? Não. No fim, se eu tenho empresa é para ganhar dinheiro, não é para fazer filantropia. Com a empresa eu fui egoísta. A filantropia consiste no resultado da empresa. Então, do mesmo jeito que o teu marido faz poupança para o futuro, eu também faço poupança na eternidade. É uma questão de bom senso.

Não quero ficar pobre na eternidade. Eu vim ao Brasil no porão de oitava classe, lá no sub, sub, subsolo sem banheiro, sem nada. Eu tenho pavor de voltar a ser office boy de recados. Para que isso não aconteça de novo na minha eternidade, eu preciso fazer algo a mais. Então eu decidi

doar o dinheiro e dar um fim social para que eu – num nível egoísta agora – não seja pobre na eternidade. Fora isso, fazer o bem faz bem, não tem contraindicação, é uma questão de bom senso. Da mesma forma que alguém faz poupança para guardar, para comprar uma casa, um avião, um barco, também tem que comprar a sua eternidade para si.

**Paula Fabiani:** E como a gente traz esse bom senso para mais empresários?

**Elie Horn:** Conscientizando mais pessoas. Na educação. Eu acho que Deus é um grande ausente do mundo de hoje. Todo mundo acredita em Deus mais ou menos. Se as pessoas acreditam de verdade em Deus, têm de fazer filantropia – é obrigatório, não tem como não fazer. E se todo mundo fizer o seu dever junto com Ele, com Deus, com a comunidade, não tem mais problema social. Qual a melhor moeda do mundo?

**Paula Fabiani:** A gente está invertendo, você é que está me entrevistando [*risos*]. O amor?

**Elie Horn:** A moeda. Qual moeda mais conversível do mundo?

**Paula Fabiani:** O dólar.

**Elie Horn:** Não, senhora. O dólar lá em cima não vale nada. O bem é a única moeda conversível no outro mundo. Então vamos levar conosco uma mala cheia de moedas conversíveis.

**Paula Fabiani:** Eu queria explorar um pouco mais essa questão de fazer bem como um investimento. Você já é notoriamente conhecido por ser bem-sucedido nos negócios. Também é considerado bem-sucedido em fazer opções e trabalhar em parceria com os outros na filantropia. Você tem uma visão estratégica para apoiar projetos, engajar outras pessoas. Como você decide investir em um projeto?

**Elie Horn:** Pela educação. Eu acho que o futuro da humanidade é se educar mais para poder fazer mais. Se você conscientizar alguém de que ele tem que se educar mais, no bom sentido, ele acaba fazendo mais filantropia. Para mim isso passa por Deus também. As pessoas têm que acreditar que Deus existe. Para quem não acredita, não posso fazer nada. Quem acredita, tem que se conscientizar do que Deus quer dele, qual a missão dele. Um exemplo: você optou por ser mulher?

**Paula Fabiani:** Eu nasci assim.

**Elie Horn:** Você é mulher por decreto, você é morena por decreto, você é brasileira por decreto. A única opção que você tem, uma vez adulta, é escolher entre o bem e o mal. Como você sabe o que é bem para você? Você tem tendência para alguma coisa, essa é sua missão. Quando algo é fácil para você, essa é sua missão. Se é difícil, não é sua missão. Cada um tem uma missão separada e diferente. Não é difícil, precisa ter coragem de se enxergar. As pessoas têm medo de se olhar.

**Paula Fabiani:** Então, Eli, é a gente tentar buscar, dentro das nossas aptidões, das nossas habilidades...

**Elie Horn:** A nossa tendência em ser alguma coisa. A sua aptidão é fazer entrevista.

**Paula Fabiani:** Na verdade não muito [risos]. Estou mais sendo entrevistada [risos]. Mas está sendo uma aula para mim, para todos nós. Você é uma pessoa realmente convicta de fazer o bem.

**Elie Horn:** Para mim é tão racional, tão óbvio. Não consigo entender como as pessoas não entendem. Até os 19 anos eu era um pouco ateu. Eu não queria acreditar em um Deus fetiche, mudar minha vida em função de algo que não existe. Até descobrir que Deus existe levei 15 anos. Na hora em que comecei a descobrir, fiquei estudando, lendo e tendo

aulas. Até hoje não paro de ter aulas. Eu me encontrei mais tarde.

Outra coisa boa para quem quer fazer filantropia: se você quer fazer besteira, Deus não deixa. Uma vez eu estava fazendo uma especulação financeira péssima. Não costumo fazer, fiz quando era mais jovem. Eu estava perdendo uma fortuna. Perguntei para um guru: “o que eu faço? Estou perdendo muito dinheiro. Me sinto mal porque ganhar um imóvel me leva muito tempo e perder na especulação leva minutos”. Ele pensou, pensou, pensou e falou: dobra a aposta. Escutei, dobrei e ganhei.

Então, às vezes você quer fazer besteira e Deus não deixa. Às vezes deixa. Mas, em geral, Deus favorece quem ajuda os outros. Aliás, é obrigação dele. Deus tem a obrigação de ajudar você se você quer fazer o bem. Já que Ele quer que você faça o bem, Ele não pode ir contra você.

Vou dar mais um conselho: à noite, na tua cama, quando estiver sozinha, você pode começar a rezar para Deus o que você quer Dele, para o bem. Reze uma vez, duas vezes, dez vezes, 20 vezes. Em uma dessas vezes ele vai fazer o que você quer. Isso vale para todo mundo. Eu estou falando sério, não é brincadeira. A resposta não é imediata, leva um pouco de tempo.

**Paula Fabiani:** Bom, nosso tempo está acabando, mas eu queria fazer uma provocação. Nós publicamos na terça-feira o Índice de Solidariedade, o World Giving Index, um trabalho feito pela Charities Aid Foundation que mapeia a doação em 145 países. E o Brasil saiu da posição 90 para 105, o que mostra que a gente ainda não tem uma cultura de doação enraizada. Como a gente resolve esse quebra-cabeça, que é fazer mais brasileiros se engajarem em causas sociais e filantrópicas?

**Elie Horn:** Conscientizando os ricos, porque eles têm o dinheiro. De onde o dinheiro vem? Sem ele não se faz nada.

**Paula Fabiani:** Uma das coisas que a gente verificou é que as classes C e D doam mais que as classes A e B.

**Elie Horn:** Doam pouco porque não têm. Alguém que tem US\$ 1 bilhão pode doar US\$ 900 milhões, teoricamente. O caminho é a conscientização.

**Paula Fabiani:** E posso contar com você nesse processo?

**Elie Horn:** Com prazer. Para fazer o bem, sempre pode.

**Paula Fabiani:** Agradeço imensamente ao Elie Horn, agradeço esse depoimento que foi realmente provocador e vai levar todos nós a pensar diferente sobre nossas vidas, nosso papel, sobre como podemos ajudar o Brasil e o mundo. Acho que a visão dele holística. Alguém tem perguntas para o Elie Horn?

**Regina Lira:** Parabéns pelo seu depoimento e por estar aqui mesmo sendo tímido. Já que você levou tanto para o tema da religião, da fé, da espiritualidade, gostaria de saber uma curiosidade. O que aconteceu com você aos 19 anos para deixar de ser ateu ou cético?

**Elie Horn:** Eu não podia aceitar uma pessoa paralítica na rua. Para mim, chocava. Não podia aceitar uma mulher grávida com uma criança no colo pegando chuva. Só comecei a aceitar quando falamos de reencarnação e de cabala. Porque eu não consigo aceitar uma injustiça sem mais nem menos. A injustiça é uma grande justiça escondida. A gente não consegue enxergar, tem que ver o todo. Esse mundo não é um mundo único, faz parte de mundos outros. Se você conseguir olhar o todo, entende. Se não, fica louco. Ver alguém de dois anos na rua, paralítico, choca e dói. Cada um tem a sua religião, mas quem está acima é Deus. Temos que falar de Deus, e não de religião. O importante é que você acredite em Deus e tenha espiritualidade, pois sem espiritualidade, sem alma, o mundo não existe.

**Fernando Rossetti, do GIP - Gestão de Interesse Público:** O filantropo e o investidor social doam o dinheiro, mas querem que ele tenha o maior

impacto possível. Como o senhor planeja a sua doação e como mede o impacto para ver se ela de fato está fazendo o bem?

**Elie Horn:** Meu pai me ensinou uma coisa: não faça o que os outros fazem. Então eu sempre tento fazer diferente. Tento fazer algo que tenha uma consequência holística e macro.

**Fernando Rossetti, do GIP:** E isso envolve doar para quais causas, por exemplo?

**Elie Horn:** Educação, Deus e isso faz parte do mundo inteiro. Você é pai?

**Fernando Rossetti:** Sim.

**Elie Horn:** Investir no seu filho para você é um problema?

**Fernando Rossetti:** Não, imagina.

**Elie Horn:** E investir em você?

**Fernando Rossetti:** Também não.

**Elie Horn:** Pronto. Se você sabe que você vai investir em você, e vai levar para a eternidade muito mais do que investiu, é uma questão de lógica e bom-senso. Eu não trabalho para comer amanhã, estou aqui para a eternidade. Se eu sou inteligente, preciso fazer com que minha doação também seja inteligente. Tem a parte emocional, mas a parte racional tem que dominar o sentimento. A caridade tem que passar pela cabeça primeiro e depois pelo coração, não o contrário. Ter pena de alguém e esquecer o resto não vale a pena. O melhor é não ter pena e não esquecer o resto.

**Ana Lúcia Vilela, do Instituto Alana:** Acredito que cada um passa por alguma experiência na vida que faz com se torne filantropo. Que o trans-

forma e o faz olhar o mundo de forma diferente. Nesse sentido, você já conseguiu mudar a opinião de algum amigo?

**Elie Horn:** Nós fizemos na empresa o Instituto Cyrela, que doa 1% dos lucros para obras de caridade. Várias empresas repetiram a dose. MRV, Tecnisa, e assim por diante. Conheço várias pessoas que passaram a doar dinheiro para a filantropia. Então funciona. Não tem outro jeito. Como não somos profetas, nossa obrigação é tentar. E, se a gente tenta, bem ou mal vai conseguir. Como se ganha dinheiro? Tentando. Nunca sabe onde vai ganhar ou perder. Precisa tentar. E, em geral, tentando você consegue. Não tudo, mas uma grande parte.

**Paula Fabiani:** Eu acho que esse depoimento tinha de ser dado a empresários, políticos, em outras esferas. Aqui a gente está falando com convertidos.

**Elie Horn:** Mas convertido converte outros.

**Paula Fabiani:** É isso mesmo. Eu queria agradecer novamente ao Elie Horn.

## PRIMEIRA INFÂNCIA: VALORIZANDO AS NOVAS GERAÇÕES



Patrícia Lacerda, do Instituto C&A, Eduardo Queiroz, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Daniel Frank, do Ready Nation contam as experiências de suas respectivas organizações para a valorização do desenvolvimento integral na primeira infância. O mediador da mesa foi José Luiz Setúbal, do Hospital Infantil Sabará.

## **Palestrantes:**

**Daniel Frank**, diretor-associado da Ready Nation

**Eduardo Queiroz**, diretor-presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

**Patrícia Lacerda**, gerente de Educação do Instituto C&A

## **Moderador:**

**José Luiz Setúbal**, presidente da Fundação José Luiz Egydio Setúbal

*De um modo geral, chama-se Primeira Infância ao período que vai desde a concepção do bebê até o momento em que a criança ingressa na educação formal, que no Brasil ocorre quando a ela completa seis anos de idade.*

*A Primeira Infância representa o período em que os desenvolvimentos da criança em seus componentes biopsicossocial passam a marcar o restante da vida de cada pessoa, e conseqüentemente da sociedade em que vive.*

*Durante a Primeira Infância ocorrem o crescimento físico, o amadurecimento do cérebro, a aquisição dos movimentos, o desenvolvimento da capacidade de aprendizado, a iniciação social e afetiva, entre outros, e cada um desses aspectos é interligado com os demais e influenciado pela realidade na qual a criança vive.*

*Hoje, apoiados na neurociência, na economia, na psicologia, e em outras bases científicas, estabelecemos práticas que criam oportunidades para um amplo desenvolvimento da Primeira Infância. Os estudos mostram que quanto melhores forem as condições para o desenvolvimento durante a Primeira Infância, maiores são as probabilidades de*

*que a criança alcance o melhor do seu potencial tornando-se um adulto mais equilibrado, produtivo e realizado.*

*Ter esses conhecimentos e essas práticas é necessário, porém não é suficiente. Para que as melhores práticas surtam efeito em larga escala deve ser buscada a capacidade de líderes da sociedade, sejam acadêmicos ou profissionais, sejam trabalhadores ou empresários, sejam pais ou cuidadores que estabeleçam processos cooperativos para a criação de políticas públicas a serem implantadas, e implantadas, atinjam todas as crianças do país.*

**José Luiz Setúbal:** Boa tarde a todos. Queria agradecer ao Marcos, à Paula e ao pessoal do IDIS pelo convite para moderar esta mesa de primeira infância, que eu acho que vai ser bem interessante, conhecendo essas três pessoas que estão aqui. Cabe a mim, como moderador, dar uma introdução ao tema.

Falar de primeira infância, como pediatra, está dentro do meu DNA. Eu escolhi trabalhar com crianças. Para mim, é interessante ter visto essa mudança sobre a primeira infância, principalmente nos últimos 25 anos. Vou falar um pouco sobre o histórico. Quando estudei, e muitas pessoas estudaram primeira infância até os anos 90, a base era a observação. Não era uma ciência. Os estudiosos, sejam eles educadores, médicos ou psicólogos, baseavam-se na observação. Piaget, Vygotsky, Henri Wallon, Freud, Winnicott, todas essas pessoas foram dando subsídios, mas baseados nas observações que faziam. Por volta dos anos 90, com o desenvolvimento das ciências – tanto na física, na química, na biologia, na medicina, na engenharia –, começou-se a ter muitas comprovações. Com o aparecimento da ressonância magnética, das tomografias funcionais do cérebro, passou-se a quantificar e a medir muitas coisas, e aí surge a neurociência. Nesses 25 anos, a primeira infância passa a ter uma importância muito grande nos estudos – o que culmina, no ano 2000, com o Prêmio Nobel de Economia dado ao James Heckman, que, nos estudos iniciados dez anos antes, começou a mostrar que o maior investimento que poderia ser

feito por um governo ou por uma pessoa, uma entidade, seria na educação das crianças, e quanto mais cedo, melhor o resultado. A partir disso, passou-se a ter uma visibilidade da primeira infância. O James Heckman destaca muito o ponto de vista da educação, mas eu, como pediatra, posso afirmar, e os trabalhos científicos mostram isso, que investir na saúde da criança pequena também vai ter efeitos muito bons. Na assistência social também, e acho que em todas as áreas em que você investir na criança vai ter resultados de longo prazo muito importantes.

Nós teremos nesta mesa a Patrícia, falando pelo Instituto C&A, uma experiência de um patrocinador de experiências na primeira infância; o Eduardo Queiroz, pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, com uma atuação bem ampla de *policy*, de *advocacy* e de atuação no campo também; e o Daniel Frank, da Ready Nation, que busca converter os empresários em difusores da política pela primeira infância. Ontem eu conversei com ele e estava muito pessimista. Hoje ele me perguntou se eu continuava pessimista. Acho que, depois de tudo isso que ouvi hoje, estou mais otimista. Vamos chamar o Daniel Frank, da Ready Nation.

**Daniel Frank:** Obrigado a todos pela carinhosa introdução e pelo convite para vir de Washington, D.C., e estar aqui com vocês. Obrigado também por me permitirem ficar de pé depois de um voo de dez horas.

Estou aqui para falar com vocês sobre primeira infância e líderes empresariais. Podemos concordar que o sucesso econômico futuro de qualquer país depende da futura força de trabalho. É simplesmente um investimento no recurso mais precioso de nossos países, o capital humano. Nos Estados Unidos, as empresas demandam empregados que estejam prontos para o trabalho, com capacidade de trabalhar em grupo e bem preparados. Infelizmente, hoje há um *gap* no fornecimento de força de trabalho: apenas metade dos jovens está desenvolvendo tanto as habilidades quanto os conhecimentos de que precisam para fazer os trabalhos do futuro. Eis alguns dados sobre os Estados Unidos. A maioria dos nossos estudantes das quarta e oitava séries não tem proficiência em matemática ou em leitura. Aproximadamente 1/5 dos estudantes colegiais não con-

segue se graduar no tempo normal. Vocês talvez fiquem surpresos: 29% dos jovens nos Estados Unidos que podem fazer o serviço militar não passam porque não alcançam não só os parâmetros físicos, mas também os componentes mentais que são exigidos em exames – exames similares a muitos utilizados no mercado de trabalho. Isso é ainda mais grave nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. No momento, 94% das vagas de trabalho nessas áreas, incluindo finanças e tecnologia da informação, requerem ensino superior, e não estamos nem perto da meta de suprir essas obrigações.

O que fazemos na Ready Nation é conseguir que líderes empresariais entendam que qualidade no desenvolvimento na primeira infância é qualidade no desenvolvimento da força de trabalho. Somos uma organização de empresários com mais de 1.300 membros nos Estados Unidos – há desde CEOs que estão na lista Fortune 500 até executivos de câmaras de comércio e de negócios médios e pequenos. Nossa missão é simples: mobilizamos líderes empresariais para que falem com os responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas, e com a mídia, sobre investimentos inteligentes e públicos em educação. Nós focamos na primeira infância porque são nos seis primeiros anos de vida que o cérebro se forma. Queremos colocar as crianças no caminho certo, não só para competirem no mercado de trabalho, mas para serem os consumidores, os cidadãos e os vizinhos que desejamos.

Antes que eu entre no case, é importante entender que nosso modelo permitiu alguns resultados bem tangíveis nos Estados Unidos. Nos últimos três anos, nosso trabalho contribuiu para conseguir US\$ 3 bilhões por meio de novas legislações federais e estaduais para ajudar crianças em uma série de temas. Também nos últimos três anos, conseguimos 5 mil comunicações de políticas públicas. Isso inclui tanto reuniões com CEOs e membros do Congresso ou legisladores estaduais quanto artigos em vários jornais. A visibilidade atual nos Estados Unidos, particularmente nos últimos anos, para empresas que tratem desse tema realmente mudou de patamar. Tem-se falado sobre isso muito mais do que antes. Nós aconselhamos nossos membros, que são partes da nossa rede – que é gratuita,

por sinal –, para falarem e emprestarem suas vozes em várias oportunidades. Mas não há obrigações, taxas, eles não estão nos pagando, não estão financiando os projetos de lei que propomos para melhorar a vida das crianças. Tudo o que esperamos de nossos líderes é que recebam por e-mail algumas informações nossas que lhes deem a oportunidade de participar ou emprestar suas vozes no futuro. Se eles tiverem apenas cinco minutos, nós usaremos.

Exemplo de como usamos o tempo de CEOs é, primeiro, engajamento direto com políticas públicas. Podemos ter um CEO da Procter & Gamble encontrando-se diretamente com o presidente da comissão legislativa responsável pelo tema no Congresso. Imagine se alguém vem do campo do *advocacy* falando sobre como o desenvolvimento na primeira infância, não só a educação, mas a saúde e o apoio dos pais, é realmente importante. É ótimo que pessoas que fazem *advocacy* tenham conseguido se mobilizar no passado, mas imagine ouvir isso do chefe de uma das maiores empresas nos Estados Unidos, que diz “eu não tenho os empregados de que necessito, e não tenho uma fonte de suprimento dos trabalhadores de que minha empresa irá precisar no futuro”, e ouvir isso deles, e não de algum especialista em primeira infância. Eles servem de porta-vozes para organizações como a nossa, que tem uma equipe de especialistas para fornecer a eles informações para fazer esse tipo de reunião ser substancial. Nós também fazemos nossos executivos falarem por outros meios, como escrever artigos em jornais como o New York Times e o Chicago Tribune, participar de apresentações públicas ou eventos. De novo, uma coisa é ter juntas pessoas que fazem *advocacy*, falando sobre isso, outra é ter uma sala cheia de líderes empresariais. Estamos falando de KPMG, Univision, Eli Lilly, Vanguard, não de empresas pequenas, mas grandes empresas que não só têm um pé nos Estados Unidos, mas também no exterior. Acabamos de ter um evento em Nova York, com 250 líderes empresariais de 17 países. Foi incrível ver executivos usando seu tempo – não só um dia, mas dois – para falar sobre primeira infância. Porque eles sabem que o futuro de suas empresas e de todas as empresas exige empregados que consigam fazer o trabalho e sejam adequadamente treinados.

Sendo realista, isso não acontece da noite para o dia. Um CEO que pode não estar convencido de que sua prioridade deveria estar no investimento na primeira infância. Ele está preocupado em fazer seus produtos ou entregar seus serviços. Mas nós conseguimos, nos últimos anos, acumular informação em duas frentes – pesquisas da neurociências e da economia – que colocam o tema na perspectiva correta e são palatáveis para líderes empresariais. Eles podem ir aos legisladores e buscar mudanças por meio de políticas públicas que sejam bem financiadas e ajudem a infância desassistida.

A razão pela qual damos a eles um *briefing* sobre ciência neural é clara. Eu mencionei que 90% do cérebro se forma até os cinco anos, mas talvez vocês se surpreendam ao saber que os problemas de aprendizagem podem começar a aparecer já aos nove meses. Crianças desfavorecidas nos Estados Unidos chegam à escola primária já com um atraso de oito meses e conhecendo apenas metade das palavras em comparação a alguns de seus colegas. Estudos de longo alcance mostram que essas crianças que ficam para trás, que estão atrás na escola primária, afetam de maneira adversa a economia e a sociedade de diversas maneiras. Aumenta, ao menos nos Estados Unidos, a necessidade de mais reforço escolar a custos altos, aumenta o índice de encarceramento, pois muitas dessas crianças acabam tomando caminhos errados na vida. É muito importante entender que não colocar recursos na formação neuronal no período inicial da vida é prejudicar o futuro das crianças, e também da sociedade e de sua economia.

O argumento econômico sempre foi, a meu ver, muito claro, pelo menos no que se refere aos benefícios de longo prazo. O estímulo ao desenvolvimento neuro-psíquico-motor nesse período inicial da vida, desde o útero, é bom para o indivíduo, em razão do potencial para aumentar rendimentos, escolaridade e oportunidades na vida. É bom para o público, que é o grande vencedor, por causa da economia com criminalidade, fuga da escola, gravidez precoce, incapacidade de convívio social e profissional. Mas também notamos que nos Estados Unidos houve um retorno econômico também no curto prazo. Profissionais de creche e educação

primária nos Estados Unidos gastam grande parte de seus rendimentos em suas comunidades. Quando essas instituições melhoram, eles elevam seus gastos: notamos um gasto local de US\$ 2 para cada US\$ 1 gasto pelo governo federal em cuidados com as crianças. Esse é um novo componente do argumento econômico, pois normalmente esperam-se décadas para dizer: “ajudamos as crianças nos primeiros anos, agora vejam onde elas estão aos 20 anos”.

Por todos os Estados Unidos, empresas, fundações, grupos empresariais têm falado sobre o assunto. O conselho do Banco Central norte-americano abordou o tema umas 28 vezes no último ano, inclusive Janet Yellen [presidente do Federal Reserve, o BC dos Estados Unidos]. Não é um fenômeno novo que os líderes empresariais estejam tratando disso em suas conversas sobre formação de mão de obra. O que é novo é ter uma organização que dirige a conversa, que instiga os CEOs, cujos negócios não são o *advocacy* sobre a primeira infância, a reservarem um momento de seu tempo para falar com os legisladores.

Graças ao financiamento da Bernard Van Leer Foundation, também começamos no último ano e meio a expandir nosso modelo internacionalmente, ou ao menos a pensar além do escopo dos Estados Unidos. Vou ser honesto: ficamos surpresos quando houve menção de que Uganda seria o primeiro país com o qual poderíamos trabalhar, ver se o modelo que criamos nos Estados Unidos poderia ou não ser replicado. Não passava pela nossa cabeça que esse seria o primeiro lugar no planeta onde uma comunidade empresarial forte estaria apta a lidar com isso. Mas há uma grande organização da câmara de comércio chamada Private Sector Foundation Uganda com a qual trabalhamos. Num período de meses, os ministros da Fazenda e da Educação do país estavam nos principais jornais falando sobre o tema, abordando o tema como uma questão de desenvolvimento da força de trabalho. Isso é muito importante. Pode não ser necessariamente a primeira opção quando se considera um epicentro empresarial, mas nosso modelo pode se adequar a organizações empresariais regionalmente fortes e ter mais atenção para essa ideia. Imaginem o que pode acontecer em um lugar como o Brasil. Vocês já têm a infraes-

trutura montada para realmente conseguir mudanças. Não significa que nosso modelo tenha de ser replicado. Temos um sistema bem diferente do de vocês.

Dito isso, há várias estratégias que usamos que fariam muito sentido mesmo se vocês considerarem difícil colocar líderes empresariais e parlamentares para avancem nessas políticas. Um exemplo é conseguir que alguns de seus principais empresários falem na mídia sobre o assunto, pelo viés da futura força de trabalho. Qualquer empresa concordaria, seja uma fundação privada ou um pequeno negócio: todo mundo percebe de alguma maneira que, se você não consegue pessoas que executem a missão de sua organização, seja uma organização lucrativa ou não lucrativa, não será bem-sucedido, não poderá competir regionalmente e muito menos globalmente.

Deixo vocês com uma sugestão que ajuda a espalhar essa mensagem: temos em nosso site uma base de dados pronta, com exemplos de iniciativas ao redor do mundo e de como essas iniciativas afetam as comunidades locais ou uma escala maior. Convido todos a visitar o site [www.rea-dynation.org](http://www.rea-dynation.org). Vocês podem se associar, é gratuito. Daí receberão e-mails nossos com informações, mas ficaríamos felizes se fornecessem exemplos das suas empresas para promover boas práticas.

Estou ansioso para ouvir o que meus colegas de mesa têm a dizer. Muito obrigado.

**José Luiz Setúbal:** Vou chamar a Patrícia Lacerda para falar da experiência do Instituto C&A.

**Patrícia Lacerda:** Boa tarde a todos e todas. É uma alegria estar aqui falando especialmente dessa causa, estar aqui com companheiros de luta pela mesma causa. Eu queria explicar um pouquinho o que o Instituto C&A está fazendo não apenas neste painel da primeira infância, mas apoiando o evento como um todo. O Instituto C&A planeja, realiza e monitora o investimento social privado da empresa C&A no Brasil. Essa empresa tem uma história muito interessante. Foi fundada em 1841 por

dois irmãos. O C e o A, muita gente não sabe, são as iniciais do primeiro nome de Clemens e August. Esses dois irmãos de uma família de fazendeiros alemães na fronteira com a Holanda tinham um *éthos* católico. Eu queria muito conhecer a história da mãe desses dois rapazes. A família toda incutiu neles valores muito profundos. Eles queriam fazer um grande projeto de geração de renda e emprego, porque viviam em uma situação confortável numa comunidade que tinha muitos problemas. Já tinham a visão de que é impossível você, isoladamente, ser feliz num contexto em que as outras pessoas estão passando necessidade. O primeiro rendimento da empresa foi em parte retirado para doação para os pobres, e esse primeiro gesto do August se perpetua até hoje, é um DNA muito importante, que foi ao longo do tempo se transformando tanto do lado da família e das instituições quanto do lado das práticas empresariais – que consideravam a oportunidade de participação social dos empregados. É uma história de continuidade e reinvenção constante. É uma empresa familiar, indo para a sexta geração. Essa visão de longo prazo e essa experiência de viver pensando nas próximas gerações, e de cuidar do negócio e dos investimentos pensando nas gerações futuras, trazem a pauta da primeira infância como uma pauta importante. E não é a pauta popular entre os investidores sociais no Brasil.

Mas voltando um pouco nesse movimento de continuidade e reinvenção, ao longo desse tempo a ideia de dignidade humana era a grande questão. E a dignidade humana também está sempre sendo repensada e reinventada, e a grande constituição que ancora essa ideia, independentemente das religiões, são os direitos humanos. Em 1989, você tem a Declaração dos Direitos da Criança. O fato de os direitos humanos se desdobrarem em direitos específicos é muito importante. Acho que, hoje, os Objetivos do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são de alguma forma uma continuidade desse projeto de humanidade que vai se desenvolvendo e se completando. No Brasil, essa declaração influenciou fortemente a Constituição Federal, nos capítulos que falam de educação, de saúde e da infância. Depois, influenciou fortemente o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Instituto C&A foi criado em 1991,

um ano depois do estatuto. No movimento social, desde a Constituinte, muitos grupos estavam mobilizados para fazer com que esses direitos fossem pensados e atendidos. O Brasil tem um caldo cultural muito interessante, é muito paradoxal a relação do brasileiro com a criança. Há uma valorização, as crianças são bem-vindas aos lugares, mas elas são cruelmente tratadas: tem um nível de violência, o atendimento é muito precário e todos os estudos vão mostrar que quem carrega o ônus da desigualdade brasileira são as crianças negras pobres. Elas pagam um preço muito alto nessa nossa sociedade.

Esse caldo cultural em 1991 estava muito impregnado com isso. E foi estabelecido que nossa missão era promover a educação de crianças e adolescentes, o ECA repercutindo nessa missão, por meio de alianças e fortalecimento de organizações sociais. A visão era de que, num ambiente democrático, fazia parte do papel do investidor social privado fortalecer instâncias da sociedade civil, organizações da sociedade civil que lutassem pelo direito de todo mundo. Esse foi o papel que a gente se auto atribuiu naquele momento, um papel que a gente vem constantemente pensando, reorganizando, reinventando. Parte do que o Instituto C&A faz hoje tem a ver muito com a cultura de doação sob essa perspectiva. Acho que a pergunta que este fórum coloca tem de estar sempre sendo feita por cada um. Qual é o papel do investidor social privado, tendo a história que eu tenho, tendo os recursos que eu tenho, tendo a visão de mundo que eu tenho? No nosso caso, a ideia de fortalecer o tecido social, que é uma forma de fortalecer causas específicas, é muito central. Nós apoiamos essa discussão no âmbito do GIFE, da Wings, do IDIS.

De que forma estamos pensando o papel da filantropia e do investimento social para fortalecer o tecido social? Como é que se faz isso na primeira infância? Temos um mandato da educação, que já é um recorte. Fomos fazendo estudos de cenários: quais eram os atores do cenário social que estavam atuando em função dessa agenda da primeira infância, ou da educação infantil? Nascia a Rede Nacional pela Primeira Infância, uma instituição que hoje congrega mais de 200 organizações do governo, do terceiro setor e algumas empresas para pensar um plano nacional

para a primeira infância, com pontos específicos e pontos intersetoriais. Nós não só apoiamos com estivemos no conselho gestor da rede nacional desde sua fundação. Outro movimento é a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que faz *advocacy* principalmente pelo financiamento da educação. Houve grande ganho de escala. O Fundeb, fundo que financia a educação pública, antes era Fundef, englobava só educação fundamental. Mas após luta e mobilização, o Fundef foi ampliado e trouxe a educação infantil e o ensino médio, virou um fundo da educação básica. Esses apoios são bem estruturantes, dizem respeito a como o Estado vai financiar a educação.

A própria ideia de doação às vezes coloca uma assimetria muito grande entre quem doa e quem recebe, um padrão de relacionamento que precisa, e deve ser mudado. E a pergunta seria, como mudar um padrão cultural no Brasil, um padrão em que quem tem dinheiro tem poder e, portanto, está legitimado a ter a palavra final e dizer o que o outro tem de fazer? Como estabelecer um tipo de relação na qual haja um diálogo? Porque você vai aprender muito mais se você estabelecer uma relação mais igualitária com esses movimentos e com essas organizações. Não é necessário concordar com tudo o que esses movimentos propõem, mas respeitamos profundamente o processo de desenvolvimento e apoiamos esse processo de eles se desenvolverem. A participação social, a forma de fazer *advocacy*, está tudo em mudança. Então também é nosso papel desenvolver habilidades e competências, digamos assim, até com cuidado com a própria linguagem, porque são linguagens que às vezes não são facilmente entendidas, e portanto podem se torna fator desnecessário de atritos.

Um outro papel que assumimos foi como traduzir na ação a legislação e documentos muito importantes, mas que em geral estão muito distantes da prática. A nossa organização atua para motivar, e provocar organizações que possam trazer mais para perto dos efetutores, e de suas práticas, os termos definidos, por exemplo nas diretrizes curriculares de educação infantil. Como isso vira cotidiano nas creches de educação infantil, por exemplo, do Nordeste? Desenhamos parcerias técnicas dessa

natureza com organizações que podem fazer uma transferência programada para outras organizações. É uma visão de passar a bola e fortalecer esse movimento.

Eu gostaria de também citar uma iniciativa e um esforço, nem sempre bem-sucedido como acreditávamos que é o de fazer programas e projetos conjuntos com outras organizações. Fomos convidados pela Fundação Maria Cecília Vidigal algumas vezes, o José Luiz também estava nessa iniciativa que a apelidamos de Aipim num determinado momento – uma Associação de Investidores por uma Primeira Infância Melhor. A ideia era, juntos, pensar de uma forma mais global o problema e construir uma teoria de transformação coletiva. Isto se transformou num desafio ainda não consolidado. Nós também participamos do Fundo Juntos Pela Educação com o Instituto Arcor. Para esta fundo transferimos um programa feito pelo Instituto chamado Primeiro a Infância, prioridade à educação infantil. Ao pensar esse projeto, fizemos um mapeamento de outros investidores que estavam atuando na educação infantil. Fizemos também uma convocatória, tentamos novamente fazer um projeto coletivo, mas também não aconteceu. Porém, mantemos o desejo de trabalhar num esforço coletivo.

Para terminar gostaria de lembrar que falamos de crise econômica, crise de corrupção, crise política, mas eu acho que tem uma crise cultural também. Tem uma oportunidade de mudar o enfoque cultural para poder repensar as soluções que se vem recriando. Numa questão que pede mais investimento, como a primeira infância – porque evidência existe para todo lado –, isso é inevitável. Tem uma evidência ética também. Se pensarmos em proteger o meio ambiente, uma das primeiras áreas a serem protegidas seriam as nascentes – é uma analogia muito rápida de fazer. Como não proteger as nascentes humanas, quem está chegando ao mundo agora? Parece que preferimos correr atrás do prejuízo, ficar esperando o problema estourar na nossa frente para buscar uma solução. Para tanto é necessário ser mais imediatista, não ficar esperando o que vai acontecer. Precisamos também olhar o problema em conjunto, não apenas juntar nossos projetos. Mas, também precisamos olhar para a criança de outra forma. A Lydia Hortélio costuma falar que todas as revoluções já foram

feitas, menos a revolução das crianças. Quanto mais se estuda e se aproxima da criança, entendemos como necessitamos propor e realizar ações diferentes. Trabalhamos, por exemplo, apoiando projetos de participação infantil – tem um prêmio de participação infantil que fazemos com o Cecip e com a Fundação Bernard van Leer. Estamos descobrindo a possibilidade de as crianças participarem da construção das políticas urbanas, de transformarem situações nas quais os adultos estão todos completamente catatônicos – por exemplo, o que aconteceu em Teresópolis, em Mariana, essas grandes catástrofes. Começamos a fazer um trabalho depois daquele deslizamento em Teresópolis. É um projeto que se chama Terra Nova. Constatamos que os adultos estavam sem energia de transformação, de pensar os futuros possíveis, estavam pessimistas. Foi aí que descobrimos como as crianças, de alguma forma puxam, puxam capacidades criativas e de invenção e de mobilização interna, emocional. Elas sabem que tem um futuro para o qual tem que lutar. Se não for pelo além, se não for pela vida eterna, que seja pelo menos pela vida que está aí brotando com força. Era isso que eu queria dizer. Obrigada.

**José Luiz Setúbal:** Vamos ter uns 15 minutos para perguntas. Então se alguém tiver, já pode enviar. Vamos terminar as palestras com o Eduardo Queiroz falando do projeto da Fundação Maria Cecília Vidigal.

**Eduardo Queiroz:** Boa tarde. Gostaria de iniciar de uma maneira diferente: trouxe um vídeo para nós assistirmos. Vou investir quatro minutos do meu tempo e do tempo de vocês nesse vídeo [mostra o trailer do filme “O começo da vida”, disponível neste link: [youtu.be/KhcqvsQ9Lf4](https://youtu.be/KhcqvsQ9Lf4)]

Esse é um projeto que a Fundação Maria Cecília está fazendo junto com o Instituto Alana e com a Fundação Bernard Van Leer. Você tem razão, Patrícia, porque eu acabei de chegar da Holanda hoje de manhã, de uma reunião com várias instituições, e a gente era o lambari lá. Só tinha instituição grande. Por ora, estamos buscando instituições para ajudar a disseminar esse filme no Brasil e no mundo. Vamos fazer um lançamento global desse filme. É um filme brasileiro sobre a importância da primeira

infância. Oficialmente, eu queria convidar o Instituto C&A e o Sabará para fazer parte desse esforço de disseminação.

Quando convidaram a Fundação Maria Cecília para fazer parte desta mesa, deste painel, aceitamos como uma grande honra – ainda mais com grandes parceiros, como o Sabará, Ready Nation e o Instituto C&A. A Fundação Maria Cecília existe há muito tempo, desde 1965. Foi criada com outra proposta. Em 2003, a família Vidigal começou a repensar o foco da instituição, e a partir de 2006, depois de muita conversa com muitos especialistas, percebeu que tinha, eu diria, ouro na mão. Um ouro que ainda está muito enterrado: poder mostrar para a sociedade, poder disseminar o conhecimento, esse conhecimento que, como o José Luiz falou, a ciência vinha trazendo sobre a importância de investir na criança, da gestação aos seis anos de idade. Ainda hoje isso é muito pouco falado. A partir de 2006, a Maria Cecília começou a trabalhar com esse tema, a primeira infância, e com a geração e disseminação de conhecimento.

Agora, Daniel, só para falar rapidamente para você, eu estava há aproximadamente um mês num fórum de empresários para o qual nos convidaram, no Rio de Janeiro. Para resumir bem a história, fui deixado por último para falar. Todo mundo falou uns 15 minutos, aí o moderador falou assim: “Eduardo, agora é a sua vez. E você só tem seis minutos”. Eu virei para ele e falei: “Thank you, professor”. Aí virei para o pessoal e falei: “Para vocês verem como a primeira infância não é valorizada, fomos deixados por último e com um menor tempo”. Isso acontece ainda hoje. Investimos muito na universidade brasileira, e tem de investir, mas investe muito pouco nas crianças, da gestação aos seis anos de idade. Por isso pagamos um preço muito caro, que é percebido quando a criança chega ao ensino fundamental.

Falando um pouquinho da fundação, o que fazemos? A fundação trabalha com três eixos estratégicos. O primeiro é de articulação. Acreditamos que é muito importante convencer as lideranças brasileiras da importância de investir na primeira infância. Trabalhamos com deputados federais, senadores, líderes de ONG, pessoal dos ministérios, líderes de empresa embora ainda não estruturados como a Ready Nation está fa-

zendo. Estabelecemos com o Sabará, com dois centros da Universidade Harvard, com a USP e com o Insper, uma iniciativa que no Brasil chama Núcleo Ciência Pela Infância. Um dos trabalhos dessa iniciativa é um curso em Harvard. Já levamos aproximadamente 200 brasileiros para lá, para conversar com várias dessas pessoas que vocês viram nesse filme, vários especialistas do mundo inteiro. Isso gerou resultados, eu diria, excepcionais. Junto com o C&A e outras instituições, estamos participando da ativação de uma agenda da primeira infância. Ainda engatinhamos, mas já há política pública de primeira infância em Fortaleza, aqui na cidade de São Paulo, aqui no governo do estado de São Paulo, no Acre. Agora a Van Leer está desenvolvendo na Amazônia com o IDIS, Goiás, Paraná. Há vários exemplos pelo Brasil inteiro de que realmente a agenda está avançando.

Outro trabalho, dentro desse eixo de articulação, é trazer pesquisadores para a mesa. Dentro desse núcleo que eu mencionei, trouxemos grupos de pesquisadores de diversas áreas da ciência para conversarem e pararem de falar sozinhos. Porque eles costumam fazer pesquisas, publicar – e fica por isso mesmo. Não vira política pública. Na realidade, quando trouxemos esses grupos para a mesa, a intenção era fazer com que eles conversem com a sociedade, que as pessoas que fazem políticas façam políticas baseadas em evidências científicas. Estamos conseguindo fazer isso acontecer.

Outro eixo estratégico é a geração de conhecimento. Dentro da geração de conhecimento, valorizamos a pesquisa. Precisamos de evidência no Brasil. Estamos cansados de escutar, quando trazemos pesquisa de fora: “Ah, isso na Dinamarca funciona, isso na Suécia funciona, no Brasil é diferente”. O Brasil é diferente, sabemos, então precisamos de pesquisa aqui dentro. Estimulamos a pesquisa aplicada aqui dentro do Brasil, e o fazemos em parceria com a Fapesp. Temos também trazido estrangeiros por meio de uma instituição chamada Grand Challenges Canada, com quem lançamos editais aqui no Brasil para fazer pesquisa aplicada na realidade brasileira e, aí sim, provar que tem coisa que funciona e tem coisa que não funciona aqui. E o que funciona temos a obrigação de sistemati-

zar e tentar levar à escala junto com esses líderes que temos convencido, sensibilizado, capacitado.

E, por último, há outro eixo que chamamos de práticas. Foi o Marcos Kisil que começou isso como diretor-presidente da fundação: desenvolvimento de um programa com municípios no qual começamos a testar um modelo intersetorial. Saúde, desenvolvimento e educação trabalhando juntos, buscando o desenvolvimento daquelas pessoas que trabalham com as famílias e com as crianças. É um programa complexo que começou aproximadamente em 2008 e foi se desenvolvendo. Em 2012, assinamos um convênio com o governo do estado de São Paulo, que hoje está levando isso à escala. Isso deu muito conteúdo, muita experiência prática para conversar com os gestores públicos não só do Brasil, mas de fora também.

E, permeando tudo isso, sempre trabalhamos com avaliação. É importante avaliar. Na filantropia hoje, de maneira geral, se quer saber – e não só os empresários – se o dinheiro está sendo bem aplicado. E só é possível saber se está sendo bem aplicado se avaliar. Sabemos que avaliar nem sempre é positivo, tem de estar pronto para mostrar tanto os resultados positivos quanto os negativos.

De maneira geral, esse é o trabalho que a fundação vem fazendo até 2015. Eu não vou conseguir me aprofundar, mas estamos dando uma pequena revolucionada no nosso trabalho. Vamos continuar apoiando a primeira infância, mas, a partir de 2016 até 2021, vamos atuar, eu diria, mais cirurgicamente em algumas áreas. Educação infantil é uma área em que queremos estar mais de perto, provavelmente junto com vocês. Liderança é outra área em que vamos atuar também mais de perto. Outro tema em que vamos atuar é no que em inglês se chama *parenting*. Ninguém fala das crianças que estão fora das instituições, de 0 a 3 anos principalmente. Em São Paulo, há 120 mil crianças em fila de creche. Quem é que está cuidando dessas crianças? Não sabemos. É importante saber e ajudar os governos a terem ferramentas para trabalhar com essas crianças. Basicamente, vamos continuar também fazendo e gerando conhecimento, porque as nossas pesquisas mostram que a sociedade brasileira não sabe

a importância de investir na criança pequena, e isto tem de se deixar claro. Obrigado.

**José Luiz Setúbal:** Parabéns a todos pelas apresentações. Muito boas. Não chegou nenhuma pergunta ainda, mas eu tenho algumas. Eu ia perguntar do filme, Eduardo. Depois você diz quando vai ser lançado. Só para dizer que divulgamos bastante os *teasers* nas nossas redes sociais que vocês têm colocado à disposição.

Houve, cerca de algumas semanas atrás – o Eduardo também estava presente – um evento produzido e patrocinado pelo GIFE com as fundações familiares de São Paulo. O Ricardo Paes de Barros apresentou um cenário que ajudou a ser mais pessimista e que mostrava que o Brasil estava perdendo uma janela de oportunidade em fazer investimento na infância e na educação. O que a Coreia fez uns dez anos atrás, nós já deveríamos estar fazendo, mas estamos perdendo tempo.

Queria perguntar para vocês, primeiro ao Daniel, mas para os outros também: o quanto desses estímulos, dessas informações que são dadas aos empresários chega à criança. E a mesma coisa para o Eduardo: qual a dificuldade que a Maria Cecília enfrenta com as políticas públicas para que cheguem à criança. Agora, com a parceria com o governo do estado, provavelmente vai melhorar, mas mesmo assim não é o que comumente ocorre. Não é universal para o estado inteiro. E pergunto também a experiência do Instituto C&A nesse mesmo sentido.

**Daniel Frank:** Nos Estados Unidos, eu diria que os investimentos que abordei, o fluxo de US\$ 3 bilhões em dinheiro público em três anos, levaram a programas efetivos que atingiram prioritariamente a juventude desassistida do país. Esses programas incluem auxílio familiar, mães grávidas, pessoas que tomam conta de crianças pequenas e precisam de ferramentas para lidar com nutrição e outros fatores que influenciam o desenvolvimento saudável das crianças. E programas de qualidade para o período anterior à escolaridade básica. Dos US\$ 3 bilhões, cerca de US\$ 1,2 bilhão provavelmente é de ações estaduais, no âmbito dos estados,

do Colorado à Califórnia, da Florida ao Maine. São políticas públicas baseadas em estudos comprovados e que têm resultados reais.

**Patrícia Lacerda:** Eu acho que tem uma vantagem para as empresas trabalhar com crianças: ninguém vai ser contra a causa. É bonitinho, não é aquela história de trabalhar com temas polêmicos, ou coisas muito na ponta da sociedade, questões de aborto, questões de direitos humanos ainda mal estabilizados em termos culturais. Em termos de associação de imagem, é bom. Ninguém vai achar ruim aparecer. Só que, quando você vai pensar qual é a infraestrutura política de atendimento, qual é a história desse atendimento, o buraco é tão embaixo... Precisamos sair do primeiro andar, porém saímos do quarto subsolo. Por quê? Porque, por exemplo, só muito recentemente a educação infantil foi incorporada à pasta da educação. Ela vem da assistência social, atendendo um número reduzido de crianças, com creches comunitárias. Então, até trazer isso para uma coisa que é bem valorizada num sistema que já é precário, você tem aí a franja mais precária desse sistema precário. Você tem os profissionais mais malformados. Os municípios, que são responsáveis por essa faixa etária, muitas vezes não têm recursos. Você tem uma série de fragilidades superpostas que faz com que mexer na qualidade do atendimento em larga escala seja uma coisa muito desafiadora. Temos também de estar conjuntamente atuando nisso. Mas acho que em termos de associação à imagem empresarial, está com vantagens em relação a outras causas.

**Eduardo Queiroz:** Vou dar só um dado, o Daniel me corrija se eu estiver errado. É de uma pesquisa feita nos Estados Unidos. A pesquisadora olhou uma família de pessoas que trabalhavam, que tinham ensino superior, e uma família vulnerável. Quando a criança da família vulnerável chegou ao ensino fundamental, ela tinha um vocabulário muito menor do que a criança que tinha familiares com ensino superior. A corrida começa muito desigual se a gente não tomar conta da criança, da gestação até os seis anos de idade. E tem pouca gente olhando para isso, como a Patrícia acabou de falar.

Eu fiz uma ponte aérea para Boa Vista na quinta-feira da semana passada. Saí às 6 horas da manhã e voltei à 1h30 da manhã. Eu não sei se todo mundo sabe onde é Boa Vista: é no meio da Floresta Amazônica, quase na fronteira com a Venezuela. Posso falar que a minha viagem valeu a pena. Por quê? A Teresa Surita, que era deputada federal, virou prefeita. Eu estive lá há dois anos e meio, estavam começando um programa de primeira infância. Eu fui lá agora, quinta-feira. Eu juro por Deus: o trabalho que ela está fazendo é sensacional. Todo mundo precisa conhecer. É algo com base, tudo com evidência científica, não tem nada que ela ache legal, tudo com evidência científica. Isso no meio da Floresta Amazônica. A minha resposta, portanto: sim, está chegando. Mas nem sempre chega.

**José Luiz Setúbal:** Era mais para você falar das dificuldades, mas, para me deixar mais otimista, essa sua resposta está ótima.

Tem uma pergunta aqui da Sofia, do IDIS. Eu queria que você respondesse, mas que o Daniel falasse da experiência nos Estados Unidos. Qual o papel da avaliação para criar evidências para convencer o poder público?

**Eduardo Queiroz:** Olha, acho que todos aqui presentes sabe a resposta. É fundamental o papel da avaliação. O negócio é que nem sempre os gestores públicos sabem disso, nem todos acham que a avaliação é assim tão fundamental. Mas é tudo parte de um conjunto. Esse filme que trouxemos é uma ferramenta, e eu acredito que a avaliação também é uma ferramenta. Temos que fazer uso de várias ferramentas para convencer. Acho que a ferramenta da avaliação é muito forte, porque não tem mais discussão, não tem o “eu acho”. Ah, o meu assessor acha que..., porque ele viu não sei onde. Não. Olha, tem aqui, está provado que funciona.

**Daniel Frank:** A perspectiva que o Eduardo comentou está absolutamente certa para o Brasil ou para qualquer país que queira mobilizar líderes empresariais. É imperativo enquadrar o argumento em termos de economia e dados em que eles possam confiar. Falar que é uma boa ideia, que

é o certo, não ajuda a fazer o trabalho com a comunidade empresarial. É fato que é um imperativo moral trabalhar em prol da primeira infância, mas é preciso dar o próximo passo, o passo para os dados que mostram por que a empresa deve fazer isso para ser bem-sucedida não só em sua região, mas numa escala global. É essa a motivação que fez com que essas pessoas nos Estados Unidos dedicassem seu tempo ao assunto. Deixe-me contextualizar isso. Quando eu digo que CEOs dedicaram seu tempo, quero dizer que nossa rede é tão única que nós os apoiamos para que dedicassem seu tempo. Então, se o nome deles aparece num artigo no *The New York Times* que chame a atenção para esse assunto, é porque ocorreu o seguinte: nossa equipe, que tem cerca de 100 pessoas, escreve o artigo, eles leem, assinam e nós enviamos em nome deles. Então são cinco minutos do tempo deles. Mas imagine o impacto quando o nome deles aparece em algo que é lido por mais de 2 milhões de pessoas. Esse é o tipo de coisa sobre a qual eu me refiro.

**José Luiz Setúbal:** Eu queria fazer um comentário. Na minha introdução, eu não li o texto que eu tinha escrito, mas ele era mais evidente. Quando eu falo do começo do século 20, de Piaget, Freud, do Winnicott, que mostra a importância das mães na criação dos filhos, isso tudo era empírico. A partir dos anos 90, começamos a ter evidências científicas, é comprovado que aquela ação tem resultado. Para mim, que sou médico, evidência é um apelo muito forte. Quando eu era conselheiro da Maria Cecília, vivia brigando para que tivessemos evidências. Mas esse é um assunto que nem tem o que discutir: tem tantas evidências, como a Patrícia falou.

O Andres, da Somar, faz mais um comentário. “Não consigo desligar a mãe da criança. Conhecem programas que trabalhem essa união entre mãe e criança?”

Eu acho que muitos trabalham.

**Patrícia Lacerda:** Tinha uma campanha de aleitamento que era muito interessante. Era assim: se você não pode dar leite, pelo menos dê força. A criança tem uma cadeia de cuidados. Quando termina o filme, fala-

-se assim: cuide da criança que você está cuidando do adulto. Mas, de fato, tem de fazer o contrário muitas vezes. Como é que trabalhamos para melhorar o atendimento na educação infantil? É necessário trabalhar com os professores, com a família. Você mexe com a comunidade inteira, principalmente com quem está com o cuidado fundamental. Nós estamos passando por uma mudança bem grande, inclusive global, no Instituto C&A. Agora tem a C&A Foundation, que tem uma agenda global que tomou como eixo transversal as mulheres, pois aí é uma discussão de questões sociais que atravessam a cadeia têxtil. Para chegar à criança, a forma como pretendemos atuar foi pensar o eixo estratégico mulheres. É um pouco essa ideia.

**Eduardo Queiroz:** Falando de programas que trabalham com mães, o Mãe Coruja Pernambucana é um exemplo excepcional...

**José Luiz Setúbal:** O Mãe Coruja é mais para pré-natal.

**Eduardo Queiroz:** Eles acompanham, tem o eixo Canto da Coruja. Eles fazem pré-natal, depois a criança vai com a mãe ao Canto da Coruja. Às vezes é uma cidade muito pequeninha, de 10, 15 mil habitantes, e eles transformam uma garagenzinha no Canto da Coruja, onde há às vezes uma psicóloga, uma enfermeira, que vai trabalhar com a mãe, com a gestante antes, mas, depois, com a mãe. É muito interessante. O próprio Família que Acolhe, de Boa Vista, é um trabalho muito interessante.

**José Luiz Setúbal:** O PIM [Programa Infância Melhor]. Tem vários, né? Eduardo, vou levantar a bola: a própria decisão da Maria Cecília de trabalhar em *parenting* é um pouco isso.

**Eduardo Queiroz:** Sim, com certeza. É o que a Patrícia acabou de falar.

**José Luiz Setúbal:** Muitos estudiosos, o Freud e o Winnicott claramente, mostram a importância, e principalmente da mãe.

Estamos com o tempo terminando, e eu queria de novo agradecer ao Daniel, à Patrícia e ao Eduardo. Foi muito bom. O Eduardo me deixou mais otimista.

## SESSÃO PARALELA: PESQUISAS – UM RETRATO DA SOCIEDADE DOADORA



Palestrantes da sessão que mostrou resultados de diferentes pesquisas que buscaram entender o perfil do investimento social no Brasil.

## **Palestrantes:**

**Larry McGill**, vice-presidente de pesquisa do Foundation Center

**Regina Esteves**, diretora-presidente da Comunitas

**Kai Brachetti**, diretor do UBS Philanthropy

**Andrea Wolffenbüttel**, diretora de comunicação do IDIS

## **Moderador:**

**Marcelo Furtado**, diretor-executivo do Instituto Arapyáú

*Quando procuramos conhecer a filantropia ou o investimento social privado no Brasil, nos defrontamos com as queixas corriqueiras de que não existem dados, não existem informações, ou conhecimentos que permitam fazer diagnósticos de situação e tomar decisões competentes sobre caminhos a seguir.*

*Dados incluem os itens que representam fatos, textos, gráficos, imagens estáticas, sons, segmentos de vídeo analógicos ou digitais etc. Os dados são coletados, por meio de processos organizacionais, nos ambientes interno e externo. Em suma, dados são sinais que não foram processados, correlacionados, integrados, avaliados ou interpretados de qualquer forma. Os dados representam a matéria-prima a ser utilizada na produção de informações. Podem ser entendidas como observações sobre o estado do mundo, podendo ser parciais, provenientes de fontes diversas, isolados uns dos outros, vindos de fontes autenticadas ou desconhecidas, estando ou não sistematizados. Assim, dados devem passar por algum tipo de processamento para serem úteis. Para tanto devem ser formatados, traduzidos, fundidos.*

*A sessão permite conhecer quatro estudos recentes que geraram fatos, informações e conhecimentos sobre a filantropia nos Estados Unidos, em países selecionados da América Latina, e no Brasil. Representam esforços parciais que trazidos juntos podem permitir um processo analítico que leve a decisões estratégicas sobre como fortalecer o papel da filantropia como agente de transformação da sociedade. E, também entender o comportamento do doador, suas motivações e interesses, suas formas de atuação e processos de trabalho. Bem como a possibilidade de atrair novos doadores conhecendo as suas dificuldades e empecilhos que devem ser vencidos para atraí-los e fidelizá-los.*

**Marcelo Furtado:** Bons investimentos e bons resultados também têm um investimento de estratégia e inteligência. Minha expectativa sobre o que queremos fazer com este grupo é contribuir para que vocês tenham informações estratégicas feitas a partir de pesquisa. No campo da filantropia brasileira, a pesquisa é muito pouco executada, temos pouca informação para trabalhar sobre isso. Mas, talvez mais importante do que olhar para trás, que é o retrato que a pesquisa faz, estou pedindo aos apresentadores para, a partir dos números, responderem duas perguntas. Em primeiro lugar, que tendências vocês podem compartilhar com o grupo a partir das informações que foram acumuladas? E a outra é: qual a inteligência que os números proporcionam, para pensarmos em um investimento filantrópico? A ideia é que sejam apresentadas as informações, mas que venha essa contribuição dupla, de tendências e inteligência.

**Larry McGill:** Muito obrigado por me convidarem para estar aqui hoje. Sinto-me privilegiado por participar do Fórum Brasileiro de Filantropia. Espero ser capaz de falar sobre a evolução global da filantropia em cinco minutos. Vamos fazer uma viagem muito rápida pela evolução da filantropia.

No Foundation Center, temos documentado a filantropia dos EUA há quase 60 anos. Então, eu vou começar falando sobre o que sei melhor:

o crescimento da filantropia nos Estados Unidos. As últimas informações que temos mostram que as fundações dos Estados Unidos doaram quase US\$ 55 bilhões em 2013. Dez anos antes, deram US\$ 30 bilhões. Assim, em dez anos tivemos um aumento de 80%. É significativo que essa taxa tenha sido alcançada durante uma década que incluiu a recessão econômica dos Estados Unidos. Em 2009, a doação foi estável, caindo um pouco em 2010, e depois voltou a ser estável ano a ano.

O Foundation Center concentra-se primordialmente sobre as fundações que doam. É importante ressaltar que essas fundações respondem por apenas 16% das doações filantrópicas nos EUA. Há ainda doações feitas por pessoas físicas e jurídicas, que também estão crescendo nos últimos dez anos. Então, é certamente possível documentar um crescimento significativo na doação de fundações e na filantropia dos EUA ao longo dos últimos 15 anos. E quanto ao resto do mundo?

Os EUA têm muita sorte em contar com uma grande quantidade de dados sobre as fundações, ao contrário do resto do mundo, onde essa informação é difícil de encontrar ou simplesmente não existe. Então, nós temos que encontrar outra maneira de abordar a filantropia global. Encontramos uma boa maneira de fazer isso por meio de uma parceria com uma organização aqui, em São Paulo, chamada Wings [Worldwide Initiatives for Grantmaker Support], que é única no mundo. É uma rede mundial de organizações de apoio à filantropia localizadas em mais de 50 países. A maioria dessas organizações é semelhante ao Gife aqui no Brasil.

Nós não conseguimos documentar diretamente o crescimento de filantropia. Mas, com a ajuda da Wings, somos capazes de documentar o crescimento de organizações de apoio à filantropia, que são diretamente relacionadas ao seu crescimento.

Os dados que vemos listados no gráfico [mostra gráfico na apresentação] são da implantação de organizações de apoio à filantropia. Na Europa, por exemplo, você vê que metade de todas as organizações foi criada depois de 1999. No mundo, metade de todas as organizações foi formada após o ano de 2000. Esse é um forte sinal de que a filantropia está crescendo de forma significativa em todo o mundo desde 2000.

Estamos passando por uma crise econômica contínua em muitas partes do mundo, incluindo o Brasil. Muitas pessoas esperam que a filantropia, como uma importante fonte de financiamento para atender às necessidades sociais, acelere e preencha algumas lacunas financeiras que surgiram com a crise. Mas a filantropia representa apenas uma pequena parte do capital que pode ser aproveitado para resolver a crise. Em 2007, os ativos totais de fundações privadas nos EUA eram de US\$ 682 bilhões. Isso parece muito até que você compare com os recursos de outras partes da economia. Os governos estaduais e locais tinham ativos de mais de US\$ 2,6 trilhões. Bancos, de US\$ 11 trilhões, e as empresas não financeiras, de mais de US\$ 17 trilhões.

A implicação mais importante disso é que a filantropia tem de fazer seus investimentos sociais com sabedoria. Deve investir estrategicamente e deve investir em maneiras de desenvolver soluções inovadoras para os problemas sociais, além de apostar em maneiras de assegurar a sustentabilidade das soluções ao longo do tempo. Caso contrário, a doação filantrópica será apenas uma gota no balde, em comparação com as outras fontes de financiamento, como governo.

Pode ser uma escolha mais sábia, para as organizações, não gastar seus recursos em resposta a questões ou problemas que surgem ou se acentuam como consequência da crise econômica. Manter-se na missão é a melhor maneira de garantir o trabalho de longo prazo.

Em 2010, dois anos após a recessão econômica, entrevistamos mais de 700 grandes fundações para descobrir se tinham fornecido algum apoio para resolver problemas ou questões relacionadas especificamente à crise econômica. 54% disseram que não. Mas um número bastante significativo (41%) forneceu esse apoio. Assim, a escolha de dar apoio durante tempos de crise econômica varia claramente de fundação para fundação. Não há resposta geral. Há uma resposta certa para cada fundação.

Também perguntamos qual era a avaliação sobre a capacidade de resposta das fundações norte-americanas durante a crise econômica. Mais de 50% disseram que a resposta foi boa ou excelente. Apenas 20% disseram que a resposta foi apenas regular ou ruim, e 30% não tinham opinião.

Vamos lembrar das estatísticas sobre doações por fundações norte-americanas durante os dois piores anos da crise (2009 e 2010): a doação permaneceu quase a mesma. Mas as fundações privadas dos EUA perderam quase 20% de seus ativos durante a recessão. Assim, o fato de as doações permanecerem estáveis no período foi realmente algo notável. É por isso que eu acho que muitas fundações na pesquisa disseram que a resposta do setor durante a crise foi boa ou excelente.

Gostaria de mostrar dados de outros lugares no mundo sobre como as fundações reagiram à crise econômica. Mas esse tipo de dado não existe. Esse é um problema real para a filantropia, especialmente para compreendermos se nosso trabalho está tendo impacto. Para dar um exemplo do quão pouco sabemos sobre filantropia no resto do mundo [mostra gráfico no slide]: esse tipo de informação não existe nem mesmo em algumas das regiões mais avançadas do mundo, como a Europa. Vocês podem ver que algumas partes desse gráfico estão preenchidas, enquanto o resto está em branco. Em alguns países existem dados sobre fundações que atuam em áreas como saúde, educação, artes. Mas em cerca de metade deles não há tais dados. E, nos países que realizam coleta de dados, isso é feito com diferentes metodologias. E isso na Europa, uma das regiões mais desenvolvidas do mundo. Vocês podem imaginar como é a situação nos outros lugares.

A filantropia paga um alto preço por não ter informações básicas sobre quem financia, o que e onde. Sem esse conhecimento, é impossível coordenar os esforços. Como resultado, fundações pensam que estão sendo inovadoras, mas depois descobrem que alguém já inventou a roda antes. Não podemos permitir essa duplicação de esforços. Isso reduz drasticamente o retorno sobre investimento social por fundação. Sem saber o que as fundações estão financiando, ou onde elas financiam, não é possível para uma fundação colaborar com outras fundações. Embora nem todas estejam interessadas em colaboração, muitas descobrem que podem gerar um impacto maior em problemas complexos trabalhando conjuntamente, de forma a melhorar a coordenação e eliminar a duplicação de esforços.

Muitas fundações e organizações de apoio à filantropia de várias partes do mundo estão trabalhando com o Wings para desenvolver um roteiro de forma a melhorar os dados do setor. Um dos primeiros produtos desse trabalho é a compilação de dados de filantropia global, que está disponível no website do Wings: [wingsweb.org](http://wingsweb.org).

Em todos os setores os dados são essenciais para trabalhar de maneira efetiva e profissional. Esse é o próximo grande passo que deve ser tomado na evolução global da filantropia. Obrigado.

**Marcelo Furtado:** Obrigado Larry. Vou deixar uma pergunta para você, para ser respondida quando abrirmos para questões. No debate do Partido Republicano, realizado nesta semana, nove candidatos foram questionados sobre a economia norte-americana. Mas somente um disse que deveria haver impostos sobre doações. Todos os outros disseram que isso não seria aceitável para a sociedade americana. O que os Estados Unidos fizeram para que as doações filantrópicas desempenhassem um papel tão importante que mesmo na crise ninguém questiona sua isenção de taxas?

Agora, Regina, mostre que o Brasil também tem dados. Prove que o Larry está errado [risos].

**Regina Esteves:** Que responsabilidade! Boa tarde, sou Regina, lidero o trabalho com um grupo importante na Comunitas. A Comunitas é uma entidade que foi criada lá atrás pela doutora Ruth Cardoso, com o foco em mobilizar e fortalecer a responsabilidade social corporativa. De uma forma um pouco diferente: não levar projetos, mas inspirar líderes e gestores a refletirem sobre suas políticas. Esse sempre foi o grande foco da atuação da Comunitas.

Estamos com a pesquisa Bisc, que será lançada no final do mês. O lançamento oficial é dia 27, com o BNDES, que é um importante parceiro, alavancador de políticas sociais pelo país. Mas vamos antecipar aqui. Muito mais do que passar números, sempre foi um compromisso nosso fazer esses números refletirem na gestão dos senhores decisores, tanto líderes quanto gestores executivos. A pesquisa Bisc é muito mais do que o retrato

do investimento social voluntário, já que medimos também contrapartida social. Muito mais do que o retrato daquele ano, o que se estimula é um benchmark por setor, ou por institutos, ou por empresas. Assim, é possível olhar como está sua política de investimento em comparação com o setor – permitindo fazer uma concorrência positiva.

O que é bastante valioso é que existe uma plataforma americana com um parceiro nosso, o CSP, que faz essa mesma pesquisa com empresas, institutos e fundações do mercado americano. Então, temos a possibilidade de olhar um pouco como está a tendência não só no Brasil. Esses indicadores que eu estou mostrando [aponta o slide] são de 2015. Trabalhamos com dados contabilizados. Então, tem um trabalho de comprovação do que está sendo investido por um total de 337 empresas – representando aqui somente 303 empresas de 11 conglomerados. Acho que também é importante olhar esse cenário brasileiro em que 11 grandes grupos representam 303 empresas entre as maiores investidoras. Há ainda mais nove empresas independentes, 24 institutos ou fundações e uma federação, que é a Federação de Indústrias do Rio de Janeiro, cujo trabalho queremos desdobrar para outras federações.

A curva do investimento social voluntário ao longo dos anos de 2007 a 2014 mostra uma queda em 2013 e, em 2014, um crescimento, com uma tendência para alguns grupos específicos de queda para 2015, não para todos. Nós temos uma medição um pouco antecipada e que nos dá um certo otimismo de que alguns grupos continuam fortemente com essas políticas de investimento.

Na última pesquisa, 35% das empresas e institutos reduziram seus investimentos; 20% aumentaram. É muito interessante ver como alguns novos mercados têm se comportado nessa evolução. Até 2009, o Brasil chegou perto de como estava o percentual de investimento do mercado americano em relação ao lucro bruto. Depois, o Brasil passa a ser superior. Chegamos a ter investimento social equivalente a 1,3% do total do lucro bruto, sendo que o mercado americano tem 1 ou 1,2. Agora temos uma queda – é também uma tendência do mercado americano – para quase metade do que estava no ano anterior. Em 2013, o total do investimento

social era 1,4% do lucro bruto. No ano de 2014, passa para 0,7%, quase metade. Isso chama a atenção, é mais preocupante do que o próprio volume como um todo. Mas é o comportamento, reflete a preocupação com um ano de crise.

Com o público-alvo, sempre medimos isso para influenciar a leitura das decisões e o desenho dos investimentos. Jovens e crianças continuam sendo a prioridade, e o que chamamos a atenção para vocês são as comunidades do entorno. Isso é muito comum na classificação tanto de institutos quanto de fundações. Observamos que a relação com o entorno é realmente prioridade para muitas decisões que são tomadas para desenhos das políticas dos doadores empresariais.

Na “comunidades do entorno” cabe muita coisa. Está relacionada ou ao alinhamento à área de negócio ou à relação com *stakeholders* locais, ou realmente a um olhar de impacto na política do entorno. Acreditamos que é uma área que merece bastante reflexão no Brasil: como se relacionam com esse entorno e como se relaciona com o impacto dessa política no entorno?

Educação é a área que tem maior prioridade. Foram investidos R\$ 872 milhões, uma tendência que se mantém. A maior parte do investimento vem de institutos e fundações, e pelas empresas, menos (22%). O que chama atenção é que se amplia um pouco o percentual executado diretamente pelas empresas.

Programa de voluntariado é uma área que temos a preocupação de observar. Não apenas o voluntariado social, mas também o corporativo. Todos sabem que é crescente. Apesar de ser crescente o número de voluntariado em projetos internos ou externos, há uma queda acentuada de investimento em programas do tipo. O impacto disso não aparece neste ano, mas veremos, com certeza, em investimentos futuros ou programas futuros. É sabido também que o voluntariado corporativo, a partir do momento em que passa a ter uma estrutura dentro das próprias empresas, demanda um investimento menor de institutos e fundações.

No Bisc, fazemos uma comparação entre empresas, institutos e fundações, tentando observar como é o comportamento da execução dos inves-

timentos. O que chama bastante atenção: a execução direta ou o investimento direto pelas empresas passa a ter uma medição de resultados mais acentuada. Já era uma tendência natural de institutos e fundações, mas passa a ser uma tendência quase que prioritária dos investimentos diretos das empresas. Isso pode ser visto também como uma tendência a fortalecer o investimento feito diretamente pelas empresas. No Bisc, vocês podem observar por grupos produtivos como essa tendência tem acontecido.

Os números mostram que a profissionalização tem crescido tanto para institutos e fundações como para empresas. Mas as empresas dão prioridade menor do que os institutos para o desenho dos projetos.

Como tem evoluído o alinhamento de investimentos aos negócios? Aqui não tem muita diferença entre empresas e institutos, mas isso chama atenção: havia uma impressão, uma memória, de que os institutos tinham uma dificuldade maior de alinhar seus projetos à área de negócios. Mas a pesquisa mostra que os números são parecidos: em 2014, 67% das empresas e 63% dos institutos – portanto, mais da metade nos dois casos – destinam seus recursos a projetos alinhados à área de negócio.

Sobre o percentual de incentivos fiscais, é importante lembrar que, apesar de o Brasil seguir o mercado americano na proporção do investimento social em relação ao lucro, os nossos incentivos fiscais são totalmente diferentes dos americanos. Apesar de termos um incentivo menor do que em muitos mercados, ainda não utilizamos a totalidade do que poderia ser incentivado. E há uma tendência de as empresas se utilizarem mais dos incentivos do que institutos e fundações.

Outro ponto que tentamos destacar no relatório deste ano é a relação com os atores externos, inclusive com as organizações não governamentais. Muitas vezes se tem partido mais para um alinhamento com organismos governamentais – ou, dizendo de outra maneira, com políticas públicas. Porque isso beneficia o próprio projeto, o impacto e o desenho dele. O Bisc reforça a visão de que, apesar de todas as dificuldades, alinhar o investimento com as políticas públicas traz benefício direto para o impacto do desenho do próprio projeto. E isso vale tanto para empresas quanto institutos. Esse é o caminho mais difícil. Talvez o mais fácil fosse

sempre ter o projeto com execução direta, com domínio, com protagonismo único da empresa, do instituto ou da fundação, mas a relação de parceria com as políticas públicas tem levado a uma maior sustentabilidade.

Cumprindo a provocação do Marcelo, deixo algumas reflexões a partir da pesquisa. A atuação social por parte das empresas é uma tendência que se mostra ainda mais forte nos dados deste ano. O investimento social direto passa a ter um alinhamento maior com o negócio da empresa. Desenhos de políticas de investimento social totalmente desalinhados da área de negócio, ou do principal *sponsor* ou patrocinador, passam a ser realmente uma preocupação de longo prazo. Acho que o alinhamento tem um lado positivo e um negativo. Vou puxar aqui um ponto bastante positivo: quando há alinhamento tanto de equipes quanto de visão ou desenho, necessariamente há uma visão de longo prazo para a política de investimento. O alinhamento com a empresa exige uma visão de longo prazo nas políticas, nos desenhos dos investimentos sociais. Essa visão de longo prazo e de alinhamento a uma agenda maior para o Brasil com certeza fará diferença no impacto.

A parceria com órgãos governamentais, nas mais diversas formas, é crescente. E aqui não estamos falando em um projeto para apoiar política pública. É a parceria direta com órgãos governamentais. Cabe a pergunta: são projetos ou desenho de políticas **para** a gestão pública ou feitos **com** a gestão pública?

Vamos mergulhar sobre isso no ano que vem, há espaço de reflexão e aprendizado.

**Marcelo Furtado:** Regina, obrigado. Nessa linha de deixar uma provocação para quando abriremos para perguntas e respostas, vou fazer duas perguntas. A primeira: você indicou uma tendência de execução direta. Ela significa que o papel da sociedade civil pode entrar em competição ou ser retirado?

E você deu o aspecto positivo sobre o alinhamento. Eu queria que você explorasse um pouco o aspecto negativo, que é: ao alinhar, alguns campos vão ficar sem luz. Como cobrimos esses campos?

**Regina:** A execução direta não necessariamente despreza os atores sociais da parceria. É a empresa executando sua política de investimento social sem ter um braço de instituto ou fundação. Isso tem se mostrado uma tendência.

**Marcelo Furtado:** Obrigado. Kai, agora é com você.

**Kai Brachetti:** Obrigado pela oportunidade de estar aqui com vocês. Sou responsável pela América Latina na equipe de filantropia e investimentos sociais do UBS. O que fazemos é ajudar nossos clientes a desenvolver sua filantropia, seus investimentos sociais, de maneira estratégica.

Por que fizemos um estudo sobre o tema? Tem muito pouca informação sobre filantropia na América Latina. Existe muito pouca informação em uma perspectiva regional, comparativa. Então, decidimos fazer uma parceria com a Universidade Harvard para realizar o primeiro estudo focalizado em indivíduos de alto nível patrimonial, para entender quais são as motivações, aspirações e prioridades, e principalmente os desafios dos filantropos na região.

O que fizemos foi entrevistar 67 pessoas de alto nível patrimonial em México, Peru, Colômbia, Chile, Argentina e Brasil. Também tivemos diálogos com 25 especialistas e pesquisadores nesses países. E fizemos também uma enquete on-line, respondida por 81 pessoas. Foi um projeto que durou mais do que um ano. Em 2015, já fizemos apresentações em alguns países para divulgar os resultados do estudo.

No caso do Brasil, quais foram as principais características que achamos? Primeiro, são desconhecidos a escala e o escopo das doações no país. Segundo, o ambiente político regulatório é visto como desafiador – algo que não surpreende ninguém aqui. No Brasil, ao contrário de outros países, existe uma grande diferença entre o conceito de caridade e o conceito de investimento social. A caridade é vista com uma intervenção de curto prazo, para aliviar um sintoma; um investimento social tem uma visão estratégica, de longo prazo.

Outra característica do Brasil, esta compartilhada com outros países da região, é que o setor empresarial é líder em investimentos sociais. A filan-

tropia corporativa tem um papel muito importante no Brasil. Por último, falta muita infraestrutura para apoiar o investimento social. E o Brasil e o México são os países que lideram a região na infraestrutura para apoiar o desenvolvimento da filantropia.

Quais são as prioridades, os propósitos filantrópicos que detectamos? Primeiro, educação é a prioridade. Uma conclusão que não surpreende. É a mesma em todos os países onde fizemos o estudo. Através da educação, os filantropos buscam oferecer uma oportunidade de vida melhor às pessoas e contribuir para o progresso nacional, para o desenvolvimento econômico do país.

Outra tendência que a gente pode ver no estudo é que está crescendo a importância dos projetos focalizados em populações vulneráveis – primeira infância, desamparados e desprivilegiados, movimentos que têm como objetivo buscar justiça para todos. Também existe um foco muito, muito forte no desenvolvimento comunitário, na promoção de desenvolvimento social integral de segmentos pobres.

Falando de estratégias filantrópicas no Brasil, vimos que existe uma abordagem voltada para investimentos sociais. Uma abordagem que foca em objetivos e metas e reconhece que as soluções exigem estratégias múltiplas e interligadas. Uma outra característica no Brasil é que há uma preferência muito forte pelo modelo operacional. São muito poucas as organizações que fazem *grantmaking*. Essa é uma característica que encontramos em toda a região. E por que isso? Os entrevistados responderam que preferem ter um contato direto com as comunidades, e os filantropos percebem que as organizações da sociedade civil têm carências de capacidade, eles não têm confiança nelas.

Outro tema que encontramos foi o incremento das alianças e o aumento do investimento de impacto. O Brasil é o país da região que mais investimento de impacto recebeu nos últimos cinco anos: mais de 180 milhões.

E quais os desafios mais importantes para o desenvolvimento da filantropia no país? Existe uma sensação de que há grandes obstáculos, que impedem que um grupo maior de pessoas participe mais ativamente na

filantropia. Quais são esses obstáculos? Primeiro, incredulidade sobre o impacto da filantropia. Um escasso sentido de unidade social e solidariedade, um ambiente impositivo e regulatório desfavorável e a falta de confiança na sociedade civil. São os desafios mais importantes que os filantropos apontaram.

Para concluir: quais são as mudanças que incrementariam a filantropia? Primeiro, demonstrar impacto. Demonstrar o que a filantropia pode fazer para o desenvolvimento social em nossos países. Existe muita pouca informação sobre o impacto que pode ter a filantropia. Segundo, desenvolver a capacidade e a confiabilidade das organizações da sociedade civil. Vimos que os filantropos não têm confiança nessas organizações. A solução é fortalecê-las. Terceiro, dar maior visibilidade a casos de sucesso. Aqui, todos conhecem mais ou menos o que se faz em filantropia, mas a população em geral tem muito pouco conhecimento sobre os casos de sucesso da filantropia no Brasil e na região. Que os filantropos falem mais do que estão fazendo, do impacto alcançado, que possam criar um impacto multiplicador, que mais filantropos participem no setor, mais empresários.

E, por último, que exista maior conhecimento do alcance do setor filantrópico na região. Que a população e, sobretudo, o governo entendam melhor que a filantropia pode ser o motor para o desenvolvimento social do país. Essas foram as principais conclusões do estudo. Estou disponível para perguntas depois.

**Marcelo Furtado:** Obrigado, Kai. Na linha de deixar uma lição de casa para cada um de vocês no próximo bloco: aqui no Brasil falamos que essa crise política, econômica, está paralisando o país. Dado que sua visão é uma visão regional, de países que passaram por crise também, você acredita que essa crise vai diminuir a intenção de doar? Alguns dos indicadores da sua pesquisa mostram que é inerente ter uma crise política ou econômica, existe aí uma característica latino-americana de como se encara a filantropia nessa circunstância?

Agora vou convidar a Andréa, nossa anfitriã aqui. Em um círculo virtuoso, onde você olha como fazer um bom investimento, também cabe a

pergunta: como você faz uma boa captação? E para ambas as respostas, precisamos entender melhor o que o brasileiro pensa sobre isso tudo. E o IDIS está liderando uma pesquisa importante para resolver e responder uma questão pouco pesquisada. Nossa intenção é que essa pesquisa possa ser repetida ao longo do tempo. Quem quiser doar para essa pesquisa se repetir ao longo do tempo não precisa ligar para nenhum 0800. A Andréa está aqui: fale com ela. Isso vai gerar inteligência, seja para investidores, seja para bons captadores.

**Andrea Wolffenbüttel:** Uma das regras de ouro desse evento é que não se pode captar recursos neste fórum, mas você foi covarde, pois resolveu captar para o nosso projeto [risos]. Boa tarde a todos, muito obrigada por estarem nesta mesa. Vou antecipar aqui um pedacinho dos primeiros resultados dessa pesquisa que nós estamos conduzindo. Quando falo “nós”, falo de muita gente, pois a pesquisa é um primeiro passo para uma grande campanha de doação que queremos promover no Brasil.

Para a realização dessa pesquisa, tivemos o apoio de muitos: o Movimento por uma Cultura de Doação, a Associação Brasileira de Captação de Recursos, o Gife. E tivemos o apoio também do Instituto Arapyáú, do Instituto C&A, do Instituto Ayrton Senna, do Instituto Coca-Cola – e não vou continuar falando senão as pessoas vão chegar à conclusão de que não é preciso doar mais nada, porque já tem gente demais doando para essa pesquisa.

Este [mostra o slide] é um mapa do World Giving Index, uma espécie de um índice de solidariedade que é calculado para 145 países e divulgado anualmente pela Charities Aid Foundation – o IDIS divulga no Brasil. Ele mede três coisas. Pergunta para as pessoas se, no mês anterior à pesquisa, elas doaram para alguma organização social, fizeram algum trabalho voluntário e se ajudaram algum desconhecido. Com a média das respostas para essas três perguntas, eles fazem um ranking.

O Brasil caiu 15 posições do ano passado para este. Estávamos em 90, caímos para 105 em um ranking de 145 países. Ou seja, é uma nota muito baixa, infelizmente. Sabemos que é reflexo da crise (as pessoas se retraem), mas isso mostra a necessidade de promover uma cultura de doação no Brasil.

O Brasil é uma bolinha pequenininha em um mapa que mostra os países com tamanho proporcional ao índice de solidariedade deles. Então, você vê os Estados Unidos grandes, Canadá grande e Guatemala grande (é o primeiro colocado no ranking na América Latina). Queria mostrar isso para comprovar a necessidade de promover uma cultura de doação.

Os objetivos gerais da pesquisa sobre a qual falei eram verificar o que a população pensa sobre a filantropia, qual a atitude dela, como se comporta. Identificar quais as principais barreiras que as pessoas que não doam precisam superar para se tornar doadoras. Em relação a outras pesquisas que vimos aqui, essa tem uma diferença: as outras mostravam informações sobre os que doam, e nós queremos saber sobre os que doam e também os que não doam – por que não doam? Queremos também chegar a uma estimativa sobre o volume de recursos financeiros doados pela população, por pessoas físicas. A Regina falou sobre investimento corporativo, sobre a filantropia de pessoas com alto poder aquisitivo. Essa pesquisa é a população em geral, a pessoa comum.

O resultado que eu vou mostrar é fruto de dez grupos de discussão que foram realizados entre 15 e 28 de outubro nas cidades de Recife, São Paulo e Porto Alegre, com doadores e não doadores, classes A, B, C e D, homens e mulheres, idade entre 18 e 50 anos.

Em relação à situação social do país, o que as pessoas pensam? Pensam que o governo é o principal agente responsável pela justiça social. Justiça social é uma questão de governo. E existe uma visão generalizada de que a ação governamental é inadequada para garantir bem-estar social ou apoio à população necessitada. Ao governo se associam corrupção, falta de eficiência, e a avaliação é que isso afeta diretamente os serviços à população: saúde, educação e geração de empregos. E, na omissão do governo, outros agentes da sociedade devem participar das ações sociais. E isso nós acreditamos que é uma grande oportunidade para falar de cultura de doação: apesar de se acreditar que o governo é responsável por cuidar dos problemas sociais, existe essa percepção de que, na omissão dele, outros devem assumir essa responsabilidade. Agentes para o bem-

-estar social. Os não doadores aderem mais intensamente à ideia de que é o governo o responsável pelo apoio aos necessitados. Eles evitam assumir a responsabilidade e, quando eventualmente assumem, utilizam razões evasivas para a falta de ação nesse sentido.

Já os doadores são doadores mais pelos aspectos humanos, menos pelos sociais. Eles doam porque se sentem bem individualmente com os seus valores, e não porque doar seria uma ação de cidadania. São concepções diferentes. E, junto a essa visão dos doadores, existe certa resignação com relação à incapacidade da ação governamental, e uma conscientização sobre a necessidade da mobilização de empresas e cidadãos.

O que as pessoas entendem por “filantropia”? Este é um termo citado nesses grupos de discussão, mas sempre associado a pessoas ou entidades que têm muitos recursos para fazer doação. Filantropia não é uma coisa para pessoa comum fazer. É para rico, empresa grande. Quando tentamos fazer uma campanha de filantropia, as pessoas não entendem que estamos falando com elas. Entendem que estamos falando com pessoas de alto poder aquisitivo ou com empresas.

O termo “caridade” é aceito, mas supõe uma ideia de superioridade e inferioridade na relação de quem dá e quem recebe. Portanto, não tem uma conotação tão boa. “Investimento social” simplesmente não apareceu nas conversas, não quer dizer nada. Por fim, o que parece ser um caminho é “solidariedade”. É um termo que é aceito pelas pessoas, elas se identificam, quem doa se sente solidário. Esse parece ser um bom caminho para quem quer falar sobre cultura de doação.

Como se deve doar? As pessoas acreditam que os indivíduos podem doar bens materiais e alimentos, podem doar diretamente para os necessitados. Mas, na hora de fazer trabalho voluntário ou na hora de doar dinheiro, elas acham que devem doar por meio de entidades ou de grupos de indivíduos. Trabalho voluntário e dinheiro não são para doar diretamente para os necessitados. Precisam passar por uma intermediação. E nesse caso, temos um espaço para as organizações sociais.

O mecanismo de *crowdfunding* não é muito conhecido. Mas, quando é citado, os entrevistados acham muito simpática a possibilidade de você

acompanhar os resultados: quanto está sendo doado, o que está acontecendo.

E quais são as razões para doar? As pessoas se sentem incomodadas com a desigualdade social, elas precisam ter possibilidade de ajudar, e elas têm ou uma educação ou um histórico familiar que propicia isso. Ou seja, as motivações são: sensibilidade com a situação do outro, possibilidade de recursos e o exemplo que a pessoa recebe.

Quais são os fatores que realmente levam à ação? Sensibilidade a uma determinada causa. Confiança na entidade para qual vai doar, disponibilidade financeira e acesso a mecanismos de doação. Doar não é tão fácil no Brasil. Precisamos criar mecanismos que facilitem esse processo.

E o que as pessoas sentem quando doam? Consciência tranquila, autogratificação, prazer e sensação de que fazem a diferença. E isso tem a ver com aquela história de que eu doo como um ser humano, não como uma ação cidadã. Qual a consequência disso? É interessante que se destaca muito o doar sem esperar nada em troca. Portanto, o incentivo fiscal – a doação que você faz, mas debita do Imposto de Renda – não é tão bem visto, pois não é uma doação. Aquele dinheiro você teria que dar de qualquer maneira. Se vai descontar do Imposto de Renda, você não está doando. Não tem o mesmo impacto da consciência tranquila, da autogratificação.

Quais são as causas que mais sensibilizam? Crianças, saúde, calamidades, idosos e educação. É interessante, porque no investimento corporativo aparece educação no alto de tudo. Entre a população em geral a educação consta, mas está mais abaixo no ranking.

Causas polêmicas: dependência química, proteção a animais e esporte. Normalmente, quem apoia tem algum caso na família, conhece alguma organização que trabalha com isso. Não é uma causa com que as pessoas se envolvam independentemente. E há uma baixa sensibilidade à defesa do meio ambiente. Não é uma causa que mobiliza tanto – exceto o grupo mais jovem.

Finalmente, quais são os itens que mais colaboram para a construção de confiança? Ser transparente, prestar contas, mostrar a aplicação de

recursos, mostrar resultados efetivos. Isso talvez ajude a explicar o pouco apoio a causas ambientais: talvez as pessoas não consigam associá-las a um impacto direto, a ações efetivas. Na causa ambiental, você doa, mas parece que o problema não resolve nunca. E em outras áreas, as pessoas percebem melhor o impacto.

Focar em ações tangíveis e específicas ajuda a construir confiança. Para organizações sociais, é importante ser aberta à visitação, poder ser conhecida por dentro, participar. Outro ponto que influencia   conhecer alguém que tenha sido atendido ou beneficiado por aquela organiza o ou conhecer pessoas sérias que trabalham nessa organiza o.

Por fim, como fazer a destrui o da confiança? Associa o com políticos, associa o com governo, escândalos, histórico negativo, falta de transparência, falta de visão, não perceber o resultado e a insistência na contribui o – aquela coisa de ficar pedindo, pedindo, pedindo.

Esses são resultados bem preliminares. Eu acho que nossa pesquisa promete, pois nos resultados preliminares já tem bastante coisa interessante. Por outro lado, ela confirma muita coisa de que nós já suspeitávamos. Eu acho que a nossa percep o não   tão errada. Muito obrigada.

**Marcelo Furtado:** Bom, enquanto vocês pensam em perguntas, eles já têm as minhas para responder. Larry, por favor.

**Larry McGill:** Você me pediu para explicar algo sobre o debate do Partido Republicano nos Estados Unidos. Não sou cientista político, então, não tenho uma boa resposta. Além disso, quando se trata de explicar as atitudes dos republicanos, eu não tenho respostas. Vou fugir da sua questão, mas vou dizer que temos uma atitude muito forte nos Estados Unidos para não colocar mais regras sobre nenhuma forma de filantropia.

Houve alguns esforços, cinco ou seis anos atrás, na Califórnia, para aprovar uma lei que obrigasse as funda es a abrir mais seus dados para a popula o, pois alguns grupos queriam assegurar que o dinheiro estava sendo bem distribuído para quem precisasse. Essa lei não vingou, mas assustou o estado da Flórida. De tal forma que aprovaram uma lei que diz

“não podemos, como legisladores, aprovar quaisquer leis que regulem as fundações”.

**Marcelo Furtado:** Mas existe uma estrutura legal que estimula doações, e parece que os americanos não querem que isso mude.

**Pergunta da plateia:** Eu queria saber qual importância das universidades nesse setor nos Estados Unidos e como vocês trabalham em parceria com isso. De quem é mais o protagonismo, como funciona essa relação?

**Larry McGill:** O Foundation Center é relativamente único, porque tem acesso às informações que são tornadas públicas em formulários de imposto. Ele é única porque mantém os documentos das fundações em sua base de dados, e as universidades não possuem muitos dados sobre essa área. Esses dados estão sendo usados primeiramente para ajudar organizações sem fins lucrativos a levantar fundos. Mas as universidades estão muito interessadas em obter acesso a esse tipo de informação para que possam produzir conhecimento. Estamos trabalhando de forma a expandir o acesso a esses dados, para que as universidades possam começar a construir pesquisa e tornem essa informação mais amplamente acessível aos estudantes.

**Pergunta da plateia:** Para Andréa: o que fazer para mudar e ampliar a o conceito de filantropia para a adesão generalizada?

**Andreia:** É a pergunta de 1 milhão de dólares [risos]. Eu não sei o que fazer. Eu sei que se trata de uma mudança de cultura, e, como toda mudança de cultura, é um processo lento, feito por meio de campanhas de conscientização, campanhas de mobilização, educação das gerações mais jovens. Esse é o único caminho que conheço para mudança de cultura, e algo me diz que esse é o nosso papel. Fazer isso é o que se espera de nós que estamos aqui nesta sala, reunidos.

**Marcelo Furtado:** É nossa obrigação achar um outro jeito também, pois esse talvez demore demais. Frente aos desafios de mudança climática que a gente vive, talvez seja bom achar outros exemplos.

Regina, deixo para você responder à pergunta que veio e à provocação que eu tinha feito.

**Regina Esteves:** Acho que falei tanto de alinhamento – como é que fica o alinhamento com a empresa, fortalece, não fortalece institutos e fundações, como isso pode ser uma alavanca, uma oportunidade de fortalecimento da sociedade civil... Quando eu coloquei tendência de execução direta, acho que me expressei mal. Não significa desprezar ativos da sociedade civil. Mas existe hoje uma forte tendência de que não só a contrapartida social, mas também investimentos sociais sejam operacionalizados em parceria diretamente pelas empresas, e não necessariamente por institutos e fundações.

A contrapartida social se dá por meio de marcos regulatórios que exigem uma contrapartida de recursos em alguns projetos, empréstimos ou investimento. Através desse dispositivo, tem sido uma tendência no Brasil estimular que também o investimento social voluntário, às vezes até mesmo para compor com o exigido por uma contrapartida, passe a ser feito diretamente pelas empresas. Não discuto se deveria ser pelas empresas, ou institutos, ou fundações. Mas eu acho que é uma grande oportunidade de ter uma atuação dos institutos e fundações nessa execução direta das empresas. Mas, vendo o lado positivo: as empresas têm uma tendência maior, mais abertura, para se relacionar com órgãos governamentais. Então existe uma tendência de as empresas naturalmente procurarem mais entidades da sociedade civil – pois a execução da política de investimento social nunca vai ser direta, necessita desses parceiros na rede. Então eu vejo como oportunidade.

Chamo a atenção para a agenda com que cada setor trabalha. Você pode ter um alinhamento com a área de negócio, mas dentro de uma agenda ampla. Eu posso estar trabalhando aquele território, alinhado à área de negócios, mas dentro de uma agenda ampla. Um exemplo com

educação: eu posso ter um projeto isolado com grande impacto, voltado a um grupo que eu estou beneficiando. Ou posso olhar toda a cadeia do setor educacional e as políticas educacionais que eu vou influenciar.

Então, a reflexão, quando a gente fala de parceria com órgãos governamentais, é como dar amplo impacto, eficiência e mais eficácia numa agenda em que eu atuo, alinhada à área de negócios. Eu acho que temos preocupação muito focada em algumas agendas. Mas não necessariamente essa agenda tem de ser reduzida a uma forma de operação. Nessa cultura de doação, muitas vezes a gente olha quem doa, mas a gente deveria olhar também doação com participação. Isso está muito hoje no cenário, não só corporativo. A gente aposta muito que isso faça a diferença.

**Marcelo Furtado:** Obrigado. Estamos finalizando. Eu deixei uma pergunta para o Kai: se o nosso problema é brasileiro, latino-americano ou global. Vou sugerir que as perguntas que não foram respondidas possam ser um bom motivo para conversar com as pessoas aqui no café.

**Kai Brachetti:** Bom, uma coisa que esqueci de dizer é que o estudo que eu mencionei está disponível on-line no site do UBS ([ubs.com/philanthropy](http://ubs.com/philanthropy)) e também no site do Wings.

Acho que toda crise tem um impacto na filantropia. O Brasil não vai ser uma exceção. A boa notícia é que o Brasil desenvolveu uma forte infraestrutura nos últimos anos, e isso vai ajudar uma recuperação muito rápida do setor filantrópico, na minha opinião.

É difícil fazer uma comparação regional, cada crise é única, e a região teve crises nos anos 80, mas o setor não estava ainda desenvolvido. Não se pode olhar para trás e dizer que depois da crise dos anos 80 a filantropia se recuperou muito rápido ou devagar, mas eu acho que a estrutura está aqui para ajudar uma recuperação muito rápida do setor.

**Marcelo Furtado:** A mensagem mais importante para levar daqui é que analisar e contextualizar dados individualmente pode ser um trabalho para o qual sua organização não tenha fôlego, mas que você pode usar

os foros – IDIS, GIFE, Wings – que fazem o trabalho de tratamento dos dados para colocar essa inteligência na sua estratégia de filantropia ou na relação com os seus *grantees*. Porque, afinal de contas, o que queremos de verdade é um Brasil mais competente na captação e uma sociedade brasileira mais doadora, o que vai muito além de nós nesta sala. Então, muito obrigado, e bom café.

## PALESTRA FINAL E ENCERRAMENTO



Paula Fabiani, do IDIS, e Guilherme Leal, sócio da Natura e um dos maiores filantropos do país na plenária final.

## Palestrante:

**Guilherme Leal**, Copresidente do Conselho da Natura

## Moderador:

**Paula Fabiani**, diretora-presidente do IDIS

**Paula Fabiani:** Eu tenho agora o enorme prazer e a honra de receber nosso último palestrante, copresidente do Conselho da Natura, Guilherme Leal, que vai nos contar suas motivações de filantropo e investidor social. Embora eu o conheça desde que trabalhei no Instituto Akatu, mais recentemente é que tive oportunidade de conhecer sua atuação como investidor social privado. Além de participar da criação da Natura – empresa líder no mercado brasileiro de cosméticos e maior B Corp do mundo –, é também um dos investidores pioneiros em negócios de impacto social e ambiental. Participou de diversas organizações importantes do terceiro setor e estrutura seu legado pessoal com o Instituto Arapyaú. É cofundador da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), membro do B Team e presidente do Instituto Natura.

**Guilherme Leal:** Muito boa tarde a todos, fim de tarde de um dia que, tenho certeza, foi muito rico. Obrigado, Paula, obrigado, Marcos, pelo convite. O que nos une aqui? Mais do que ser diretor de alguma ONG, investidor social, eu acho que o que nos une é uma vontade de promover mudanças.

É difícil ver tantas situações de pobreza, principalmente de crianças tendo suas vidas jogadas fora, não atendidas nas suas necessidades básicas. Eu gostaria de falar com as pessoas, e não com as instituições, pois as instituições são criadas a partir de cada um de nós, daquilo que nos mo-

biliza, daquilo que nos faz levantar da cama, que nos causa indignação. E acho que essa é, no fundo, a essência da grande revolução cultural que temos que fazer para promover mudanças, não só para fazer filantropia. Investimento social é instrumento. O que queremos é mudança.

A primeira coisa que eu gostaria de repartir com vocês: o ponto de partida é uma reconexão. Acho que a base tudo é uma reconexão de nós mesmos com essa grande natureza da qual fazemos parte e com o coletivo, com as comunidades, com os seres humanos em geral. Essa percepção de interdependência é a chave para o início da transformação. Não cuido de mim sem cuidar do outro. A física quântica já demonstra com bastante clareza essa relação entre observador e objeto observado, essa interação. Não sabemos se é onda, se é matéria, a verdade é que nós somos todos interdependentes. E eu acho que a introjeção disso no nosso comportamento é o início de toda a transformação social que sonhamos promover juntos.

Cada um de nós tem inúmeros papéis. Nós somos consumidores, pais, eleitores, dirigentes de organizações. Temos muitas faces. Cada uma delas pode manifestar uma contribuição para essa transformação. Eu acredito piamente que todos nós podemos ser agentes de mudança. Então, a primeira coisa é: esqueçam os crachás, as instituições, e se comprometam pessoalmente – se quer ver a coisa mudar em todos os nossos múltiplos papéis.

Sabemos dos desafios da transformação com que sonhamos. Se pensarmos no Brasil, já é algo enorme. Se pensar no mundo, na África, na Ásia, a questão da imigração, tantos dramas humanos que existem, o tamanho das transformações que queremos promover, obviamente, é imenso. Só se pode avançar em relação a isso se atuarmos coletivamente.

O setor filantrópico é absolutamente fundamental. Nós saímos um pouco daquela coisa da caridade, de lidar apenas com efeitos. Somos todos aqui artífices e testemunhas de uma evolução importante na ampliação de impactos. Será que eu estou colocando recursos, meu tempo, a serviço de algo que de fato transforma? Ou é apenas um *band-aid* que alivia a minha consciência? Todo mundo precisa de algum refresco de vez

em quando, mas sabemos que quem está preocupado com a transformação quer algo mais.

Vimos hoje alguns indicadores sobre o crescimento dos recursos investidos nos Estados Unidos. Vimos que, no Brasil, o crescimento é bem mais moderado, ocupamos a posição 105 no ranking de solidariedade. O espaço para a revolução cultural que temos que promover é enorme. Para ampliar esse espaço da solidariedade nós temos um universo de oportunidades.

Eu acredito que filantropia e investimento social são importantíssimos, seja para gerar protótipos novas soluções, seja para criar novas maneiras de tratar os desafios, aprofundar, articular. Ela é absolutamente fundamental, mas é absolutamente insuficiente. Sem pessoas não se faz nada. Com as pessoas podemos começar a criar comunidade, sociedade civil, organizações filantrópicas, de investimento social. Isso é muito bom, mas ainda insuficiente. O que, para mim, vem em seguida? Acredito que os negócios devem ser instrumentos de transformação social, têm um poder que eu não vejo na sociedade civil. Cada um tem a sua natureza de poder. Se nós não dermos um passo adiante em direção às empresas, para serem parceiras nesse processo de transformação, acho que a coisa não vai acontecer. Serão pequenos movimentos aqui e ali.

E não estou falando da empresa como um caixa, como uma organização que assina um cheque. Estou falando do uso das competências diversas das empresas, da sua capacidade de inovação, das suas redes sociais, das suas instalações físicas, dos seus conhecimentos acumulados. Acredito que tudo isso deve ser colocado a serviço da transformação. Cito o exemplo das questões ambientais. O clima está aí mostrando a sua cara. Por mais que o Ibope ainda não sensibilize, os indicadores são muito claros: os desafios são urgentes. Sérios e urgentes: más condições sociais, pessoas sem acesso a água... Enfim, não vou aqui ensinar o padre nosso ao vigário. São problemas absolutamente inaceitáveis. Para olhar os desafios sociais e ambientais como oportunidades de construir novos e saudáveis negócios, as empresas devem ser tomadas como um instrumento fundamental.

Não vou ficar fazendo propaganda da empresa que tenho a satisfação de ter ajudado a criar, mas nascemos num fundo de quintal em um mercado altamente competitivo. As mulheres deste salão são testemunhas da oferta de produtos para os cuidados pessoais, para a beleza e para a higiene feminina. Como conseguimos saindo de um fundo de quintal, em um mercado muito competitivo, se destacar? Buscamos não apenas oferecer produtos que pudessem ajudar mulheres e homens a se cuidar. Tentamos vender não apenas produto, mas informação, consciência, associar de fato o modelo de negócio da empresa a uma contribuição mais ampla para a transformação sócio ambiental.

Acho que muitos empresários no mundo estão crescentemente passando a olhar de uma maneira mais ampla o que é definição de resultados, olhar os desafios sociais e ambientais que temos como país e comunidade global. Olhar isso não apenas do ponto de vista da responsabilidade que temos e da destinação de uma parcela dos resultados para determinados projetos ou determinados temas. Mas olhar o desafio.

Negócio é ver problema e não conseguir ficar quieto, inventar solução. Quando inventa uma solução que é competitiva para resolver um problema, você cria um negócio. É disso que estamos falando. O mercado foi um invento do homem para atender as suas necessidades. As nossas necessidades hoje são de muitas espécies. Já há tecnologias que permitem ter alimento para todos, habitação para todos. Nós não temos porque existem diferenças sociais com as quais a gente não conseguimos lidar, porque existe desigualdade, ineficiência, porque se perdem 40% dos alimentos.

Devemos entender que alimentar decentemente, dar educação, dar condições de moradia, atendimento médico na primeira infância, é transformador de fato – e é oportunidade de negócio. Se ficarmos olhando só aquele produtinho que atende a uma funcionalidade – seja lavar o cabelo, seja permitir a comunicação, um celular –, sinto muito, mas eu não acredito que a mudança ocorra. Para fazer a mudança, tem que envolver as empresas, e não somente a filantropia corporativa, que é muito importante.

Acho importante destacar essa outra força. B Corp é um movimento surgido na Costa Oeste americana que explicita Benefit Corporations,

empresas B, que têm um compromisso explícito não apenas com seus acionistas, mas com os seus diversos *stakeholders*, com a sociedade e a questão ambiental. Para ser considerada uma B Corp, passa-se por um processo de avaliação. Nós temos a Maria Farinha, que é uma B Corp importante no Brasil, temos um grupo crescente. Hoje já são cerca de 1.200 empresas no mundo que se comprometem exatamente com isso. Um negócio saudável é aquele que promove transformação positiva, que tem compromissos de governança, de transparência, de ligação com a comunidade. Há uma série de indicadores que mostram o seu compromisso em ser um agente de transformação social.

A Natura, no final de 2014, acabou sendo a maior B Corp do mundo, primeira empresa de capital aberto. Mas tem outras companhias importantes, a Patagônia, e outras empresas que estão criando uma nova onda do capitalismo. Eu tive a satisfação de participar, em 1998, da fundação do Ethos, que era uma fase da responsabilidade social corporativa. Mas estamos falando de um novo movimento, de uma nova geração, que traz no DNA o compromisso de ser agente de transformação.

Eu tenho a satisfação de fazer parte já há três anos do B Team, um grupo fundado pelo Richard Branson, da Virgin Unite. É um grupo de umas 15 pessoas que se colocaram um pequeno desafio: ajudar a mudar o capitalismo. É uma pobreza achar que negócio é um algo feito apenas para gerar lucro para os seus acionistas. Não tenho nada contra o lucro, muito pelo contrário. Acho que a sustentabilidade econômica das organizações, sejam privadas, com fins lucrativos, sejam sem fins lucrativos, é da maior relevância. Mas é uma pobreza limitar o empreendedorismo à construção de resultados econômicos. Para mim, resultado econômico é igual a respirar. Não dá para falar "vou parar de respirar enquanto vou resolver outra coisa". As coisas têm que ser concomitantes. O lucro, a sustentabilidade econômica, é aquilo que dá condição de você fazer uma série de coisas. Mas acho uma pobreza um projeto de vida de ser rico, bilionário.

Nós temos esse desafio de mudar o que é bem-sucedido, a definição de sucesso. O que vai fazer um jovem de 10, 15 anos, mudar sua perspectiva de vida? O que vai estimular que ele vá saindo daquela fase de

adolescência e de fato se empenhar, arregaçar as mangas? Será que é só fazer parte da lista da Forbes? É muito pouco. Os grandes expoentes da história foram pobres. Os grandes líderes espirituais do mundo deixaram marcas muito mais profundas do que qualquer bilionário.

Desde o começo da década de 90 eu estive envolvido com vários movimentos da sociedade civil. Tive envolvimento com a construção dessa cultura das empresas serem agentes da transformação social, mas eu vi que ainda era pouco. Em 2008, quando eu estava começando a organizar o que viria a se tornar o Instituto Arapyaú, me dei conta de que estava deixando passar algumas coisas fundamentais se quisesse mudar o futuro – e então eu estava pensando mais especificamente no Brasil.

Como o Brasil se coloca diante dessa crise? Quais são as oportunidades? Sabemos dos avanços que tivemos depois do período autoritário, a Constituição de 1988. Apesar dessa crise toda, foi na Constituição de 88 que se constituíram o Ministério Público e os instrumentos de justiça que estão hoje expondo toda essa situação. Nós tivemos uma democracia mambembe, cheia de problemas, de necessidades de aperfeiçoamento, mas muito mais sólida do que nos anos de ditadura, ou mesmo nos anos anteriores a ela. Tivemos uma inclusão social importante, quase uma universalização do ensino, apesar da qualidade sofrível. Mas as lacunas são óbvias, seja no âmbito da saúde, da segurança, da qualidade da educação. Em 2008, surgiu a dúvida. Ok, temos avanços para celebrar, mas temos uma série de desafios para endereçar. O que seria a eleição presidencial que se aproximava, em 2010? Naquele momento já estava claro que havia uma necessidade de uma discussão de futuro: que país queremos ser? Que sociedade queremos ser? Quais prioridades queremos estabelecer? Mas o que se avizinhava era uma discussão do passado: se o Fernando Henrique foi melhor ou pior do que o Lula. E o Lula conseguiu eleger a pessoa que ele escolheu como candidato.

Resumo da ópera: eu me dei conta de que precisamos da sociedade civil organizada das mais diferentes formas, de indivíduos conectados, precisamos de empresas conscientes, que incorporem no coração dos seus negócios a contribuição para a promoção da mudança, da evolução

social e ambiental. E tudo isso junto é insuficiente sem a política, pois é ela quem dá escala de fato. São as políticas públicas que vão transformar de fato os grandes contingentes não atendidos em possibilidades de desenvolvimento humano. E por isso me envolvi naquela experiência em 2010, entramos no processo eleitoral. Meu objetivo era muito claro: não era ganhar a eleição coisa nenhuma, era trazer para a agenda algo que achava importante: que este modelo político, que este modelo econômico, de crédito e consumo apenas, estava esgotado. E o que queremos ser? Temos todos nós que nos envolver e discutir se quisermos construir um país melhor.

Saí daquela experiência com duas convicções. A primeira é que precisamos juntar esse conjunto: pessoas, organizações da sociedade civil, empresas e lideranças políticas para produzir a grande transformação que queremos. E saí também com uma convicção pessoal de que não era minha vocação estar na linha de frente da política. Mas começamos a pensar que faltavam lideranças, nos mais diversos sentidos, mas especificamente lideranças políticas. Quando se olha hoje o que está acontecendo no nosso Congresso, isso é mais do que claro. Aquelas figuras que tínhamos, os Montoros, os Covas, os Tancredos – está difícil de achar um. Não tem solução mágica, mas dá para tentar construir caminhos. Com um grupo de companheiros, criamos a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), cujo objetivo é atrair e revelar, dar apoio a novas lideranças políticas, para produzir a transformação que queremos, e para se somar a essa cesta que eu descrevi anteriormente.

Mas é muito difícil, ninguém gosta de política. Hoje, a rejeição à política é muito grande. E é neste auge de rejeição que propusemos inverter o jogo. Se acharmos que a política não é conosco, estamos fatalmente destinados a ser governados por pessoas que não têm o nosso respeito nem as qualificações necessárias para governar. Assim, esse processo busca atrair lideranças que tenham compromisso ético – algo que deveria ser obrigação de todo mundo, mas hoje está em extinção. Ser de fato um servidor público, e não se servir do público, virou exceção. O que se exige dessas lideranças: compromisso ético, com transparência, *accountability*, servir ao

público, compromisso de discutir, sem uma visão pré-concebida, formatada, o que é um desenvolvimento de qualidade, que se sustente no tempo.

Quando temos um PIB decrescente ou estagnado, como temos hoje, com inflação, é uma situação horrorosa. Agora, falar só de crescimento e de PIB é miopia. Se não dermos significado mais profundo sobre o que é desenvolvimento, vamos mudar muito pouco. Para esse mundo ser mais sustentável para as futuras gerações, nós temos que mudar a cultura, os nossos valores. Temos de reverter essa relação entre o ser e o ter. Devemos valorizar mais as possibilidades de ser de cada um de nós, ao invés de definir felicidade como acúmulo de um monte de bagulhos bonitinhos. Tenho uma empresa de bens de consumo, mas eu não acredito nessa visão, acho que esse consumismo tem que mudar. E eu não sou xiita, ambientalista, enjaulado, tenho uma vida normal. Mas não dá, não se sustenta. A nossa definição de felicidade tem que mudar. E nós temos que engajar todos os setores.

A Raps fecha para mim esse ciclo, e acho que os resultados estão sendo bastante interessantes. É uma ideia de uma rede de pessoas. Não é um movimento de A, de B ou de C. É um movimento da sociedade civil, de lideranças diversas que entendem que, sem uma política de melhor qualidade, nós não vamos promover a transformação. Hoje já são 380 líderes apoiados em três processos expressivos. Temos três categorias. Uma, chamada de Líderes Raps, é formada por aqueles que já têm mandato ou têm compromisso de participar de processos eletivos nos próximos anos. Temos também os Empreendedores Cívicos, que querem participar ativamente da vida pública, mas não querem estar em cargos públicos, preferem fazer isso a partir da sociedade. E é fundamental. Teremos bons políticos se tivermos bons eleitores e cidadãos engajados. E temos os Jovens Raps, que estão em uma faixa etária mais nova e que no tempo vão seguir o seu caminho na política. Tem vários processos, mas o resultado, até pela crise que estamos vivendo, tem sido surpreendentemente bom, no sentido de começar a discutir aquilo que é relevante discutir. Qual é o principal problema que hoje para sair desta crise? É que o Congresso deixou de ser um espaço de discussão para o futuro do Brasil. Ficou um

lugar onde cada um tenta sobreviver ao tiroteio instalado. A Raps está começando a discutir com os seus líderes – os atuais e os que estão chegando – o que queremos deste país. E é por aí que vamos achar a solução.

Não é fácil, é demorado. E com isso eu agradeço mais uma vez o convite e fico à disposição para perguntas.

**Paula Fabiani:** Queria começar com duas perguntas. A primeira é em relação à sua família. Qual é o envolvimento, como é essa questão do engajamento? Você tem uma ação social robusta, muito clara. Criou várias organizações do terceiro setor, está criando uma organização para apoiar melhores políticos, ou seja, trabalhando o primeiro setor. Tem toda a sua atuação no B Team, no B Corp, com empresas que precisam pensar seu papel na sociedade. Precisamos de todos os setores para resolver nossos problemas, inclusive trabalhando juntos em algumas questões. Como é isso em casa? Você falou bastante que passa pelo indivíduo essa transformação.

**Guilherme Leal:** O que eu faço é viver meus valores. Nós, na Natura, não temos ninguém da família trabalhando diretamente como executivo. Achávamos que isso é uma carga. Educar o filho é dar asas. Ajudar a educar, ajudar a entender. Dizer que vai ter que fazer assim ou assado para mim seria totalmente contrário ao que pensamos. Agora, dividimos valores quando estamos juntos, quando almoçamos, quando viajamos, quando falamos ao telefone. É ao longo de uma vida que dividimos valores. Eu tenho muita satisfação e orgulho de que cada um está buscando os seus caminhos. Mas eu tenho muita confiança de que tem um compartilhamento de valores muito especial.

Cada um vai descobrir sua maneira de dar uma contribuição.

Tive um diálogo com um dos meus filhos, que tem um relacionamento forte com a música. Ele falava assim: “Pai, você faz tanta coisa e eu vou ser músico”. Ele não é um músico 100% profissional, é um educador musical. Eu falava: “Ricardo, no mundo que eu imagino que possa ser sustentável, essa coisa de mais ser do que ter é chave, é chave para poder

construir de fato uma sociedade mais justa, inclusiva, sustentável”. Nós temos que saber ser mais, produzir arte, produzir música. Para mim é uma das questões mais transformadoras: substituir essa falsa noção de felicidade que o consumo exacerbado dá. E trocar isso por saber apreciar a natureza, uma obra de arte, uma literatura, uma música. Para mim isso faz parte da revolução que eu advogo.

Eu acho que cada um tem que fazer. Não pode só entrar em uma organização, uma grande fundação, é muito chato. Acho que o jovem precisa encontrar seus espaços de expressão, de criação, de inovação. Precisamos abrir os espaços institucionais para que essas oportunidades sejam criadas.

**Paula Fabiani:** Outra pergunta, antes de passar para o público. E o GIVING Pledge? Qual é a sua visão desse movimento e como trabalhamos essa questão no Brasil?

**Guilherme Leal:** Acredito que todos concordam aqui que o Brasil não estimula as pessoas a serem filantropas. Acho que é uma mudança a ser perseguida. Sei que têm várias ações em curso, superimportantes. Porque, se não criarmos um ambiente mais favorável, é difícil que isso ao longo do tempo tenha um crescimento expressivo. Eu acho que está ganhando movimento, mais sentido para um número maior de pessoas, mas para ganhar uma tração mais plena precisa de um avanço institucional. Tem de estar tentando sempre, independentemente de ter ou não estímulos fiscais

Por mais que a Natureza faça ou não faça, nós temos um sistema que é concentrador. A diferença está aumentando, não está diminuindo. A questão da transmissão sucessória no Brasil, nós pagamos muito pouco mesmo. Seremos estimulados se pagarmos mais. Estou falando especificamente, não estou falando de aumento de carga tributária de uma maneira ampla, geral e irrestrita.

Nosso sistema tributário é regressivo. Grande parte do imposto é no consumo, que todo mundo paga, e quem tem menos renda paga mais.

Reverter isso é um movimento altamente meritório. Faz muito sentido retornar à sociedade parte importante do que ela mesma nos ajudou a construir, e acho que essa questão institucional tem que ser trabalhada. Tem a questão da cultura de doação, que precisamos trabalhar.

**Paula Fabiani:** Tem um pergunta aqui em relação à questão do consumo. A reversão do ciclo de produção de consumo não implicaria um caminho irreversível e inevitável a um caminho fora do consumo? Vivemos em uma sociedade em que o consumo é parte de todo o processo produtivo e de crescimento. Inclusive, crescimento econômico também gera inclusão social. A reversão desse ciclo de consumo não implicaria um processo recessivo? Existe um caminho fora desse modelo?

**Guilherme Leal:** Podemos achar que, ao reduzir o consumo, as economias vão ter recessão. E precisamos mudar a economia também. Aí vêm os economistas, que eu respeito muito, e inventam um negócio como se não tivessem resíduos e como se não tivesse limitação de recursos. Nem uma coisa, nem outra é verdade, e isso está cada dia mais claro. Por outro lado, as tecnologias estão trazendo a oportunidade de criar uma nova economia, que é a economia do compartilhamento. Nós temos um monte de ativos que não é utilizado. O Uber e o Airbnb são duas grandes expressões do que vai acontecer no futuro. Nós, como humanidade, indo de 7 para 9,5 bilhões, e esperando não deixar para trás 2 ou 3 bilhões totalmente desatendidos, vamos precisar usar melhor os ativos já produzidos, que já estão disponíveis.

Para que precisamos ter uma frota de automóveis do tamanho que temos, se não tem espaço para todo mundo andar e fica todo mundo parado usando seus automóveis como sala de visitas? Nós precisamos ser mais inteligentes e lidar com a questão da mobilidade. Seja compartilhando automóveis, seja tendo transporte público de qualidade.

Estou falando o óbvio, mas se tanta gente tem tantas casas sobrando, porque elas não podem acolher quem precisa? Podem e devem, e a tecnologia vai facilitar essas conexões. Por que a jornada no mundo é de

40 horas semanais? Já foi muito mais. Diziam que se fosse reduzir ia quebrar as empresas e o capitalismo. Diminui e não estourou. Não pode ser menos? Não sei como é o processo, se demora cinco, dez ou 100 anos, mas não estamos fadados a viver sempre nos alimentando do consumo. Se não consumir vai quebrar a empresa e vai produzir desemprego – acho que isso é uma falácia. Mas a mudança é complexa. Ninguém está dizendo que isso acontece do dia para a noite, mas eu acho, sim, que nós temos que caminhar. Quando nós formos seres iluminados – eu não sei se vai ser daqui um, ou dois ou três séculos para frente –, eu acho que vamos dar risada de nós mesmos.

Eu gosto de brincar com a história dos carros. Se você for até a Lua e olhar para cá, você vê aquele monte de formiguinhas entrando nas suas latinhas que soltam fumaça. Um é pintado de uma cor, outro de outra, e as pessoas ainda ficam dizendo assim: “Olha como eu tenho a minha latinha mais bonita que a sua”. Estamos ainda em um estágio primário como seres humanos. Eu acho que nós não descobrimos ainda a potência que temos, as nossas próprias energias, as formas de comunicação. Acho que tem muita coisa que vai mudar, sim.

Não podemos ficar presos nessa coisa de “tenho que consumir mais, descartar mais, porque senão vou tirar emprego do cara na China ou na Indonésia ou no Vietnã ou na periferia de São Paulo”. Acho que isso não gruda, essa equação tem um fim muito claro: exaustão dos recursos do planeta. A China mesmo, com todo o desenvolvimento necessário, não está mais aguentando a poluição nas cidades.

**Pergunta da plateia:** A colocação do Brasil no índice de solidariedade caiu de 90 para 105. Em um momento de crise escutamos “não” com muito mais facilidade. “Não” aos recursos, “não” ao investimento e “não” à ajuda ao terceiro setor. Você influencia através do exemplo. É um homem de sucesso, de vanguarda e que sempre se preocupou com causas do terceiro setor, ambientais, de sustentabilidade. Mas às vezes o exemplo não é suficiente. Como você pode ajudar mais seu país, ainda influenciando os outros empresários a olharem por um outro prisma? Não

vendo que o Guilherme já é assim mesmo, que ele é uma exceção, e sim fazendo com que os outros virem Guilhermes. E uma segunda coisa: você falou que com a Raps você fechou um ciclo. Então eu pergunto: o que vem depois?

**Guilherme Leal:** Primeiro é tentar, tentar, tentar. Se vai dar certo ou não, vamos vendo. Precisa medir. Se aqui deu certo, avançamos. Se não deu, muda. Mas tem que tentar. Não é ser otimista ou pessimista, é ser teimoso, resiliente e não desistir. Na primeira metade da década de 90 fizemos muito isso internamente. Tentamos na Natura essas crenças e valores. Em meados da década de 90 ajudamos a criar, com muitos companheiros, um instituto para promover a cultura empresarial da responsabilidade social. Era uma maneira de ampliar.

O B Team tem uma tese que é o *Tipping Point*: se convenceremos 10% das lideranças empresariais, o resto vem atrás. Nós somos, por enquanto, 0,01%, mas estamos na luta. Eu costumo dividir muito com meus companheiros de Natura que a principal contribuição que damos é ter uma performance boa com propósito. Mostrar que propósito e performance criam um efeito sinérgico e não são contraditórios. Se continuarmos fazendo isso, e é um desafio permanente, eu acho que daremos uma parcela de contribuição.

Quanto ao que vem pela frente, está aí, está acontecendo. O Raps é o que vem pela frente. Uma agenda que eu queria aproveitar para mencionar, acho fundamental, é de cooperação intersetorial, intrassetorial. Como trabalhamos juntos sobre os pontos que são mais relevantes para produzir de fato impacto? Como não ficamos reinventando a roda, desperdiçando recursos? O IDIS fazendo uma coisa, a Comunitas outra, Arapyá fazendo outra? Lógico que tem que ter espaço para cada um ter a sua identidade e a sua inovação, mas tem umas horas em que devemos parar e falar: "Será que se juntarmos um pouquinho não vai ser mais efetivo para tratar questões como infância, educação, saúde?"

Um exemplo disso foi uma coalizão que se criou no final do ano passado, chamada Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Nós estamos sem uma

visão de futuro para o país. E uma das suas vocações são os seus recursos naturais, mas nós estamos subutilizando. Estamos agregando pouco valor. Ficamos paralisados durante muito tempo com uma briga de Código Florestal, e na verdade nós temos um potencial enorme de produção de biocombustíveis, de serviços ecossistêmicos, água. Nós somos o país que mais dispõe de água, mas estamos tratando mal e São Paulo fica assim.

Fibras, madeiras, celulose, alimentos. O mundo vai crescer. A China diminuiu seus investimentos em infraestrutura, mas não está diminuindo seu consumo de alimentos. E por aí vai. O Brasil tem um papel fundamental. Ajudamos a criar essa coalizão, colocando juntos para dialogar associações empresariais, Sociedade Rural Brasileira, Única, até as ONGs, Greenpeace, WRI, WWF e por aí vai, e indivíduos também. Hoje são 100 instituições mais ou menos, que há um ano estão dialogando com o governo federal, tentando construir uma avenida de desenvolvimento saudável. Que é o que a Raps também está propondo: como pensar o desenvolvimento deste país? São exemplos de possibilidades de atuação que usa nossos múltiplos papéis.

**Paula Fabiani:** Infelizmente, nós vamos ter de encerrar. Obrigada, Guilherme, por ter abrilhantado nosso fórum.

## AGRADECIMENTOS E ENCERRAMENTO

**Paula Fabiani**, diretora-presidente do IDIS

À equipe do Global Philanthropy Forum, que trabalha em parceria com o IDIS para fazer este evento tão rico e transformador, em especial a Suzy Antounian que nos acompanhou nesta oportunidade.

À Fundação José Paiva Neto, que realizou a filmagem de todo o conteúdo do evento, e isso estará disponível a todos vocês.

Ao Antonio Florence e aos membros do comitê consultivo, que nos apoiaram na realização deste evento.

À Isabela Paschoal, da Fundação Educar DPaschoal e do Ateliê do Café Datterra, por presentear todos os nossos palestrantes com um conjunto de diferentes tipos de café gourmet – um pouquinho do nosso Brasil, principalmente para os estrangeiros.

A nossos parceiros e apoiadores: a Charities Aid Foundation, CAF, o Instituto C&A, o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Fundação Banco do Brasil, a Fundação Bernard Van Leer, e a Fundação José Luiz Egydio Setúbal.

Aos nossos palestrantes da mesa temática e agradecer a vocês, que estão aqui e fizeram este evento tão maravilhoso. Sem vocês, não haveria este evento.

À Sator, que nos ajudou a organizar, e ao Hotel Tivoli, que ajudou a concretizar o evento.

Parabéns, mais uma vez, a todos. Acho que tivemos contribuições muito importantes para refletir. Na parte da manhã falou-se muito sobre governança, a importância de se investir na governança no Brasil, na transparência. Também sobre a questão de resgatar a confiança em nós mesmos – tivemos uma mesa que falou bastante sobre o resgate de valores. Acho que precisamos acreditar mais no Brasil, acreditar que podemos sair desta crise, sair fortalecido, com um país muito melhor.

Eu não posso deixar de mencionar o comentário do Elie Horn: é tão simples, como é que ninguém consegue entender que é tão simples se engajar, doar, participar? E queria terminar com essa visão do Guilherme sobre a importância de cuidar do outro, de juntar forças. Acho muito importante juntar forças, precisa criar movimentos conjuntos em que cada um pare de pensar e fazer no seu espaço e faça conjuntamente para conseguir propostas que mudem a realidade do país.

## ÁLBUM DE FOTOS



Grupo musical À Deriva se apresenta no Fórum de Filantropos e Investidores Sociais



Suzy Antounian, diretora do Global Philanthropy Forum & World Affairs Council, faz sua apresentação de boas-vindas



O jornalista Carlos Alberto Sardenberg participa da plenária de abertura *Filantropia em tempos de crise*



A plenária de abertura reuniu Ana Lúcia Villela (Instituto Alana), Daniel Feffer (Suzano Holding) e o jornalista Carlos Alberto Sardenberg. A discussão foi moderada por Henrique Ubrig (IDIS).



Exposição "O Olhar de Hercule Florence sobre os Índios Brasileiros"



Público do Fórum durante intervalo entre as sessões



O olhar da próxima geração de filantropos: André Degenszajn, Eduarda Penido Dalla Vecchia, Inês Mindlin Lafer e Raphael Klein (da esq. para a dir.)



José Luiz Setúbal foi o moderador da plenária *Primeira Infância: valorizando as novas gerações*, da qual também participou o diretor presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Eduardo Queiroz.



Palestrantes da plenária *O papel da filantropia no resgate de valores*



Participante do Fórum acompanha a plenária de encerramento



O professor emérito da Universidade Hebraica de Jerusalém Hillel Schmid na mesa *Iniciativas Inovadoras para a promoção do protagonismo da sociedade*



Guilherme Leal, filantropo e copresidente do conselho da Natura, na plenária de encerramento



Eduarda Penido Dalla Vecchia, da Fundação Lúcia e Pelerson Penido, e Inês Mindlin Lafer, do Instituto Betty e Jacob Lafer na plenária *O olhar da próxima geração de filantropos*



Equipe de profissionais do IDIS em novembro de 2015



ORGANIZAÇÃO	PARCERIA INSTITUCIONAL	PARCERIA
 <p><b>IDIS</b> Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social</p>  <p>Global Philanthropy Forum™</p>	 <p><b>CAF</b> Charities Aid Foundation</p>	 <p>Instituto <b>C&amp;A</b></p>
PARCERIAS	PATROCÍNIO	
 <p><b>BID</b> Banco Interamericano de Desenvolvimento</p>	 <p><b>Bernard van Leer</b> FOUNDATION</p>  <p><b>FUNDAÇÃO</b> José Luiz Egydio Setúbal</p>	 <p><b>FUNDAÇÃO</b></p>  <p><b>BRASIL</b> PÁTRIA EDUCADORA</p>